



é geografia,
***é Paul
Claval***

é geografia,
**é Paul
Claval**

Maria Geralda de Almeida
Tadeu Alencar Arrais
(orgs.)



Universidade Federal de Goiás

Reitor
Edward Madureira Brasil

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Divina das Dôres de Paula Cardoso

Diretor do Instituto de Estudos Socioambientais
João Batista de Deus

Coordenador do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia
Ivanilton José de Oliveira

Organizadores
Maria Geralda de Almeida
Tadeu Alencar Arrais

Autores
Jose Borzacchiello da Silva
Lucileyde Feitosa Sousa
Margareth de Castro
Paulo C. da Costa Gomes
Salette Kozel

Revisão textual
Wanessa Damasceno

Tradução
Marcela Burger Sotto-Maior

Projeto gráfico e editoração
Hugo Assunção

Apoio técnico
Muryel Arantes

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) GPT/BC/UFG

S586e Silva, José Borzacchiello da.
É geografia, é Paul Claval. / José Borzacchiello da Silva...
[et al.]; Org Maria Geralda de Almeida, Tadeu Alencar
Arrais. – Goiânia : FUNAPE, 2013.
176 p.

Inclui referências.
ISBN 978-85-8083-109-2

1. Claval, Paul – Geógrafo. 2. Geografia. I. Título.

CDU: 910-051

Prefácio

Nas suas últimas décadas do século XX o desenvolvimento científico e tecnológico propiciou condições ímpares para a ciência geográfica. O conhecimento e a interpretação do espaço foi possível, sobretudo, pela contribuição notável de geógrafos, cujas leituras universais, enriqueceram o repertório do conhecimento do espaço. Este é o exemplo do geógrafo Paul Claval, que nasceu na comuna francesa de Meudon, em 3 de maio de 1932 e em 1956 iniciou sua dedicação à Geografia.

Na França, Claval é considerado como o criador ou o renovador de alguns ramos da Geografia. Seu interesse pelos campos da geografia cultural, da geografia regional, da geografia econômica e epistemologia da Geografia, fez par com a capacidade de renovação conceitual, o que o tornou referência obrigatória nos diversos campos da Geografia. Eclético, curioso de tudo, sua história registra a passagem por todos os continentes e tal qual os grandes geógrafos do século XIX, tal experiência de viajante proporcionou construir um repertório singular sobre o mundo. Logo sua obra, traduzida e divulgada em diferentes países, tornou-se um retrato, ao mesmo tempo, da tradição francesa e da renovação provocada pelas transformações do tempo histórico do chamado breve século XX, em referência ao historiador Eric Hobsbawm. A amplitude de sua obra foi reconhecida pela comunidade acadêmica que lhe concedeu, em 1996, o prêmio Vautrin Lud. As convicções pessoais e profissionais de Paul Claval levaram a inaugurar um novo gênero na literatura geográfica, a do itinerário intelectual como autobiografia científica, perspectiva presente no livro *La géographie comme genre de vie, un itinéraire intellectuel*, publicado em 1996.

Nele Claval propõe uma nova forma de fazer a geografia, de entender o espaço geográfico. Esta obra tornou-se um marco para uma reflexão sobre suas ideias e mesmo um estudo crítico de sua obra.

A trajetória acadêmica de Paul Claval pode ser analisada de várias formas. Uma delas, entretanto, é particularmente cara aos brasileiros, porque é capaz de demonstrar uma característica própria dos grandes intelectuais que é a generosidade. Claval recebeu na França alunos, professores e pesquisadores de diversas partes do planeta e, especialmente, do Brasil. Sua generosidade, portanto, se expressa no caráter formativo, próprio dos grandes intelectuais preocupados com o aspecto formativo da ciência. Desde sua primeira visita ao Brasil, em 1986 e seu primeiro livro traduzido, *Geografia Cultura*, em 1999, seus laços com os pesquisadores brasileiros foram se consolidando.

São essas características que tornam necessária a reunião e divulgação dos trabalhos no Brasil do geógrafo Paul Claval. O esforço, que também se deve a compreensão dos editores dos periódicos (*Terra Livre*, *Mercator*, *Geo-Textos*, *Géographies et Cultures*, *GEOgraphia*) que autorizaram gentilmente a publicação dos artigos, é pouco quando consideramos a importância de Claval para a Geografia. O livro é dividido em duas partes. A primeira parte é composta pela contribuição de cinco pesquisadores que oferecem seu testemunho sobre a obra de Claval, a segunda parte conta com artigos do próprio Paul Claval, sendo dois inéditos no Brasil.

Enfim, essa obra, antes de ambicionar uma espécie de introdução a obra de Paul Claval, deve ser vista como uma modesta homenagem, recheada de agradecimentos, pelo percurso.

Maria Geralda de Almeida & Tadeu Alencar Arrais
Programa Pós-Graduação em Geografia - UFG.

Sumário

Sobre Paul Claval

- 8 Sobre Paul Claval: impressões e registros geográficos
Margareth de Castro
- 30 Paul Claval, um geógrafo por excelência: o autor e a obra na leitura
do livro *La Fabrication du Brésil – une grande puissance en Devenir*
Jose Borzacchiello da Silva
- 39 Contribuições de Paul Claval à geografia brasileira
Salette Kozel e Lucileyde Feitosa Sousa
- 53 Naturalistas no jardim: sobre o poder
pedagógico e comunicacional do espaço
Paulo C. da Costa Gomes

Por Paul Claval

- 74 A natureza e o propósito da geografia política
- 92 “A virada cultural” em Geografia
- 106 Geografia Econômica e Economia
- 122 O território na transição da pós-modernidade
- 144 Uma agenda para a geografia
- 161 As dimensões funcionais e simbólicas da
composição urbana no século XIX

Sobre Paul Claval

Sobre Paul Claval: impressões e registros geográficos

Margareth de Castro¹

Introdução

Este artigo tem como prioridade deixar um breve registro de uma experiência conjunta. Não poderia deixar de responder positivamente ao generoso convite para participar da homenagem comemorativa dos *80 Anos do Professor Claval*, um trabalho cujo resultado é o conjunto de artigos de seus colegas e orientandos que compõe a presente publicação. Tarefa árdua essa, quando se trata de uma personalidade tão complexa e com um legado que marca a história da geografia, desde meados do século XX até os nossos dias.

Paul Claval possui uma vastíssima obra no campo da geografia. É como se a sua curiosidade o levasse sempre à busca de novas perspectivas e inquietações. Diferentemente de intelectuais de sociedades baseadas fundamentalmente na oralidade, ele escreve e registra, tal qual propõe a própria ciência a qual se dedica. Claval escreve sobre a terra, a descreve, sempre em sintonia com as sociedades e seus espaços mutantes. Por isso, esse percurso complexo. As questões que aborda são múltiplas e diversificadas.

O presente ensaio não tem a pretensão de discutir o conjunto de sua obra, nem traçar um perfil do autor. Colocam-se aqui alguns instantes que se supôs reveladores, assim como algumas conclusões provisórias, decorrentes

¹ Arquiteta e Urbanista. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina, afeche@arq.ufsc.br

das leituras realizadas sobre seus textos até o momento. São impressões e fragmentos que se pretendem sensitivos e explicativos. Juntando vivência e impressões com esforço analítico, pretende-se deixar um fragmento de olhar sobre uma figura que deve ser reverenciada, não somente por sua obra escrita.

Mestre e artesão, assim se definem dois aspectos do rastro clavaliano. De suas aulas inesquecíveis, de sua humilde e resoluta disponibilidade para o debate e da totalidade de sua obra escrita retiram-se momentos-relâmpago, aqueles que marcam e, assim, se constituem em pistas para o conhecimento que vai além da simples racionalidade. São os sentidos que interagem na compreensão do mundo.

Percorrendo brevemente alguns caminhos elucidativos da ciência geográfica, pretende-se tentar entender a trajetória da obra deste pensador. Assim, este texto parte da geografia para compreender o geógrafo que ajudou a construí-la de maneira criativa e questionadora, a partir da segunda metade do século XX. Sem considerar a identidade total entre contextualização e autor, misturam-se essas atitudes-surpresas, ou posturas gerais, que nos falam do personagem. Desta forma, transcorre este texto que parte de sua inserção na geografia e procura, ao mesmo tempo, polemizar o autor Paul Claval como figura postulante e complexa.

Breve percurso da ciência geográfica

Já se tem conhecimento do sentido moderno do termo geografia no século XVI, relacionado à descrição da terra.² A persistência desse traço conceitual não deve, no entanto, obscurecer o fato de que, apesar da manutenção dos termos, a própria *descrição da terra* se altera profundamente, devido ao aumento crescente da complexidade imposta à compreensão do mundo. Palavra de origem grega combina originariamente a terra (*gê*) com o verbo *graphein*, que significa escrever, mas também pintar, assim como o substantivo *graphé*, que significa escrita e pintura.³ No latim, *graphium*⁴ relaciona-se com estilete

2 Vindo do latim *geografia* e do grego *geôgraphia*, o termo ganha a conotação de «descrição da terra». WOOLDRIDGE, R.; LEROY-TURCAN, I. (dir.), 1986.

3 A equivalência de escrita e pintura no grego *graphein* permite propor não a identidade da poesia e da pintura, por exemplo, mas a homologia dos procedimentos miméticos aplicados a uma e outra (HANSEN, 2006).

4 BRÉAL, M; BAILLY, A., 1885, 1918, p. 119. A língua grega associa *grapho*, *graphie*, *ie*, *ique* com escrever, mas também com gravar. Em relação a *graphium*, o substantivo, trata-se de instrumento pontudo para escrever sobre a cera, ou seja, para gravar (DE CLERCQ, 2011, p.90).

que serve para a escrita, assim como *graphicus* concerne à pintura, mostrando a estreiteza dos sentidos atribuídos. Esses registros são identificados com as próprias qualidades do ambiente, suas marcas e peculiaridades. A nova postura em relação à cientificidade atribui à geografia a tarefa de apreendê-las a partir das descrições.

A visão ampliada da diversidade do mundo trazida pelo Século das Luzes busca conceituar a geografia como “ciência que ensina a posição de todas as regiões da terra, umas em relação às outras, e em relação ao céu, com a descrição daquilo que contém de principal” (WOOLDRIDGE, R.; LEROY-TURCAN, I. (dir.), 1762; 1798. p. 119). A geografia preocupa-se, então, com as posições dos lugares e a relação que estes estabelecem entre si. Tornam-se agora reconhecidas – e objeto de especulação –, as regionalidades; buscam-se as características principais que as tornam específicas.

O positivismo do século subsequente, de generalização do processo industrializante, reforça o sentido da descrição como elemento determinante da análise científica⁵, tendo em vista o esforço racionalista na busca de leis universais classificatórias. A centralidade do procedimento descritivo atravessa o início do século XX, procurando, porém, conceituações mais detalhadas e precisas, ao mesmo tempo em que se definem as diversas escalas da análise espacial e se amplia o âmbito de atuação da geografia. Tem-se aqui, de forma mais clara, a geografia como “ciência que tem por objetivo a descrição total ou parcial do globo, dos acidentes e dos fenômenos físicos encontrados na superfície terrestre ou marinha. É também o estudo da dependência do homem em relação a esses fenômenos; da distribuição das raças humanas; das condições de existência dos seres vivos sobre a terra” (WOOLDRIDGE, R.; LEROY-TURCAN, I. (dir.), 1932-1935). Trata-se de fazer acompanhar a Geografia de um determinado adjetivo, que indique um ponto de vista particular, no qual se considera essa ciência (Geografia da França, Geografia do Planalto Central etc.), ou, no que apenas remete às ciências mais gerais ou mais especiais, das quais ela utiliza os dados (Geografia Física, Geografia Política, Geografia Histórica, Geografia Econômica, Geografia Humana, Geografia Antiga).

5 Esse Glossário vem sendo desenvolvido desde 1678, quando Cange publicava-o em três tomos. Dali em diante, a última versão é atribuída a Favre, que completa os 10 tomos. No Glossário aparece *Geographare* como ato de descrever a terra. Fonte: FAVRE, Léopold. *Glossarium mediae et infimae latinitatis*, 1883-1887.

Vidal de la Blache, certamente, já havia deixado sua contribuição, tratando a França como *ser geográfico*, ou seja, lançando o foco sobre a personalidade dos lugares, aquilo que os caracteriza e os torna diferente dos demais (VIDAL de la BLACHE, 1903). Interpreta as diversas regiões francesas e estende sua preocupação às paisagens. Propõe-se a analisá-las e a distinguir os traços heterogêneos que entram na composição de uma paisagem, sem, portanto, esquecer sua unicidade:

Mas de outro lado, esta paisagem forma um todo, onde os elementos se encaixam e se coordenam; sua interpretação exige uma percepção analítica da síntese viva que ela oferece aos nossos olhos (VIDAL de la BLACHE, 1908).

Estabelecendo a relação entre a totalidade e a especificidade, volta a sua atenção para a riqueza da diversidade e a personificação dos lugares. Amplia a percepção geográfica quando aproxima o olhar dos processos de diferenciação.

Paul Claval considera que, com o surgimento dessa tradição, um lapso histórico se efetua no pós-guerra, o que será resgatado somente a partir da década de 1970. Para ele, “o período em que a geografia francesa serve de modelo dura uns quarenta anos – até a Segunda Guerra Mundial. O prestígio intelectual da França facilita este sucesso” (CLAVAL, 2010, p. 371).

A reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial coloca novos desafios para os problemas da retomada do crescimento econômico e da distribuição das atividades no espaço. Enquanto os geógrafos se voltam para os procedimentos do positivismo lógico, outras disciplinas estão bem aparelhadas conceitualmente e, por isso, “fabricam geografias de substituição”: os economistas, os historiadores ou etnólogos estão igualmente muito bem posicionados para falar dos lugares centrais, assim como os geógrafos (CLAVAL, 2010, p. 369).

Para Claval, “a estrela da geografia desvanece em meados do século XX” (CLAVAL, 2010, p. 369). Seus praticantes não se atêm ao campo disciplinar que tanto havia avançado desde o final do século XIX, confundindo os procedimentos e métodos de outras áreas do saber científico, pouco contribuindo com o olhar propriamente geográfico:

(Os geógrafos) não têm mais nada a oferecer sobre as relações que os grupos humanos mantêm com o seu ambiente – o domínio que lhe era reconhecido. Não se pode agradecer-lhes pelo que dizem sobre o impacto da distância no funcionamento e na distribuição dos grupos humanos, dado que os métodos que empregam são, doravante, análogos aos que utilizam as outras disciplinas (CLAVAL, 2010, p. 369).

Os anos 70, segundo Claval, retomam o fio da meada, um pouco diluído nesse período intermediário, apesar de esforços isolados. “A desapareição da geografia cultural que parecia assim programada no final dos anos 60 não se produziu” (CLAVAL, 2012). A uniformização das técnicas e da vida material nunca fora tão importante, que pareciam, num primeiro momento, fazer amortecer as diferenças entre sociedades, espaços e regiões.

Nos países do Leste Europeu os nacionalismos recrudescem, particularmente após a queda do Muro de Berlim. Inúmeros grupos de identidade se formam, principalmente entre os jovens. Novas e diversas formas de religiosidade se traduzem na formação de seitas e no acirramento das intolerâncias recíprocas. Esse contexto contraditório “convida os geógrafos a não negligenciar as dimensões culturais dos fatos que observam, mas orienta sua curiosidade em nova direção”. Se as técnicas homogêneas tornaram-se indiferentes à curiosidade cultural “são as representações, é o imaginário do grupo, negligenciados até então, que merecem ser estudados” (CLAVAL, 2012).

Sem desprezar toda a sua contribuição anterior, talvez aqui resida o grande vislumbre inovador do resgate cultural da geografia, do qual, certamente, o Professor Paul Claval foi protagonista central.

Conhecer sua obra faz caminhar juntos momentos distintos, com o acompanhamento da exposição do pensamento em aulas, palestras, debates ou em reuniões informais. Esses espaços ajudam a complementar a compreensão do conjunto do seu modo literário de pensar o mundo, em conformidade com seu posicionamento sobre ele. Quando se pensa a cidade como possibilidade de interações, é exatamente a forma de apreensão sensível que se combina com o desenvolvimento da visão inteligível de mundo (CLAVAL, 1981). Tal fato atribui aos diferentes, com suas diversas possibilidades de práticas e de interações, um papel no processo de conhecimento que vai além da revisão bibliográfica dos textos essenciais. Por isso, essa combinação de eventos e de contatos formais, ou informais, ajuda a compor a compreensão das heranças conceituais, acrescentando a possibilidade de reelaboração em torno de uma prática teórica criativa.

Do mestre e pensador, alguns momentos merecem destaque. Talvez desses fragmentos possa-se captar uma personalidade ímpar. E nessa direção, caminha-se da geografia ao geógrafo e nos dois sentidos, interativamente.

Paul Claval, Mestre: discurso e ilustração

Sextas-feiras, quase 18 horas. Quando se completa a hora cheia, a sala fica, de repente, também completa. Fato estranho para um brasileiro como eu, que nasci num país onde a pontualidade varia com o humor ou com as diversas temperaturas. O Professor Paul Claval entra apressado e escreve no quadro a sequência dos pontos que abordará nos próximos 50 minutos. Aqueles itens secos começam, aos poucos, a tomar significado. Discorre longamente sobre o planejamento urbano e a política, o espaço dos gêneros literários ou a conformação histórica dos jardins. Paulatinamente, aquele ar cansado – que poderia ser atribuído às muitas responsabilidades administrativas – desvanece. Com o entusiasmo pelos temas que aborda, o mestre Claval ganha nova vitalidade e preenche a sala cenários imaginados e imagináveis que enriquecem o discurso.

Quando a literatura é protagonista, são as sociedades complexas – com suas realidades, idealizações e projetos – que caracterizam a passagem do romance pitoresco às mudanças de atitudes introduzidas pelo Século das Luzes, considerando que a estética dominante se reporta à ideia platônica de beleza e funcionalidade. Nos jardins do Palácio de Versalhes, os itinerários mitológicos são compostos pela hierarquização de espaços bem ordenados. “A fantasia não exclui a geometria.” A harmonia não se contrapõe à racionalidade.

Na geografia dos jardins, Claval retorna às rotas comerciais. Detalha meticulosamente como as diversas espécies vegetais vão sendo introduzidas e adaptadas às condições locais ou como o desenvolvimento das técnicas permite a ampliação das possibilidades criativas. Com a história sempre presente, pensa as sociedades concretas e reconhece o papel das condicionantes históricas e sociais, sem restringi-las aos fatores de reprodução da vida. “A arte é quase tão antiga quanto o homem” (FISCHER, 1963, p. 19). O homem apropria-se da natureza, transformando-a com o seu trabalho e o emprego das técnicas de seu tempo. Mas o homem sonha em “exercer também uma magia sobre a Natureza, ser capaz de transformar os objetos e dar-lhes uma forma através de processos mágicos” (FISCHER, 1963, p. 19).

Assim, trabalho e arte não estão dissociados. Integram-se desde os primórdios da existência humana, da mesma forma em que se processam os mitos elaborados pelas sociedades concretas. Os homens se colocam questões, em seu próprio processo de identificação e de reprodução da vida. Acreditam que estabelecem relações com temporalidades e espacialidades que vão além

de sua percepção histórica terrena. Existe, então, um espaço sagrado, fortemente significativo. O espaço não é homogêneo, existem rupturas e porções do espaço qualitativamente diferentes.

Mais ainda: para o homem religioso, essa não homogeneidade espacial traduz-se pela experiência de uma oposição entre o espaço sagrado, o único que é real, que existe realmente, e todo o resto, a extensão informe que o envolve (ELIADE, 1965, p. 21).

Pensando as relações espaciais estabelecidas pela complexidade humana, Claval percorre temas variados, historicamente determinados, com ênfase especial às atitudes e à procura das permanências. Aqui talvez resida o maior equívoco da crítica que enfrenta (às vezes, pretensamente marxista), principalmente no Brasil, sendo confundido erroneamente com idealismo puro. Sem a presença do discurso direto sobre a materialidade da existência, muitos pesquisadores brasileiros consideram que nenhum trabalho científico poderia ser validado, mesmo que este seja um pressuposto subjacente, quando a história das sociedades concretas se encontra presente.

Rejeitar temas que não falem direta e explicitamente dos condicionantes sociais pode levar à simplificação do real. Isso se passa aqui perto, basta recordar. Buenos Aires, Congresso Internacional de Geógrafos, surge a crítica constrangedora de professores brasileiros, como se sua obra ignorasse as bases materiais da sociedade por tratar de temas culturais. Tratava-se, certamente, de ir mais longe, o que nem sempre precisa ser compreendido quando se pretende reafirmar recortes acadêmicos estritamente corporativos. Quando a produção do conhecimento vincula-se às zonas de influências, basta somente estetizar o discurso para que se transforme em persuasão, já que a receptividade positiva é anterior ao próprio julgamento.

O pensamento complexo ultrapassa as categorias mais elementares. Os homens se movimentam em função da reprodução da vida, mas esta não se restringe às condições materiais de existência: “a arte existe porque a vida não basta” (GULLAR, 2010). A objetividade do mundo depende do subjetivo e da criatividade humana, ou seja, de atributos extraeconômicos que se relacionam com a vida prática.

Assim, o subjetivo retém em si o objetivo que ele nega e que supera em direção a uma objetividade nova; e esta nova objetividade, na sua qualidade de objetivação, exterioriza a interioridade do projeto como subjetividade objetivada. O que quer dizer, ao mesmo tempo, que o vivido enquanto tal

encontra seu lugar no resultado, e que o sentido projetado da ação aparece na realidade do mundo para assumir sua verdade no processo da totalização. Apenas o projeto, como mediação entre dois momentos da objetividade, pode dar conta da história, isto é, da criatividade humana (SARTRE, 1978, p.154).

A existência concreta, mas também a forma de visualizá-la e compreendê-la, assim como a maneira de projetar o futuro, ou seja, sua idealização, compõe a objetividade do mundo.

Esses dois momentos, a sequência das aulas e o pronunciamento contundente no Congresso, podem permitir alguma elucidação no sentido de tentar recompor o *pensar clavaliano*. No primeiro caso, tem-se o acréscimo positivo, pela exposição do processo de elaboração, que somente o quadro disciplinar permite. No segundo, o confronto de ideias, ou seja, a compreensão pela negação, que coloca a possibilidade de novas sínteses, ou seja, caracteriza aquilo que constitui a própria contribuição da crítica, por mais ligeira que seja.

Se os momentos-relâmpago, aqueles cuja exposição torna visíveis as diferenças, são elucidativos, então, este papel só é cumprido quando se reconhece o contexto dos discursos e se conhece, de forma razoavelmente consistente, as bases em que se elaboram os diferentes pensamentos. Para isso, faz-se necessário o tempo de elaboração e o fio sequencial. As aulas encontram-se repletas dessas possibilidades. E o Professor Claval mantinha, ao mesmo tempo, a apresentação eficaz de um pensamento complexo e a qualidade da relação que impunha naquele espaço expositivo, enriquecida com uma teatralidade serena, própria da habilidade do palestrante. Uma das virtudes do educador “que emerge da experiência é a virtude de aprender a lidar com a tensão entre a palavra e o silêncio” (FREIRE, 1985, p. 2).

De prosa em prosa, tonalidades e rupturas do discurso provocavam o maravilhamento obtido pela exposição de um saber de amplitude enciclopédica. Como poderia ter na memória essa quantidade de informações? Como poderia estabelecer essa enorme gama de relações entre diferentes saberes parcelares? Como se formou essa sabedoria para além da simples formalização do pensamento científico? Essas perguntas rondariam os espíritos presentes, ou talvez, somente aquele de um estrangeiro, no qual a estranheza ficava aguçada pela diferença de formação cultural? Durante toda a estadia, quatro anos que parecem sempre curtos demais, todos os diversos cursos ministrados não provocaram menos que minha profunda admiração.

Aquele professor tenso que havia aparecido para fechamento da semana, ministrando seu curso nas últimas horas das sextas-feiras, ia se transformando no decorrer dos 50 minutos. A expressão facial se alterava, a voz tonalizava, a postura se aprumava, a vivacidade substituía a fadiga. A fruição do conhecimento talvez explique, em parte, as diferentes perguntas sobre a origem e o processo do conhecimento acima relatado. A vontade e a persistência da elaboração do pensamento complexo similares ao trabalho do artesão podem permitir o acúmulo de informações, que tornem possível a compreensão do mundo.

Em cada um dos diferentes cursos ministrados, proferidos pelo Professor, uma constante: a história como método. Uma geografia profundamente ancorada à história e, contrariamente ao que se supõe no Brasil, nas relações materiais que se estabelecem para a realização das diversas realidades sociais. E não para por aí.

Geografia: entre cultura e história

A geografia científica não dá as costas às formas de conhecimentos as quais ele sucedeu. Ela depende delas para a compreensão das sociedades do passado (CLAVAL, 2010, p. 374).

Mesmo em seus textos cujos enfoques econômicos ou territoriais fazem a tônica, Paul Claval analisa as sociedades concretas, inter-relaciona-as e considera os tempos históricos, não como sequência de encadeamento linear, e sim considerando as variações e a hierarquia presentes nas determinações, enquanto capacidade de estabelecer diferenciação entre variáveis. Assim, o momento presente se constitui como combinação de fatores que percorrem as formas complexas de reprodução social que ultrapassam os limites do econômico. Talvez esse fato tenha facilitado sua atenção às questões culturais e, também, à transição de um enfoque ao outro. Em sua obra *Geografia Humana e Econômica Contemporânea* (1984), Claval repensa os conceitos geográficos, os modelos sociais e refere-se aos problemas da atualidade daquele momento, relacionados à história e à cultura.

Se há uma constante na obra do Professor Paul Claval, trata-se de que ela não se limita aos estudos das sociedades tradicionais ou à compreensão da geografia desde suas origens, mas se propõe a conceber a história como método. Para analisar os fatos da sociedade recorreu à história para a compreensão

das determinações presentes que não ignoram a assimilação de formas anteriores de reprodução da vida, mas que compreende esse movimento de atualização das categorias de análise e as posições relativas.

Atento às transformações sociais, propõe-se a remodelar o peso das determinações adequadas aos tempos históricos, o que permite o deslizamento das temáticas a partir da própria análise das características fundamentais do momento a ser compreendido. Mesmo retomando categorias históricas, procura considerar novos contextos ou mesmo relativizar sua importância face às transformações que ocorrem nas relações entre processos econômicos e populacionais:

As transformações do mundo reduzem progressivamente a pertinência dos instrumentos desenvolvidos no início século XX: em contextos cada vez mais urbanizados e industrializados, os papéis diferenciam-se; não é mais possível dar conta da diversidade social em termos de gêneros de vida; as associações territoriais refletem cada vez menos o peso dos condicionantes naturais (CLAVAL, 2010, p. 257).

Reconhece, no entanto, que apesar da necessidade de atenção às características de complexidade do momento presente, faz-se mister compreender que as mudanças de um período ao outro não são absolutas, que existem novas recomposições atribuindo pesos diferenciados às variáveis, mas que se compõem de heranças técnicas e culturais.

Por mais originais que sejam os desenvolvimentos contemporâneos, não poderiam ser compreendidos sem uma reflexão geral sobre a transmissão de geração a geração das aquisições técnicas e das concepções do mundo. As singularidades de nossa época não são absolutas: inscrevem-se na história complexa das relações entre espaço e sistemas estruturados de informações (CLAVAL, 1999, p. 421).

A transmissão geracional responsabiliza-se por traços de permanência em um universo em transformação. Todas as variáveis técnicas ou sociais não se transformam de uma só vez. A história combina rupturas e adaptações, o que exige uma postura alerta da investigação científica. Aquele que analisa a história recorta e seleciona fatos a serem analisados:

[...]aproveita essa oportunidade para extrair uma época determinada do curso homogêneo da história; do mesmo modo, ele extrai da época uma vida determinada e, da obra composta durante essa vida, uma obra determinada (BENJAMIN, 1987, p. 231).

Desse processo seletivo, resultam os procedimentos de atualização e de postura do pesquisador frente às questões teóricas e metodológicas que deve enfrentar em relação, neste caso, aos estudos espaciais. Os procedimentos de reconhecimento de épocas e momentos diferenciados consideram o papel criativo da pesquisa científica, em que a história aparece como nova “construção de valores sobre a base de outros valores” (HELLER, 1992, p.15). A proposição de ‘outros valores’ coloca o debate cultural em estrita relação com o método histórico, pensando-se o passado não como integrante de um fio linear que visa diretamente uma resultante social, mas como uma gama de opções de processos seletivos que visam indicar perspectivas futuras (ARENDETT, 2009, p. 15).

Assim, a Geografia Cultural se coloca como apropriação de procedimentos herdados, atualizados, mas que visam introduzir num momento de tensões sociais, novas possibilidades de transformação e de pensar a vida, para além de fatores de reprodução econômica, colocando o homem e sua cultura em primeiro plano.

Nesse processo, o geógrafo e/ou historiador se aproxima do poeta, escreve com ilustração, transferindo para o discurso a vivacidade dos processos que seleciona, valoriza e propõe como novas construções:

A tarefa do poeta e do historiador (postos por Aristóteles na mesma categoria, por ser o seu tema comum, práxis) consiste em fazer alguma coisa perdurar na recordação. E o fazem traduzindo práxis e léxis, ação e fala, nessa espécie de poiésis ou fabricação que, por fim, se torna a palavra escrita (ARENDETT, 2009, p.74).

Talvez isso explique uma obra tão vasta, mas ao mesmo tempo, tão complexa, aquela do Professor Claval. Seu fio condutor é a história dos homens e seus espaços. Seu motor consiste em valorizar a história menor, os atos de todos, os traços culturais como perspectiva de construção de espaços de interação que convivam com a diversidade social (CLAVALL, 1981). Recompõe em sua obra ação e fala e, nessa espécie de fabricação, a palavra escrita. A elaboração textual faz perdurar a recordação, dando-lhe, no entanto, nova vitalidade.

Um homem do seu tempo: atento, inserido e criativo

Paul Claval, atento ao seu tempo. Participou de diversos processos pelos quais passou a geografia. A vitalidade econômica do período que se inicia após a Segunda Guerra Mundial traz consigo a discussão das relações espaciais

entre as parcelas territoriais. A *Geografia geral dos mercados* (1963) inicia seus escritos voltados à dinâmica econômica⁶. Estes, entretanto, sempre estiveram entremeados com questões atinentes às escalas territoriais⁷, às questões propriamente sociais da geografia humana e ao pensamento geográfico⁸. Existe um ritmo no entrelaçamento desses temas que são retomados e atualizados de tempos em tempos, como se necessitassem se autoalimentar mutuamente, como se do avanço de alguns, dependesse a reconsideração dos demais. Nessa alternância entre retomada temática e atualização, a geografia econômica perde, progressivamente, lugar para as questões humanas e culturais.

Sem querer de forma alguma confundir a inserção nos tempos históricos com a sujeição aos aspectos das diversas contemporaneidades e o consequente obscurecimento do talento intelectual, faz-se necessário reconhecer traços de autonomia e de criatividade do indivíduo na construção histórica do pensamento. “A história é sempre história de uma sociedade, mas, sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos” (ELIAS, 1994, p.45). É inegável que a contribuição de Paul Claval acontece em sintonia e não em submissão ao seu tempo. No seu livro *Elementos de Geografia Econômica* (1976), a imprevisibilidade da ação dos homens já se encontra presente. Para ele, mesmo considerando a ocorrência das atividades propriamente econômicas, destaca que “os homens de negócios necessitam se encontrar para que as trocas ocorram em boas condições”, ou seja, as interações determinam a variabilidade dos resultados (CLAVAL, 1976, p.29). É, no entanto, em *A Geografia Humana e Econômica Contemporânea* (1984) que se processa mais claramente a transição do pensamento, subordinando a importância das variáveis econômicas, definidas pela racionalidade da lógica de mercado, ao peso das ações humanas. Os fatores sociais destacam-se, também, frente à geografia do lugar natural, abstrato e indefinido. “A sociedade não pertence ao domínio da natureza: o que há nela de natureza é repensado e reestruturado pela cultura” (CLAVAL, 1984, p. 223).

6 Entre os estudos econômicos, destacam-se: *Elementos de Geografia Econômica* (1976); *Geografia Humana e Econômica* (1984).

7 Sobre território publicou *Regiões, Nações, Grandes Espaços* (1968); *A Conquista do Espaço Americano – Do Mayflower a Disneyworld* (1990); *A Geografia da França* (1993); *A Fabricação do Brasil* (2004).

8 Datam dos anos 1960 e 1970, ensaios sobre geografia humana e social: *Ensaio sobre a Evolução da Geografia Humana* (1964); *Princípios de Geografia Social* (1973); *Elementos de Geografia Humana* (1974); *Espaço e Poder* (1978). Em 1972, publica *O Pensamento Geográfico*, tema que será retomado em meados de 1980, em *Os mitos fundadores das Ciências Sociais* e, posteriormente, com *Epistemologia da Geografia* (2001) e *A Geografia do Século XXI* (2003).

O espaço interfere, também, nos resultados econômicos, quando existem aproximações ou distanciamentos. Essas interveniências na economia podem ser obstáculo às trocas, mas podem também evitar tensões que se acumulam, já que o espaço interfere diretamente nas interações (CLAVAL, 1984, p. 223). Assim, o fluxo de bens e de informações constituem variáveis que agem diretamente nas relações mais ou menos hierárquicas, que se estabelecem entre os lugares e repercutem sobre os indivíduos e os grupos dependentes destes sistemas locais.

O fluxo de informações, interpondo-se na atualização do debate econômico, torna complexas as ações nesse campo, colocando no centro do problema conceitual o papel desempenhado pelas ideologias e o processo de aculturação:

No que concerne à comunicação das informações, o obstáculo que constitui a distância é mais difícil de superar quando a massa das novidades e das ordens a serem encaminhadas são maiores e mais contínuas. Isso é o que atribui às ideologias o seu caráter funcional: desde que os parceiros compartilhem os mesmos ideais, adiram aos mesmos valores e trabalhem no mesmo sentido, não se torna necessário passar o tempo a espioná-los e controlá-los. [...] Toda ação de aculturação que contribui para criar uma comunidade de interesses, de crenças e de normas contribui, então, para superar o obstáculo da distância (CLAVAL, 1984, p. 224).

As resoluções teórico-conceituais da geografia econômica dependem das idealizações e do papel dos agentes no processo histórico. Desta forma, o funcionamento das empresas depende da relação direta no processo de decisões e da troca de informações que os meios urbanos densos podem permitir (CLAVAL, 1976). Ignorar a importância das interações humanas nas relações econômicas ou políticas minimiza o potencial dos espaços de aproximação, ou seja, da própria geografia enquanto elemento determinante dos processos de mudança social.

Hägerstrand (apud CLAVAL, 1984) havia introduzido, a partir de seus estudos sobre a difusão das inovações, a noção que logo desempenharia um papel essencial em geografia: a importância do contato nas relações sociais. As decisões difíceis poderiam ser mais bem resolvidas pelo contato humano. Se a comunicação aparece aqui, de forma direta, como sistema de ordens e decisões, seu papel será repensado mais adiante como fenômeno societário. As diferentes partes do mundo começaram a se interagir rapidamente até

atingirem, hoje, contatos comunicativos em tempo real. Apesar da evolução dos meios de comunicação introduzir formas de massificação que tenderiam a padronizar lugares e regiões, diversas reações se interpuseram que resultaram em novas combinações entre homogeneidade e novas formas de diferenciação.

As ideias dominantes elaboradas no pós-guerra começam a se esgotar e não dão mais conta das mudanças que se efetivaram ao nível das mentalidades. “As ideologias do progresso, e o papel da nação que lhes era associado, estão em crise” (CLAVAL, 2010, p. 368). Questiona-se o sentido da experiência do progresso e suas repercussões para a sociedade e o ambiente.

Para muitos naturalistas, o mundo atual é ameaçado pelos estragos que a humanidade traz à natureza. Esta última é portadora da verdade do mundo: aqui está o fundamento de todas as formas do ecologismo moderno – a ideologia mais forte do mundo contemporâneo (CLAVAL, 2010, p. 368).

O estudo da evolução política e social revela evoluções análogas. As tentativas de racionalizar as sociedades, “quer dizer, empobrecê-las, mutilando os homens que a compõem” conhecem resistências “que são levadas pelos meios populares, as culturas que os animam nos lugares que habitam. O multiculturalismo completa, assim, o plano cultural e social que o ecologismo propõe no domínio natural” (CLAVAL, 2010, p. 368).

O resgate da geografia cultural, colocando-a no centro do debate científico e filosófico atual faz parte da inserção nesse mundo em transformação. A mobilidade crescente das populações teve resultados imprevisíveis. Se já no século XIX, os movimentos populacionais dos camponeses europeus suscitam uma reação à diferenciação dos grupos (as toucas bretãs complicam-se e diferenciam-se, de cantão a cantão, durante todo o período), assiste-se hoje a episódios semelhantes, porém mais incisivos:

Em uma outra escala, vivemos hoje o mesmo fenômeno. Face à irrupção do Outro, do Estrangeiro, do recém-chegado em todas as esferas da vida cotidiana, as pessoas não sabem mais quem são. Temem dissolverem-se no nada, os indivíduos identificam-se com as ideias ou os objetos que lhes são exteriores: a cultura torna-se um objeto de discurso, um risco político maior. É em seu nome que os homens dilaceram-se: etnia contra etnia, nação contra nação, religião contra religião. O sucesso inquietante dos fundamentalismos testemunha a amplitude das evoluções (CLAVAL, 1999, p. 420).

Contrariamente ao que se pressupunha a extensão do raio de ação e o domínio das grandes corporações não conseguiram realizar a tendência à homogeneização das populações e das paisagens. As reações das sociedades particulares fizeram recrudescer o apego às tradições e à preservação dos locais tradicionais:

Não há compreensão possível das formas de organização do espaço contemporâneo e das tensões que lhes afetam, sem levar em consideração os dinamismos culturais. Eles explicam a nova atenção dedicada à preservação das lembranças do passado e à conservação das paisagens (CLAVAL, 1999, p. 420).

Os problemas culturais estão em toda parte. Às vezes, os interesses econômicos das nações hegemônicas reanimam antigos hábitos religiosos como forma reativa aos ataques que também se supõem culturais. As diferenciações se revigoram. As capitais europeias que haviam incentivado, no pós-guerra, a atração de trabalhadores, sobretudo das ex-colônias, continuaram recebendo fluxos cada vez mais significativos, colocando em contato valores culturais profundamente diferenciados e, às vezes, conflitantes. As grandes metrópoles expressam, hoje, essas contradições:

[...] estas atraem grupos vindos de horizontes frequentemente longínquos para se beneficiarem de condições de vida e trabalho que ignoravam nas regiões de origem, mas em vez de se fundirem em uma única massa, as grandes cidades os justapõem em núcleos que se afrontam. Os choques culturais estão na origem da maior parte dos conflitos que abalam o mundo após a Queda dos Muros (CLAVAL, 1999, 421).

O múltiplo papel do intelectual, de observador, mas também, de estimulador de debates e de atuante frente às questões sociais, fizeram de Claval o responsável por chamar a atenção para as formas de pensamento capazes de dar conta da compreensão das diversidades do mundo atual. A Geografia Cultural entra, então, no centro do debate onde se realiza a vontade de entender as novas relações, que se estabelecem em toda sua complexidade.

Considerações finais: a geografia e o geógrafo Paul Claval

A geografia é uma velha dama que, pelas metamorfoses sucessivas, não para de rejuvenescer.
Paul Claval

A necessidade do homem se situar espacialmente provocou a curiosidade sobre a inserção espacial e fez nascer as geografias vernaculares. Construir itinerários e grades de orientação foram os primeiros passos que levaram à constituição de toponímia capaz de generalizar as identificações dos lugares. As diversas localizações são, então, transpostas para a elaboração de mapeamentos, realizados a partir das informações analisadas pelos cartógrafos, estando aqui incluídas as aferições em campo. “A carta constitui uma grade de localização cientificamente elaborada. Ela não se apresenta, entretanto, sem ligações com as grades de localização das sociedades tradicionais” (CLAVAL, 2010, p. 59).

A representação da terra sempre interessou aos gregos (CLAVAL, 1995, p.9). No mundo helênico surgem cidades de pequenas dimensões que se vinculam à atividade comercial. As diversas trocas de saberes se efetuam pela imitação e pela oralidade. Nenhum imperativo prático conduziu os gregos a colocar por escrito seus conhecimentos geográficos. A reflexão sobre a natureza, o cosmos e a matéria já se faz presente no século VI a.C. (CLAVAL, 1995). “Certos pensadores estimam que, no final do século VI antes de nossa era e no início do século V, uma geometria simples preside a organização do espaço geográfico” (CLAVAL, 2010, p.54). A compreensão do globo passa pela análise do céu, projetando sobre a terra as descobertas essenciais da esfera celeste.

A evolução da ciência geográfica acompanha o percurso histórico de ampliação das trocas entre os lugares. As observações, descrições e mapeamentos constituem-se em instrumentos fundamentais para a compreensão do mundo que se amplia pelas grandes navegações. Da necessidade dos recenseamentos e da cobrança de impostos, a geografia adquire uma estrutura funcional para as administrações locais e, posteriormente, nacionais, dirigindo-se no sentido de participar, de maneira propositiva, das próprias organizações sociais.

A Geografia demonstrou-se, através dos tempos, como ciência fundamental para a própria compreensão do mundo:

Não existem saberes sobre a sociedade, a economia, a vida política ou a cultura que se constituíssem em um universo a-espacial e que os geógrafos não tivessem que aplicar diferentemente, segundo os lugares. As sociedades são fenômenos espaciais. As ciências que permitem compreender sua natureza e seu funcionamento devem levar em consideração os meios ambientes e as distâncias: elas têm necessidade da geografia (CLAVAL, 2010, p. 377).

Esse aprendizado da necessidade da ciência geográfica constitui-se, perceptivamente, prematuro. Aristóteles já reconhecia a importância do lugar e que a própria existência da materialidade dele dependia. Cada coisa existe em algum lugar. Para ele, cada coisa teria um 'onde', um '*topos*' que o delimitava e, portanto, definia seus limites. Tudo o que existia, estava em algum lugar (Aristóteles, IV a.C.).

Não é a repartição posterior das esferas do conhecimento criando as especialidades funcionais que torna a geografia uma ciência especial, mas exatamente seu contrário: sua capacidade de compreender as inter-relações entre o homem e seu ambiente socialmente definido, de maneira complexa, apropriando-se de outras áreas do saber para desenvolver uma visão totalizante.

A Geografia, preocupada com as sociedades em que se insere, desperta atenção, sendo estimulada a se pronunciar sobre os desafios colocados pelas questões de desenvolvimento econômico, e, sobretudo, sobre a complexidade das relações humanas. "A aura que desfruta a geografia durante a primeira metade do século XX resulta em grande parte da visão original que ela desenvolve, assim, das realidades sociais" (CLAVAL, 2010, p. 375).

A Geografia, atualmente, encontra desafios que superam a razão econômica. Os obstáculos técnicos e produtivos que dificultavam as satisfações das necessidades imediatas foram superados. Não basta o reconhecimento do lugar e a apropriação da natureza com fins funcionais. O mundo se inter-relaciona, reorganizando os lugares e provocando novas regionalidades. Os instrumentos de representação evoluíram e permitiram a visão imediata, em tempo real e em alta definição, das relações que acontecem no planeta. Por isso, a 'velha dama', apesar de continuar, essencialmente, a ter que se preocupar com as relações entre sociedade e espaço, desempenha novo papel, imposto pelas características da contemporaneidade:

A geografia moderna não se assemelha à imagem envelhecida que o grande público ainda se faz. Seu objetivo não é enumerar os lugares e situá-los em um mapa – já faz muito tempo que essas questões não se conformam mais como problemas. Sua ambição é compreender o mundo tal qual os homens o vivem: ela fala da sensibilidade de uns e de outros, das paisagens que eles modelaram, dos patrimônios aos quais estão vinculados, dos enraizamentos ressentidos; ela descreve ao mesmo tempo a mobilidade crescente dos indivíduos, a confrontação das culturas, as reações de retorno que ela provoca, regionalismos, nacionalismos ou fundamentalismos, mas ela destaca também a exploração dos multiculturalismos e a fecundidade dos contatos renovados (CLAVAL, 2010, p. 379).

A Geografia tem que ficar atenta às transformações do mundo, já que os meios técnicos utilizados hoje transformaram as relações que os homens estabelecem com a natureza. Esta, também transformada pelo trabalho social. O desenvolvimento das forças produtivas não se constitui mais, atualmente, em obstáculo real para que a atenção fique restrita às determinações econômicas. “Os condicionantes não vêm mais da falta de recursos e da avareza da natureza em tal ou tal lugar” (CLAVAL, 2010, p. 379), mas da incapacidade social de lidar com as conquistas técnicas, científicas e econômicas de forma socialmente justa. Se o desenvolvimento das técnicas e da produtividade do trabalho permitiu, hoje, que a humanidade alcançasse um patamar de bem-estar e qualidade de vida em todas as esferas do planeta, então as organizações sociais constituem-se em obstáculo ativo, para que uma utilização dos recursos mais equitativa e racional se realize.

Daí a retomada da visão humanista da geografia volta-se para as particularidades dos indivíduos e dos grupos. Numa sociedade que tende a moldar e homogeneizar pela funcionalização, os traços singulares culturais dos diferentes lugares, a Geografia por sua vez toma posição. São os povos mais frágeis economicamente, aqueles que são mais suscetíveis à desvalorização de suas heranças culturais. A Geografia Cultural, colocando em destaque as especificidades dos vários grupos sociais, permite o reconhecimento – e a aceitação – do diferente.

Mas e os geógrafos ou este geógrafo em particular?

Desde o século XVI, a definição de geógrafo passa a significar *aquele que descreve a terra*.⁹ Sem esquecer a dupla acepção do termo de origem, tanto grega como latina, que significa tanto ‘escrever’ quanto ‘descrever’, Paul Claval dedicou-se decididamente à tradição geográfica, acompanhando, paulatinamente, as transformações de seu tempo.

A forma de compreender o mundo deve se apropriar da análise da evolução das técnicas e dos valores, ou seja, a geografia em perfeita sintonia com a história de seu tempo. A geografia continua se propondo a ‘descrever a terra’, mas a realidade em que se insere muda constantemente. O olhar atento do pesquisador não se perde evasivamente. Se a paisagem é aquilo que a vista

9 Segundo a definição do dicionário da Academia Francesa (edição de 1986), o termo geógrafo aparece em língua francesa no século XVI, a partir do latim *geographus* e do grego *geôgraphos*, como aquele que descreve a terra e/ou pessoa que estuda geografia. (op. cit.)

alcança (FILLERON, 2008), esta última se projeta, hoje, muito mais longe. O olhar se estende. Não somente ganha amplitude, mediado por objetos técnicos, como amplia e diversifica os ângulos de visão. Do avião ou dos programas de informações geográficas tem-se a possibilidade do exame minucioso do objeto, de várias formas e em diversas escalas, como nunca antes se havia conseguido. A região varia “do olhar daquele que passeia à vista vertical do aeronauta” (CLAVAL, 2006, p. 6). A paisagem ganha uma abordagem ampliada. Ela passa a ser vista do alto. Os geógrafos passam “da observação local a uma visão que não negligencie nenhuma parcela do espaço: o exame da paisagem na vertical o permite” (CLAVAL, 2010, p.64). Voltam-se, em suas especulações em campo, ao trabalho em diversas escalas:

Os geógrafos são, pois, levados a passar, incessantemente do que apreendem andando ou parando em um ponto elevado, à construção de vistas de conjunto, em média ou pequena escala (CLAVAL, 2010, p. 64).

As construções em médias ou pequenas escalas complementam-se com as concepções de conjunto que traçam as características espaciais. Se esse esforço dos quadros geográficos é herança da própria disciplina, hoje, eles podem ser enriquecidos pela facilitação da apreensão dos dados e a capacidade ampliada de interpretá-los.

Os quadros geográficos, reconhecidamente resgatados por Paul Claval também podem ser interpretados em duplo sentido. No primeiro deles, a vontade de desenvolvimento da visão de síntese da realidade, tal como esta se apresenta. “O quadro geográfico só ganha vida quando é subentendido por uma explicação: o interesse que oferece resulta do esforço de interpretação, e não o precede” (CLAVAL, 2010, p. 374). Mas o segundo sentido, que deve ser acrescentado (e que parece ter sido negligenciado), é aquele elaborado pelo artista, que estimula a compreensão sensitiva, pela apreensão que se pode fazer de um momento fugaz.

A síntese do real advém de um conjunto de elementos cognitivos, misturando percepção e racionalidade no processo de conhecimento. Trata-se, talvez, de “animar suas descrições e construir uma ciência fecunda” (CLAVAL, 2010, p. 374). Não se pode animar, ou seja, *dar alma* às descrições, considerando-se somente procedimentos racionalizados ou a separação inconciliável entre objeto e pesquisador, passível de objetividade absoluta. Para *dar alma* faz-se necessário conceber e transmitir um *quadro* da realidade, ou seja, assimilar ao processo uma postura combinada entre apreensão sensível e explicitação do real.

Utilizar o espaço geográfico diferenciando paisagens como forma de localização é um procedimento simples e usual. “Mas a paisagem fala de mil outras maneiras ao geógrafo que sou”, afirma Paul Claval (2010, p.17). Para isso, faz-se necessário um aprendizado, reter a observação, analisar as peculiaridades, já que “a paisagem só fala para aquele que aprendeu a ler” (CLAVAL, 2010, p. 67).

A Geografia Cultural transforma a realidade observada, mas também interfere na visão, na postura e nos procedimentos metodológicos do próprio pesquisador. As paisagens passam a falar diferencialmente. Tratar das sociedades espacializadas, hoje, da forma que propõe a Geografia, com uma visão humanista e cultural, não poderia suscitar uma interpretação nesses moldes, ensaiando a visão complexa entre razão e experimentação? Para Claval, “os nossos sentidos falam-nos dos lugares, do encantamento que há nos jogos da luz e na fragrância dos seus perfumes” (CLAVAL, 2010, p. 228). Talvez, essa geografia da generosidade, que considera fundamental a inserção do diferente e a alteridade, necessite dessa combinação metodológica.

Paul Claval, como geógrafo e observador sensível do mundo em que se insere, aconselha:

Fazer geografia hoje é se debruçar sobre os desafios aos quais a humanidade está confrontada, é explorar as mudanças de atitude que ela deve efetuar, é imaginar as novas normas das quais deve se dotar (CLAVAL, 2010, p. 379).

Os geógrafos, então atentos, colocam-se na perspectiva de repensar o passado para idealizar novas perspectivas para um futuro que seja fundado na alteração das interações que estabelecem com o ambiente, mas também na permissão da coexistência das diversas falas, ou variedades culturais, mesmo que dissonantes.

Agradecimentos

Ao Professor Paul Claval e ao privilégio que me concedeu de poder conviver com toda sua erudição e sabedoria.

À minha amiga Maria Geralda, que dando mostras de sua gentileza, convidou, indiscriminadamente, os ex-orientandos do Professor Paul Claval, proporcionando a todos a oportunidade de participarem dessa homenagem de comemoração dos seus 80 anos.

Referências Bibliográficas

- ARENDRT, Hanna. (1954) *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo, Perspectiva, 2009.
- ARISTÓTELES. (IV a. C.) *Física*. Tradução e Notas de Guillermo R. de Echandía. Madri, Editorial Gredos, 1995.
- BENJAMIN, Walter (1940): Sobre o Conceito de História. *Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 222-234.
- BRÉAL, M; BAILLY, A. *Dictionnaire Étymologique Latin*. Paris, Librairie Hachette, 1885, 1918, p. 119.
- CLAVAL, Paul. *Géographie Culturelle. Une nouvelle approche des sociétés et des milieux*. (2ª edição) Paris, Armand Colin, 2012.
- CLAVAL, Paul. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2010.
- CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1999.
- CLAVAL, Paul. *Histoire de la Géographie*. Paris, PUF, 1995.
- CLAVAL, Paul. *Géographie humaine et économique*. Paris, PUF, 1984.
- CLAVAL, Paul. *La Logique des Villes*. Paris, Litec, 1981.
- CLAVAL, Paul. *Eléments de Géographie Économique*. Paris, Éditions M.Th. Génin; Librairies Techniques; 1976.
- DE CLERQ, Danielle. *Étymons grecs et latins du vocabulaire scientifique français*. Louvain-la-Neuve, Centre de Documentation pour l'Enseignement Secondaire et Supérieur, 2011.
- ELIADE, Mircea. *Le Sacré et le Profane*. Paris, Gallimard, 1965.
- ELIAS, Norbert. (1987) *A sociedade dos indivíduos*. RJ, Jorge Zahar Editores, 1994.
- FAVRE, Léopold. *Glossarium mediae et infimae latinitatis*. 1883-1887.
- FILLERON, Jean-Charles. « Paysage », pérennité du sens et diversité des pratiques. Nouveaux Actes Sémiotiques. *Actes de colloques, 2005, Paysages & valeurs: de la représentation à la simulation*. <http://revues.unilim.fr/nas/document.php?id=2340>. Acesso em, 7 set 2012.
- FISCHER, Ernst. *A Necessidade da Arte*. Lisboa, Ulisseia, 1963.
- FREIRE, Paulo. *Virtudes do Educador*. SP, Vereda, Centro de Estudos em Educação, 1985. Disponível em: acervo.paulofreire.org. Acesso em, 9 out 2012.
- GULLAR, Ferreira. *A Arte existe porque a vida não basta*. Entrevista realizada por Luciano Trigo. Portal Globo. Disponível em: g1.globo.com. Acesso em, 7 ago 2010.
- HANSEN, João Adolfo. Categorias Epidíticas da Ekphrasis. *Revista USP*, São Paulo, n. 71, nov. 2006. Disponível em: www.revistasusp.sibi.usp.br. Acesso em, 6 out 2012.

- HELLER, Agnes (1970): *O Cotidiano e a História*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- SARTRE, Jean-Paul. Questão de método. In: Col. *Os Pensadores*. Trad. Bento Prado Jr. São Paulo: Abril Cultural, 1978, pp. 115-197.
- VIDAL de la BLACHE, Paul (1903). *Tableau de la Géographie de la France*. Paris, La Table Ronde, 1994.
- VIDAL de la BLACHE, Paul (1908). De l'Interprétation Géographique des Paysages. In: *Compte rendu des travaux du Neuvième Congrès International de Géographie* (1908). Genève. Société générale d'imprimerie (18), 1911, pp. 59-64.
- WOOLDRIDGE, R.; LEROY-TURCAN, I. (dir.). *Dictionnaire de l'Académie Française*, 1694, 1798, 1835, 1932-1935, 1986-1992.

Paul Claval, um geógrafo por excelência: o autor e a obra na leitura do livro *La Fabrication du Brésil – une grande puissance en Devenir*

Jose Borzacchiello da Silva¹

Apresentação

O Brasil fascina os franceses desde a Renascença. Com essa frase amável e simpática Paul Claval inicia *La Fabrication Du Brésil*. O autor, amigo de muitos brasileiros, brinda o Brasil com um livro denso, de inestimável valor geográfico. No livro, o autor condena os clichês das imagens construídas sobre nosso país. Confirma o olhar francês sobre o Brasil como um país leve e alegre, um país de ritmos tropicais. Recupera, sob a perspectiva da geografia histórica, o Brasil do período dos descobrimentos até o momento atual. Destaca que o dinamismo do país surpreende. Refuta a tese do Brasil como país do Terceiro Mundo, ao contrário, afirma que somos um país de desenvolvimento desigual. Comprova que no domínio do científico e do tecnológico o país se equipara aos Estados Unidos e à Europa. Constrói a tese pautada no pressuposto da coabitação da riqueza e da pobreza. Prossegue afirmando que num país moderno como o Brasil, muitos continuam pobres. Entretanto, contesta a assertiva reconsiderando o fato de que muitos países industrializados do mundo, tidos como desenvolvidos há mais tempo, coabitam também com a riqueza

¹ Professor titular da Universidade Federal do Ceará

e a miséria. Contempla o país com uma obra de forte penetração no mercado editorial. É uma grande honra ter uma geografia escrita por um dos maiores geógrafos da atualidade. Um olhar estrangeiro sobre nosso país, olhar prenhe de perspicácia, conhecimento e maturidade. Sua respeitabilidade, seu apreço e admiração beneficiam o Brasil e os brasileiros a partir de uma leitura estimulante. A princípio deixa a impressão de que é uma obra escrita para informar e esclarecer os franceses sobre o Brasil. Entretanto, para nós, brasileiros, o livro é excelente fonte de pesquisa. Livre de tabus e preconceitos, Claval revela mais uma vez, sua enorme capacidade analítica. O texto do livro flui embasado em fontes primárias, dados e informações; é fartamente ilustrado com gráficos e cartogramas. As ilustrações enriquecem o texto e reforçam o objetivo do livro. Paul Claval, esse admirável cidadão francês completou oitenta anos, no dia 23 de maio de 2012. Dócil e instigante, o reconhecido professor da Universidade de Paris IV – Sorbonne, mantém fortes vínculos com o Brasil.

O autor

Paul Claval é ilustre pesquisador da Universidade de Paris IV – Sorbonne, instituição onde suas atividades e permanência ganharam notoriedade e respeito, sendo reconhecido como um dos maiores expoentes da atual Geografia francesa. Com uma vasta produção intelectual, sua produção científica se funda em nichos específicos de pesquisas, bem estruturados, que lhe garantiram distinção e conhecimento.

Hoje, Claval é, sem dúvida, um dos professores mais requisitados na França e no exterior. Seus trabalhos são traduzidos em várias línguas e seus orientandos são originários de todas as partes do mundo. Com seu trabalho, criou e consolidou o Laboratório Espaço e Cultura, com publicação própria e um grupo dinâmico de pesquisadores, que apresentam seus resultados em seminários regulares. Há muito, o geógrafo se firmou como referência científica e acadêmica. Seu livro sobre o Brasil discute vários temas que contemplam plenamente a essência da ciência geográfica.

Ganhou o prêmio Vautrin Lud, em 1996, instituído pelo Festival Internacional de Geografia, em Saint-Dié-des-Vosges – França, que todos os anos premia uma personalidade eminente no campo da Geografia. Sua vasta produção científica coloca a geografia, agregando a historicidade que lhe é tão cara, numa perspectiva integradora envolvendo sociedade, natureza, tempo e espaço. Seu fazer geográfico é resultado de refinadas reflexões, dedicação e

aperfeiçoamento. Do conjunto de suas obras, destaco o livro sobre o Brasil. Nele o autor revela seus temas referenciais, dentre eles História, Geografia, *Aménagement*, Urbanismo, Geografia Política e Geografia Cultural.

Paul Claval é um profissional culto e engajado na produção do conhecimento. A propósito da necessidade de uma renovação da ciência geográfica, afirma:

A Geografia clássica permite descrever e compreender o meio rural, as realidades regionais ou as das antigas províncias. A indústria, a cidade, o turismo, as migrações populacionais, os ritmos trepidantes da civilização avançada, escapam-lhe.²

E prossegue com a sua perspectiva sobre o tema da renovação dizendo, ainda, que:

A transformação necessária está muito avançada. A renovação foi obra de geógrafos, mas também, e ao mesmo nível, de sociólogos, de economistas, de etnólogos ou urbanistas. Os historiadores participaram no movimento, mas a sua contribuição é menos essencial do que durante o período anterior.³

A renovação da ciência geográfica passa a ser sentida com maior expressão a partir dos anos sessenta. Claval trata a renovação de forma abrangente, considerando todas as correntes de pensamento com cores e matizes diferentes conforme suas opções políticas e ideológicas. O autor, um dos mais importantes geógrafos contemporâneos, dedica-se ao tema Brasil, ausente há algum tempo das publicações francesas. Traz à baila a discussão sobre um Brasil tradicional e moderno que convive com suas contradições. Nesta direção, registra magistralmente todo o seu contato com obras excelentes, escritas por franceses e brasileiros que analisaram o Brasil, dentre eles P. Denis e P. Monbeig. Entretanto, sua habilidade analítica coloca-o em posição de destaque entre os geógrafos franceses que mantêm vínculos com o Brasil.

Os contrastes da espacialidade brasileira revelam mudanças nas paisagens e níveis diferenciados de incorporação de novas tecnologias no campo, na cidade e no sistema de comunicação e informação. De modo geral, o Brasil modifica sua fisionomia de forma acelerada. O país ingressou na trama complexa

² CLAVAL, Paul. *A Nova Geografia*. Coimbra, Livraria Almedina, 1987, p. 9.

³ Idem.

do mundo conectado por redes, interligado em velocidade com razoável aceleração. Este quadro dinâmico exigiu maior acuidade de Paul Claval quanto a sua pesquisa. O desafio imposto ao geógrafo foi cumprido à risca.

O autor detecta com clareza e sabedoria a íntima relação que a espacialidade brasileira mantém com as suas diferentes fases. Todo o percurso é construído baseando-se em referências e constatações, acompanhados de conceitos atualizados, conforme o avanço do saber geográfico vinculado às especificidades do mundo moderno, mundo este, em que o Brasil está inserido. O autor permeia a espacialidade brasileira em toda sua extensão, utilizando um conceito novo, quando aplicado à geografia, o de fabricação.

Intitula o livro *A Fabricação do Brasil*, o que dá a ideia de uma linha de montagem, de uma sequência lógica cujo produto é o país desnudado por tão acurada análise. O conhecimento da História com seus fundamentos e suas metodologias permitiu ao autor acompanhar as sucessivas mudanças nas relações entre sociedade e natureza na complexidade de sua materialidade, com a multiplicidade de paisagens culturais e formas interativas diversas.

A leitura do Brasil realizada por Paul Claval no contexto da ciência contemporânea sob a égide da Geografia Histórica impôs ao autor uma revisão nos pressupostos teóricos da geografia atribuindo à nossa ciência novas abordagens, tornando-a capaz de dar conta às novas demandas.

O livro⁴

Claval faz uma análise otimista do Brasil. Entretanto, não deixa de apontar os problemas que fazem o país tão desigual. Disserta sobre o acelerado crescimento urbano, a ausência de políticas eficazes de habitação popular, a questão do acesso a terra no campo e na cidade etc. Mesmo assim, não se trata de mais uma obra sobre nosso país. Claval organiza o livro na tentativa de responder quatro questões maiores:

A primeira prende-se a recuperar a gênese de um país moderno, em que o autor discute as chances e as dificuldades dessa proposta. Mostra o amálgama de uma nação inserida numa aventura constantemente renovada.

A segunda privilegia o período pós anos quarenta do século passado, quando o país atravessava uma fase de crescimento acelerado.

4 O Livro *La Fabrication Du Brésil: une grande puissance en devenir* foi publicado em Paris, pela Editora BELIN, em 2004. Integra a coleção Mappemonde, dirigida por Rémy Knafou. p. 383.

A terceira questão volta-se para o quadro da desigualdade, quando tenta explicar porque a modernização não atinge toda a população.

E por último, destaca o debate sobre a Amazônia.



O livro está dividido em três partes e 13 itens sequenciados.

A primeira, com o título “A construção do espaço e do povo brasileiro – século XVI e início do século XX”, subdividido em quatro itens, todos eles com vários subitens e uma conclusão.

- 1 – As geopolíticas atlânticas e a formação do Brasil: século XVI e primeira metade do século XVII.
- 2 – O Brasil Colonial: séculos XVII e XVIII.
- 3 – A emergência de um grande espaço: Império e Primeira República.
- 4 – As cidades como expressão do Brasil tradicional: tradição colonial e europeização.

A segunda parte trata da “Modernidade e gênese de uma grande potência”, dividida em cinco itens que por sua vez também se subdividem.

- 5 – Uma nova consciência nacional.
- 6 – As geopolíticas do desenvolvimento do Brasil.
- 7 – O salto econômico 1950-1980.
- 8 – Meio, trópicos e desenvolvimento.
- 9 – Organização do espaço e desenvolvimento do Brasil.

A terceira parte: “Um gigante em mutação” também está dividida em quatro itens que, assim como os anteriores, também estão subdivididos.

10 – Viver no Brasil urbanizado.

11 – O tempo das massas. Culturas vernáculas e vida cotidiana.

12 – Além e horizontes de espera.

13 – Estratificação e linhas de divisão.

A estrutura do livro tem sequência lógica, evidenciando o raciocínio conciso do autor. Chama a atenção sua acuidade e capacidade de entender a realidade brasileira. O autor elabora um livro que enaltece nossos avanços, não esquecendo nossos entraves a um desenvolvimento mais inclusivo. Destaca a capacidade do povo brasileiro no processo de construção de uma nação que ele chama de uma grande potência em desenvolvimento. Claval interpreta um Brasil altivo diante de um mundo em mutação. Insere o Brasil num patamar de universalidade e credita a crença de uma potência em futuro próximo. Sua linguagem é ao, mesmo tempo, simples e sofisticada. Na língua francesa, encontra expressões corretas e precisas para descrever características exclusivas do Brasil. Entretanto, ele semeia a crença no futuro.

Munido de discurso competente baliza seu pensamento numa bibliografia ampla e atualizada. Utiliza imagens e citações que valorizam a narrativa. Quando discute nosso regime federal afirma “O Imperador Pedro I é muito atento ao que se passa nos Estados Unidos, e logo não tem dúvida em se inspirar. A Constituição de 1824 opta por um sistema federal”.⁵

Seu foco está orientado para a dinâmica do espaço brasileiro. Explora várias dimensões da vida do povo e destaca características predominantes de lugares e regiões. Mostra um Nordeste insurgente. Na página 76, afirma que “O sertão é terra de instabilidade e de violência”.

A acuidade de seu olhar é esclarecedora e ao mesmo tempo provocativa. Seu texto é rico de cultura histórica, de balizamento bibliográfico, de informações. Vê o Brasil a partir de uma multiplicidade de ângulos. A leitura do livro contempla imagens de lugares, fatos históricos e situações.

O texto de Claval recupera o Período Colonial atribuindo grande importância ao papel de Portugal, em particular à invenção de geopolíticas. Descreve a reação dos portugueses em relação aos índios, o papel dos jesuítas, o sistema

5 Op. cit., p. 75.

fundiário e a miscigenação, considerando os portugueses do Norte e do Sul de Portugal, os cristãos novos, e a partir do período de dominação holandesa, os índios e os negros. Esclarece como o Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, inscreveu-se entre os países com possibilidades de desenvolvimento. O sétimo capítulo inicia com a Era Kubitschek, quando o país experimenta altas taxas de crescimento. Aborda a questão da ajuda a favor do Nordeste, destacando o papel de Celso Furtado e a criação da SUDENE. A construção de Brasília aparece na discussão em torno da ideia de uma capital continental para o país. Não deixa de abordar o regime militar e o seu papel na multiplicação de equipamentos e na modernização econômica.

O geógrafo francês ultrapassa o conteúdo das múltiplas fontes consultadas expondo de forma clara o que palmilhou em suas várias viagens ao nosso país. A argúcia de suas observações, sua capacidade de colher informações, seu interesse nas conversas com especialistas ou gente do povo é impressionante. A orientação de seu olhar é prenhe de respeito, de ética, de admiração.

Paul Claval – na condição de geógrafo por excelência –, por dever de ofício, privilegia também a observação direta como meio de compreensão e interpretação do real. O material bruto obtido a partir da observação direta permite imagens variadas, representações gráficas, perspectivas, escalas.

Dentre as várias experiências que vivi com o Professor Paul Claval na França e no Brasil, são memoráveis algumas viagens e trabalhos de campo, nas quais desfrutei de seus comentários e considerações. Foi assim em Fortaleza e sua região metropolitana, na Cidade de Goiás e em Pirenópolis, no estado de Goiás. Percebia-se, de imediato, o volume de leituras e de interpretações de mapas e cartogamas que o grande professor dominava. Também presenciei a refinada qualidade do seu trabalho no Nordeste e no Centro-Oeste. Tenho certeza que essa acuidade analítica e esse conhecimento se estendem pelo Brasil afora.

O livro ora analisado é prova disso. Fica evidente que ao valorizar o avanço técnico e a profusão de imagens dos lugares, seu olhar não prescinde da observação direta. Munido de referencial teórico, de propostas metodológicas sofisticadas e instrumentos que permitem encontrar a posição e a localização dos lugares, Claval em sua prática profissional estabelece relações, apreende processos, faz análises precisas.

Na leitura do Brasil especificamente, o autor, face à profusão de imagens construídas sobre o país, elaborou seus referenciais ajustando-os às diferentes escalas, evitando assim, a pasteurização de lugares e a banalização do real.

Experiente como é, sabe que a diferenciação sócio-espacial não se mostra facilmente, podendo ser enganosa no jogo das formas. Buscou o conteúdo dos lugares nas entranhas das múltiplas relações, entre as quais, a imagem em si não é suficiente quando se trata de interpretação e análise. Imagem e paisagem se confundem. Tempo, clima, imagem e paisagem criam variadas composições que podem aumentar ou diminuir as possibilidades de interpretação.

Na sua leitura do Brasil buscou, nas três partes do livro, continuidades ou rupturas no processo de construção do país, o que exigiu dele mais acuidade nas leituras, nas análises e interpretações. É óbvio que o visto e o observado dependem de quem vê, da sua motivação e interesse, do seu conhecimento sobre os sistemas de significados e códigos contidos no real, nas paisagens e imagens observadas e retidas.

Ciente que a aparência pode ser enganadora, Claval busca a essência na aparência que constata a diferenciação sócio-espacial. Evidencia e valoriza o que pode ser revelado por censos, pesquisas, números, dados, gráficos, mapas e cartogramas. O cotejamento de múltiplas fontes teóricas, de informações e trabalho de campo resultou num livro denso e completo.



Paul Claval inova com seu livro. Há muito, o pesquisador afirmava que:

“O discurso sobre o Brasil por cerca de trinta anos foi repetitivo, quer se trate de frentes pioneiras, quer se trate de ciclo do açúcar. Em pequenas obras, encontramos sempre a mesma visão do açúcar das frentes pioneiras e faltam muitas coisas para compreender o Brasil. Nesse momento tive o sentimento de que estudara mal o Brasil. Interessei-me quando ainda

estudante, em ir ao Brasil, como um grito de independência, e detive muitas coisas nesse momento, mas procurei e sempre guardei a lembrança de um país sobre o qual, na literatura de língua francesa, faltava alguma coisa”.⁶

Muito além da observação do real, o livro *A Fabricação do Brasil* evoca o encantamento de seu autor pelo nosso país.

6 Entrevista concedida a José Borzacchiello da Silva em Paris, no ano de 1992, in: SILVA, J.B. *França e a Escola Brasileira de Geografia: verso e reverso*, Fortaleza – Edições UFC, 2012, p.144.

Contribuições de Paul Claval à geografia brasileira

Salete Kozel¹ e Lucileyde Feitosa Sousa²

“[...] o mais importante e bonito do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas_ mas que elas vão sempre mudando. Afinam e desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso me alegra de montão”.

João Guimarães Rosa

Na afinação das vozes: a alegria de partilhar experiências com Claval

Este texto constitui-se na intenção de registrar experiências vividas com o geógrafo Paul Claval, professor emérito e aposentado da Universidade de Sorbonne – Paris IV. Para nós, é motivo de orgulho e de grande privilégio escrever sobre as contribuições desse pesquisador francês para com a ciência geográfica brasileira. Sua vasta obra nos alegra, pois explora aspectos importantes da dinâmica das relações sociais e culturais. No delinear dessa escrita, não se poderia deixar de registrar um dos encontros com Paul Claval no Brasil, quando participou conosco da Expedição Amazônica (Porto Velho-RO a Parintins-AM), empreendida entre 10 de junho e 7 de julho de 2007.

-
- ¹ Doutora em Geografia, professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR, pesquisadora do Núcleo de Estudos em Espaço e Representação – NEER. skozel@ufpr.br
 - ² Doutora em Geografia, pesquisadora dos grupos de pesquisa: território, cultura e representação UFPR, e estudos e pesquisas modos de vidas e culturas amazônicas- GEOCULTURA-UNIR. lucileyde@feitosa.org

A expedição durou quase trinta dias, navegando pelos rios Madeira, Negro, Solimões e Amazonas. Seu objetivo voltou-se para a realização de pesquisas sobre as manifestações culturais do povo amazônico, sendo percorridas várias cidades e comunidades ribeirinhas a bordo de um barco de madeira, fretado para esta finalidade.

Como resultado dessa expedição foi publicado o livro: *Expedição Amazônica: desvendando espaços e representações dos festejos em comunidades amazônicas* “A festa do boi-bumbá: um ato de fé”, organizado pelos professores Salete Kozel, Josué da Costa Silva, Robert Filizola e Sylvio Fausto Gil Filho. Nesta obra, Claval nos concede o artigo: “A cultura ribeirinha na Amazônia: perspectivas geográficas sobre o papel de suas festas e festejos”, no qual aborda a dinâmica peculiar existente na Amazônia. Como o próprio Claval (2009, p. 36) diz:

Não é fácil estudar as populações ribeirinhas da Amazônia e a sua cultura, pois elas estão espalhadas por vastas áreas, onde não existem estradas, o avião é caro demais e não há muitos aeroportos. O acesso praticamente só é possível navegando a densa rede fluvial existente.

Nesta expedição, Claval compartilhou experiências com estudantes e pesquisadores brasileiros, e teve a oportunidade de expor a sua visão sobre a Amazônia, com sua ampla problemática ambiental. E além disso, colaborou com o sucesso da expedição e da parceria entre duas universidades brasileiras: Universidade Federal de Rondônia e Universidade Federal do Paraná. Neste percurso de pesquisa, Paul Claval observou que os problemas dessas populações amazônicas passaram a atrair a atenção de outros geógrafos que, então, teriam como desafio, investir nos estudos das representações coletivas das populações ribeirinhas para o entendimento do seu modo de vida. Como destaca Claval (2009, p. 54):

As culturas não existem como realidades estáveis. Cada um recebe uma herança diferente de técnicas, atitudes, conhecimentos, porque não vive nos mesmos lugares e no mesmo tempo que os outros. Culturas mudam com a introdução de tecnologias novas de comunicação, com a difusão dos saberes escolares, com a facilidade menor ou maior de viagens.

A contribuição de Claval na Expedição ofereceu-nos mais uma interpretação sobre a Amazônia, festejos e festas, colocando-nos o desafio de continuar pesquisando como essa população constrói a sua geografia cultural, de modo a tornar-se protagonista de sua própria história. Naquela ocasião, foi

lançada a semente que iria além da dimensão ecológica, mas trabalhar o aspecto da percepção das pessoas sobre o espaço amazônico, principalmente sobre a dimensão cultural dos festejos e festas a exemplo do Festival de Parintins, que acontece anualmente e no final do mês de junho, no Estado do Amazonas.

Nessa mesma direção, é possível perceber que o percurso trilhado por Paul Claval tornou-se uma construção marcada pela focalização na epistemologia, dedicando-se com profundidade aos temas culturais, sendo considerado um geógrafo de uma *verdade maior* pela amplitude de suas abordagens.

Trazer à tona um registro sobre Paul Claval significou destacar uma história de sucesso e de parceria, relembrar tempos, espaços, lugares, valores culturais, enfim, aprendizados e vivências inesquecíveis. E o que mais nos deixa felizes é que fizemos parte da vida desse notável pesquisador, que a dedicou em grande parte às pesquisas sobre o Brasil, o que nos deixa imensamente orgulhosas.

Falar de Paul Claval é destacar o seu grande esforço e compromisso na divulgação de temas de grande pertinência para a sociedade, considerando a sua visão ampla e interdisciplinar de fazer geografia. A sua atuação testemunha o comprometimento com a ciência, o mostrar as relações do homem na sociedade, o ater-se aos processos de interlocução e de transmissão das experiências culturais.

Neste artigo, priorizou-se as contribuições desse geógrafo que, com espírito enciclopédico, enfatiza a geografia em todas as suas vertentes, econômica, urbana etc., No entanto, a contribuição maior se dá na geografia cultural, e na investigação do homem como ser cultural e suas relações na sociedade.

Paul Claval, com seu estilo jovial e dialogante, acessível, colaborativo, de imensa prestatividade nos apresenta a importância de estudar a geografia dos homens, com suas experiências, linguagens, processos culturais. O seu pensamento renovou a compreensão da cultura no contexto da existência humana, sobretudo, na geografia humana.

Constituição do sujeito: quem é Paul Claval?

Nasceu em Meudon, na França em 1932. No período de 1949 a 1955, estudou na Universidade de Toulouse. Quando jovem, já tinha vocação para os estudos geográficos, gostava de ler os manuais de geografia e descobria as noções de *genre de vie* e de *peuples de culture*. Como afirma Claval (2007, p.73): “Les manuels ont sans nul doute nourri mon imaginaire, mais pas au point de me

faire aimer les pays dits exotiques. Ce que me fascinait (...)”. Nesse período, os seus pais sempre o incentivaram nos estudos, na busca por novos conhecimentos, o que o despertou o interesse de pesquisar os países ditos exóticos.

O interesse pela geografia universal sempre o despertou fascinação, curiosidade e paixão pela descoberta de novas geografias. Ele diz:

Devenu géographe, j’ai travaillé sur les pays anglo-saxons ou émergents, comme le Brésil, plutôt que sur les pay d’Orient ou d’Afrique. Peut-être parce que ces pays requéraient un investissement linguistique important et que, dans les années 50-60, il était difficile d’y faire du terrain à cause des conflits liés à la décolonisation (2007, p. 74).

Em Toulouse, viveu três anos como pensionista de um liceu numa classe de preparação antes de passar três anos como estudante da Faculdade de Letras. Dessa época, não guardou boas recordações do liceu, mas continuou na busca pelas leituras diversas, tendo sido incentivado por um professor de francês a ler romances, evolução da sociedade francesa, comédias, o que contribuiu com a sua formação geográfica. Aos 23 anos, pensara que não tivesse vocação para ser professor, porque ainda guardara as recordações nada agradáveis do liceu. Na sua vivência, foi descobrindo novos caminhos da geografia e rompeu preconceitos, chegando ao ponto de ser tido como um professor que se deixou lançar ao mundo em busca de conhecimentos e de compreender os comportamentos humanos.

Atuou como professor visitante no Brasil, China, Estados Unidos, entre outros países. Na Universidade de Sorbonne colaborou com a criação da *Revista Espace et Culture*, importantíssima para a pesquisa geográfica na área cultural.

Ao longo de sua carreira acadêmica cultivou uma rede dialógica, tendo orientado estudantes franceses, brasileiros, japoneses, coreanos, marroquinos, iranianos, chineses, americanos, africanos etc. Claval, com sua mente inquietante e produtiva, sempre procurou estabelecer relações dialógicas no encontro com outras culturas, aprofundando temas e produzindo a sua crítica epistemológica.

Pode-se dizer que o alicerce de Claval pressupõe a valorização da palavra do outro, o agir com prudência, mas, que de uma maneira descontraída, nunca deixou de partilhar vivências e contar histórias fascinantes de suas viagens. Uma forma de mostrar caminhos, propiciar reflexão, o que o leva a ser considerado um pesquisador muito carismático, respeitado e com grande mérito acadêmico.

Vale lembrar que Claval co-orientou pesquisadores de vários países em suas investigações e particularmente Salete Kozel, na tese: *Das Imagens às linguagens do geográfico: Curitiba, a “capital ecológica”*, apresentada em 2001, no departamento de Geografia da USP; e Lucileyde Feitosa Sousa, em sua tese: *Espaços dialógicos dos barqueiros da Amazônia: uma relação humanista com o rio*, apresentada no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR, em 2012.

A convivência de Paul Claval com as pesquisadoras Salete e Lucileyde se deu em períodos distintos, e nos espaços de Portugal (Guimarães), na Universidade do Minho, e na França (Paris), na Universidade de Sorbonne – Paris IV, quando se teve a oportunidade de realizar o estágio “sandwich”, nos oportunizando o acompanhamento da dinâmica do trabalho desse ilustre pesquisador – o aprofundamento de novos referenciais teóricos e metodológicos voltados às abordagens culturais na geografia; e a exploração, de maneira frutífera, dos novos olhares sobre o fazer geográfico –, o que possibilitou a finalização das teses e a continuidade de parcerias entre grupos de pesquisa na área da geografia cultural de duas instituições europeias e a Universidade Federal do Paraná com o NEER.

Através de Paul Claval, foram estabelecidas aproximações com o grupo de pesquisa do Prof. Dr. João Sarmento, do departamento de Geografia da Universidade do Minho, com o NEER, sendo fruto dessa parceria a realização do Seminário: *Amazônia em Debate*, realizado no dia 3 de março de 2011, na cidade de Guimarães (Portugal), no qual tivemos a oportunidade de participar como palestrantes neste evento. Nesse mesmo período, precisamente no dia 9 de março de 2011, Claval lançou o livro *Terras dos Homens: a geografia*, na Universidade do Minho, tendo agraciado alunos e professores com os seus conhecimentos geográficos.

Nessa dinâmica de formação, outros integrantes da Rede NEER tiveram o privilégio da contribuição de Claval, os estudantes Ângelo Serpa, e Icléia Vargas que recebeu a co-orientação de Claval. Outra integrante do time dos seus orientandos é Zeny Rosendahl, coordenadora do NEPEC, que muito tem contribuído para a difusão da geografia cultural no Brasil.

Como se vê, Claval esteve conectado com vários pesquisadores brasileiros. Muitos percursos foram trilhados a partir de suas contribuições, o que mostra o resultado de seu trabalho no fortalecimento das pesquisas no campo da geografia cultural no Brasil e no mundo.

Todo o seu esforço e esmero acadêmico o levou a receber o prêmio Vautrin Lud, espécie de prêmio Nobel para os geógrafos, sendo um renomado pesquisador dedicado à história do pensamento geográfico e seus fundamentos epistemológicos.

Olhando o mundo pelo viés cultural e social

Na leitura das obras de Claval destaca-se um grande interesse desse geógrafo pelos estudos sobre o homem e suas relações culturais e sociais. Na obra *A geografia cultural*, publicada em 2007, pela Editora da UFSC, destaca-se a gênese das abordagens culturais na geografia, partindo da contribuição alemã, americana e francesa. Claval trouxe aspectos diferentes da cultura, os quais pressupõem a cultura como sendo:

- a. Mediação entre homens e natureza, é constituída por um conjunto de artefatos, de saberes e conhecimentos que possibilitam aos homens a mediatização com o meio natural;
- b. Herança resultante da comunicação que desempenha um papel importante na transmissão da cultura, de saberes, sendo repassada de geração a geração;
- c. Construção, não é imutável, acaba sofrendo novas inovações ou rejeições. Há um dinamismo na cultura que tem a ver com preferências e aspirações do grupo;
- d. Articulação no discurso, realiza-se na representação. Faz parte do espaço dialógico das falas, dos enunciados, dá ênfase às representações das pessoas sobre a sociedade. Os signos sociais, por sua vez, enfatizam o dinamismo do mundo vivido das pessoas e da dimensão simbólica encontrada no espaço;
- e. Fator de diferenciação social e de status, pois nem todos os indivíduos recebem a mesma bagagem cultural;
- f. A paisagem carrega a marca da cultura de determinados povos porque destaca as atividades produtivas dos homens, a maneira de trabalhar a terra, de utilizar tecnologias acessíveis, deixando a marca do homem sobre o ambiente;

Para Claval (2007) a cultura faz passar aos outros as representações coletivas revestindo-se na dimensão social e na construção de sentidos atribuídos pelo homem ao espaço. Isto é, a cultura só tem a sua existência através dos indivíduos que a utilizam, enriquecem, transformam e a difundem.

Nota-se, nesses aspectos culturais, que a transmissão da cultura se dá pela linguagem, pois cada ator social vivencia a sua cultura de uma maneira singular, considerando aspectos relevantes de sua existência. Nesse enfoque, os fatos culturais têm interessado à geografia porque o espaço e o ambiente intervêm nesses processos de transmissão, como afirma Claval (2002, p.145):

A dinâmica da cultura depende de crenças, convicções e comportamentos que são adquiridos. O estudo dos processos por meio dos quais a cultura é transmitida implica que nos interessemos, antes de tudo, pelas relações individuais.

Claval defende a geografia da natureza humana voltada à criação cultural, a dimensão individual e coletiva da cultura. A geografia cultural se interessa pelos processos de transmissão das experiências, pelas construções mais amplas que se dão através da interação social. Como nos evidencia Claval (2007, p. 89):

A cultura é indispensável ao indivíduo no plano de sua existência material. Ela permite sua inserção no tecido social. Dá uma significação à sua existência e a dos seres que o circundam e formam a sociedade da qual se sente membro.

A cultura proporciona a autorrealização, a orientação no espaço, a socialização com o outro, pois é feita de processos interlocutivos, do externar da palavra ao outro, articula-se no discurso e realiza-se na representação. A geografia humana considera a importância da cultura, dos valores atribuídos pelo homem ao espaço. A geografia da natureza humana, para Claval (2007), assume papel relevante em vista das transformações sociais e históricas, pois os grupos resistem aos choques culturais e às pressões submetidas.

Trazer a dimensão do outro à ciência geográfica significa visualizar os aspectos da transmissão da experiência, das práticas espaciais que expressam o ato, a representação e o dizer, a própria ação do sujeito no espaço, desveladora dos segredos de seu mundo. Como evidencia Claval (2002, p.160):

Estudar a cultura é abordar a vida de relação a partir de um ângulo original: o da invenção e transmissão de representações. Isso explica o lugar ocupado necessariamente pela análise de condições em que se estabelecem as comunicações.

Os processos interlocutivos ajudam no entendimento das representações, que são recriadas e vividas em determinados espaços, e, ao mesmo tempo, geradores de significados aos grupos.

Na obra *Terra dos Homens: a geografia*, citada anteriormente, Claval ajuda a entender a geografia como práticas, experiências, saberes construídos no convívio com o espaço e em diferentes lugares. Para tanto, fez um percurso epistemológico pela geografia dos gregos, chegando à geografia moderna e as suas novas configurações, com ênfase à geografia humana. Como argumenta Claval (2010, p.8):

[...] a geografia está presente nas práticas, nas habilidades, nos conhecimentos que todos sempre mobilizamos em nossa vida diária, nos preceitos que os governos observam para dirigir seus países ou nos procedimentos aos quais recorrem os empreendedores [...].

Claval, teve o cuidado e a arte de aprofundar a compreensão dos saberes geográficos, do papel do geógrafo, de como poderia ser melhor compreendida a dinâmica da sociedade, principalmente sobre as representações das populações que dão sentido as suas vidas.

Claval, nesse sentido, traz o exercício permanente da reflexão quando diz: “Uma parte importante dos saberes geográficos diz respeito à vida de relações e ao modo como essa é estruturada”. (CLAVAL, 2010: 26). Nas suas análises, evidenciou que as geografias estão carregadas de experiências e de subjetividades. Para Claval (2010, p.39): “As pessoas têm uma reação emotiva diante dos lugares em que vivem, que percorrem regularmente ou que visitam eventualmente”.

Contribuições de Claval ao NEER

Paul Claval participou da primeira reunião de organização do Núcleo de Estudos em Espaço e Representação (NEER), na cidade de Curitiba, no dia 19 de outubro de 2004. Juntamente, os pesquisadores Sylvio Fausto Gil Filho e Salete Kozel da UFPR (fundadores juntamente com professor Oswaldo Bueno Amorim Filho da PUC/MG), e Dario de Araújo Lima, da FURG.

ONEER surgiu com o objetivo de ampliar e aprofundar a abordagem cultural e social na Geografia, focando nas questões relacionadas aos estudos sobre o espaço e suas representações, as quais fazem a mediação, no sentido de agregar o social e o cultural, além de contemplar nas suas discussões a temática do ensino de geografia no Brasil. Esse núcleo é composto por uma rede não formal e não hierarquizada, de caráter interinstitucional, congrega núcleos, grupos, projetos de pesquisa, além de programas de pós-graduação e pesquisadores.

O NEER articula, no momento, projetos e grupos de pesquisa de 19 universidades brasileiras³ e trabalha com as seguintes temáticas/abordagens: Nova Geografia Cultural; Geografia Humanista; Estudos de Percepção e Cognição em Geografia; Geografia das Representações; Geografia Social; Geografia da Religião; Geografia Escolar: Representações e Ensino; Festas, festividades populares e turismo; Teoria e Método na Geografia Cultural e Social.

A articulação do NEER junto às universidades brasileiras tem consolidado um espaço de viabilizações de projetos em parcerias, resultando numa rede de trabalho interdisciplinar. Os colóquios do NEER surgem com o propósito de interlocução de pesquisadores e estudantes sobre as temáticas descritas. Claval proferiu conferências de abertura nos seguintes Colóquios do NEER.

O I Colóquio, realizado nos dias 16 e 17 de novembro de 2006, na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, com o tema: “Espaço e Representações: reconstruções teóricas do geográfico”.

O II Colóquio, realizado de 5 a 8 de dezembro de 2007, na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, com o tema: “Espaços culturais: vivências, imaginações e representações”.

Em 2008, Paul Claval participou do Café geográfico, em Curitiba, com alunos do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR, pela linha de pesquisa: Território, Cultura e Representação. Este evento, realizado anualmente, tornou-se uma oportunidade de interlocução com esse pesquisador francês, o que abriu possibilidades de parcerias, intercâmbios e viabilização de estágio no exterior.

Por ocasião da co-orientação de Paul Claval na França, nessa aliança cooperativa entre grupos de pesquisa com o NEER/Curitiba, foi solicitado ao professor Claval que fizesse uma doação de parte de suas obras, as mais relevantes, com objetivo dos estudantes vinculados à linha de pesquisa: Território, Cultura e Representação e demais interessados, pudessem investigar melhor as suas contribuições no âmbito da geografia, considerando o diálogo que mantém com outros pesquisadores estrangeiros.

Organizou-se na sala do NEER em Curitiba, um espaço para o recebimento das obras de Claval, com realização de colóquios e seminários temáticos para melhor aprofundamento de seu pensamento.

3 As Universidades são UFRGS, UFSM, FURG-RS, PUC-MG, UFU-MG, UFAM- AM, UFBA, UNEB-BA, UERJ, UFF- RJ, UFMS-MS, UFG-GO, UFPR, UEPG-PR, UNIR-RO, UFPB-PB, UFMT-MT, UFCE-CE, UF-TO-TO, tendo uma representatividade de destaque no cenário nacional.

A proximidade do pensamento de Claval junto ao NEER tem levado diversos pesquisadores a trabalharem com a geografia cultural em busca dos mundos culturais das pessoas que deixam suas marcas no espaço geográfico. As contribuições de Claval às análises geográficas se fazem de diferentes perspectivas, sendo destacados os conceitos de cultura e passando pela contribuição epistemológica.

A Geografia, partindo do campo da subjetividade humana, analisa o papel das experiências como objeto de representação do espaço e do lugar. Para tanto, busca-se realizar leituras acerca do universo simbólico e das paisagens que refletem as espacialidades das pessoas.

As representações como expressões do mundo refletem a dimensão simbólica, presente no espaço de representação. A comunicação simbólica, por sua vez, permite aos indivíduos se sentirem próximos, partilharem os mesmos saberes, valores e atitudes, o que permite a solidariedade e o sentimento de ter em comum as mesmas crenças. Claval (1999) ratifica a importância da cultura como construção imaginada, que permite às pessoas se comunicarem, sentirem-se próximas ou distantes, cabendo ao geógrafo se interrogar sobre a razões pelas quais levam os homens a construir sistemas simbólicos.

Através dos agentes sociais buscam-se as práticas simbólicas, os sentidos atribuídos aos lugares, lembrando que a linguagem media as representações. Enfatiza-se a valorização do ser humano e sua relação com o meio, sobretudo, os valores, costumes, tradições, simbolismos, signos e representações daquilo que o homem tem de seu mundo.

Para Claval⁴ (2007), a cultura corresponde aos comportamentos, saberes, técnicas, conhecimentos e valores transmitidos e recriados pelos indivíduos nas diversas etapas da vida humana, ou seja, a cultura é a mediação entre os homens e a natureza. Não se pode negar que seja uma herança transmitida de geração a geração, por seu intermédio, os homens socializam os seus aprendizados, as suas práticas interlocutoras, mediam as suas relações com o meio natural assegurando a sobrevivência do grupo. Como afirma Claval (2007, p. 89), “A cultura só existe através dos indivíduos aos quais é transmitida, e que, por sua vez, a utilizam, a enriquecem, a transformam e a difundem”.

A experiência geográfica ocupa um lugar privilegiado nas obras de Claval, enfatiza a diversidade de lugares e de homens. Como Claval (2010, p.55)

4 Ibidem.

menciona: “Ela nasce da experiência que os homens têm dos lugares e das emoções que esta suscita”. Nesse sentido, o sujeito é percebido no seu espaço vivido, sendo interlocutor de suas experiências espaciais.

Claval, ainda, examina a questão da imaginação geográfica e o ato de experienciar outros mundos. A isso, Loureiro contribui (2008, p. 176):

Na cartografia do imaginário e do desejo dos povos, o paraíso terrestre ocupou sempre um lugar de mito originário e fundador. O desconhecimento do mundo geográfico levou os navegadores a crer que, vez por outra, estavam aportando no mistério de algum remoto lugar lendário. Visitá-lo, conquistá-lo, era como enveredar por um enigma, penetrar no território do maravilhoso visível, lugar de revelação [...].

Os homens aprenderam a falar dos lugares nunca vistos, nessa tentativa de enveredar-se pelo imaginário, pelo mundo das descobertas, das fascinações e dos mais variados desejos. A ideia idílica do paraíso terrestre, a descoberta de novos espaços-mundos, a cobiça por riquezas sempre povoaram o imaginário das pessoas na busca pela existência. O mundo é percebido além do olhar, pois as informações narradas por aqueles que visitaram algum lugar, ajudam as pessoas a encontrarem um sentido para as suas vidas.

O olhar fascina, convida a conhecer sempre novos lugares, sendo um descobridor de mundos. Essa ideia da recriação cultural se faz presente nos estudos realizados com populações amazônicas, sendo destacada a existência de elementos mitológicos, estéticos, poéticos e imaginários os quais fazem parte do espaço vivido das pessoas. Por exemplo, estudar a dimensão da cultura amazônica significa visualizar os aspectos da transmissão da experiência, das práticas espaciais, do imaginário poético que expressam o ato, a representação e o dizer, a própria ação do sujeito no espaço.

Na concepção de Claval, a mente é construída de duas geografias: a primeira compreende a observação, a experiência, ganha uma dimensão social. Na segunda geografia, há destaque para as aspirações humanas, com seus devaneios e imaginários.

Nessa perspectiva, os homens sonham, tentam dar sentido a sua existência, constroem outros mundos, fazem as geografias imaginárias e rompem fronteiras do conhecimento. Emprega-se o termo geografias vernáculas para mostrar elementos importantes da tradição oral, como a descrição do espaço presente na obra *Odisséia*, de Homero.

A geografia trata do espaço da humanidade e a sua descrição muda com o passar do tempo, caracterizando-se pelas diversas maneiras de pensar o mundo. Pode-se dizer que há uma natureza dialógica da geografia que enfatiza a experiência de cada indivíduo na sociedade. Sem dúvida, é preciso ir além da identificação de práticas e habilidades, e considerar os diversos aspectos da sensibilidade, emotividade, isto é, o significado vivido na maneira pela qual o homem constrói o espaço no qual se desenvolve.

Inclui-se aí a perspectiva de desvendar os lugares, como são percebidos e os apegos existentes por eles, que emoções emergem quando se fala dos lugares, das narrativas biográficas, dos romances, filmes etc.? A geografia acaba sendo vista como uma disciplina complexa, que tenta compreender a dimensão humana e física do planeta. Por isso, seu objeto de atuação envolve vários procedimentos que não respondem às mesmas lógicas.

Nesse percurso, Claval destaca como lições essenciais a busca pela compreensão da dimensão da mobilidade crescente, das técnicas mais sofisticadas, da ameaça constante ao meio ambiente, das tecnologias que transformam a existência humana, enfim, da diversidade existente no planeta.

Considerações

As contribuições de Paul Claval trazem a perspectiva do entendimento do conceito de homem, cultura, espaço, representações, suscitando o interesse dos geógrafos em continuar pesquisando o homem e sua relação com o espaço.

O pensamento de Claval é passível de várias interpretações, depende da recorrência constante aos seus conceitos. Como diz Guimarães Rosa (1970, p.52): “[...] o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”. Isso significa dizer que a geografia de Claval passou por *travessias*, por processos de desconstrução e construção epistemológica, o que possibilitou chegar à dimensão da experiência e da subjetividade do homem.

Esse geógrafo procurou trabalhar na perspectiva do diálogo com outros pesquisadores e tal ação fez parte de sua etiqueta no mundo acadêmico, como teórico soube tecer discursos nessa busca constante pelo entendimento de novas abordagens e contribuições. Seus apontamentos evidenciam o compromisso com o fazer geográfico, sobretudo, com o mundo vivido das pessoas, chamando a atenção dos geógrafos para o papel de sua atuação na sociedade e na transformação em prol de um mundo mais justo e humanizado.

Ao longo de sua caminhada como pesquisador comprometido com a epistemologia da geografia e da vida demonstrou a superação de posicionamentos, trazendo o amplo diálogo merecedor de destaque na ciência geográfica.

O grau de proximidade do trabalho de Claval teve eco e influência na formação de outros geógrafos, por exemplo, as pesquisas de Kozel (2001) e Sousa (2012).

Com isso, destaca-se o pensamento de Claval voltado à natureza das relações sociais e culturais e à natureza humana. Ele trouxe à luz da geografia, o significado das experiências pelos mais diversos grupos sociais e culturais. Claval soube aplicar suas ideias na investigação do fazer geográfico, sobretudo, às relacionadas ao Brasil, o que o fez destacar contextos sociais diversos.

A vasta obra de Claval nos remete à ousadia desse geógrafo em trabalhar com temas que suscitaram o debate na ciência geográfica. A sua obra confere uma importância notável e alcança os mais respeitados meios acadêmicos do Brasil e do exterior. Em Paris, por exemplo, nas principais livrarias, a exemplo de Gibert Joseph, tem sempre uma obra de Claval. Isso mostra o reconhecimento, a procura pelos escritos desse geógrafo, que se tornou um cidadão do mundo através da ciência geográfica.

Referências Bibliográficas

ALLEMAND, Sylvain. *Comment je suis devenu Géographe*. Éditions Le Cavalier Bleu, Paris, 2007.

CLAVAL, Paul. *Le Brésil: idées reçues*. Éditions Le Cavalier Bleu, Paris, 2009.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural: o estado da arte*. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

CLAVAL, Paul: *Campo e perspectivas da geografia cultural*. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). *Geografia cultural: um século (3)*, Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3 edição. Ed. da UFSC, Florianópolis, 2007.

CLAVAL, Paul. Uma, ou algumas, Abordagem(ns) Cultural(is) na geografia Humana? In: SERPA, Angelo (Org.). *Espaços Culturais vivências, imaginações e representações*. Salvador: EDUFBA, 2008.

CLAVAL, Paul. Geografia e dimensão espacial: a importância dos processos na superfície da Terra. In: ALMEIDA, Maria Geralda *et al.*(Orgs.). *Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares*. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

CLAVAL, Paul. *Terra dos Homens: a geografia*. Tradução Domitila Madureira. São Paulo: Contexto, 2010.

CLAVAL, Paul. *Histoire de la géographie*. 4 edição, PUF: Paris, 2011.

CLAVAL, Paul. *A cultura ribeirinha na Amazônia: perspectivas geográficas sobre o papel de suas festas e festejos*. In: KOZEL, Salete *et al.*(Orgs.). *Expedição amazônica: desvendando espaços e representações dos festejos em comunidades amazônicas*. “A festa do boi-bumbá: um ato de fé”, Curitiba: SK Ed., 2009.

KOZEL TEIXEIRA, Salete. *Das imagens às linguagens do geográfico: Curitiba a Capital ecológica*. Tese (Doutoramento em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal de São Paulo, 2001.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. *A arte como encantaria da linguagem*. São Paulo: Escrituras Editora, 2008.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão Veredas*. 7 edição. Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1970.

SOUSA, Lucileyde Feitosa. *Espaços dialógicos dos barqueiros na Amazônia: uma relação humanista como o rio*. Tese (Doutoramento em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

Naturalistas no jardim: sobre o poder pedagógico e comunicacional do espaço

Paulo C. da Costa Gomes¹

No começo dos anos 90, às sextas-feiras no final da tarde, eu tinha aulas com o Professor Paul Claval no *Institut de Géographie*, em Paris. No percurso entre a minha casa e a instituição, costumava atravessar as alamedas do *Jardin des Plantes*. Inspirado, sem dúvida, pelo conjunto de ricas e instigantes informações que obtinha nos cursos de Claval, eu me deliciava pelo caminho, com todas as associações entre o que eu ouvia, lia e via. Logicamente, não se trata de uma exclusividade do *Jardin des Plantes*, a presença inspiradora de Paul Claval foi e continua sendo um estímulo *urbi et orbi*.

Por coincidência, o convite para oferecer um artigo em sua homenagem apareceu justamente em um momento em que eu voltava a atravessar esses jardins. Por isso, a escolha do tema foi imediata. Não se trata de uma digressão geral sobre o Jardim de Plantas, esse artigo é, tão somente, um exercício de duas coisas também largamente ensinadas por Claval: o poder explicativo da espacialidade e a liberdade de aplicá-lo a temas pouco habituais. Assim, esta proposição se justifica perfeitamente como uma homenagem a ele.

A ideia fundamental é muito simples. Desejo demonstrar como a escolha da localização e da posição de alguns monumentos dentro do *Jardin des Plantes* têm relação direta com a leitura difundida dos personagens que esses

¹ Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. pccgomes@yahoo.com.br

monumentos representam. Em outras palavras a localização e a posição, que são informações geográficas, colaboram com o conteúdo desses monumentos tanto quanto os outros elementos que os constroem². Para essa demonstração faremos uma brevíssima descrição dos personagens representados e tentaremos compreender, na escolha do espaço onde estão localizados esses monumentos, a coerência com a leitura acima citada.

Jardin des Plantes

A origem dessa instituição foi o Jardim real de ervas medicinais “*Jardin royal des herbes médicinales*”, criado pelo rei Luís XIII, em 1626, seguindo recomendação de seus médicos³. Desde a sua origem ele foi imaginado como um “jardim científico”, como estava em voga na Renascença. Porém essa vocação só começou a se realizar a partir da administração de Colbert que, no final do século XVII, iniciou o recrutamento de competentes naturalistas (Fagon, Tournefort, Jussieu, entre outros).

Além da missão científica, o *Jardin des Plantes* sempre manteve uma preocupação pedagógica. Essa preocupação dirige-se tanto ao grande público, pois desde 1640 ele é aberto à visitação, quanto para a formação de profissionais qualificados, que ao longo dos anos contribuíram para transformá-lo em uma instituição de ensino. Ainda que esse Jardim tenha sido incorporado à política dos parques urbanos nascida no final do século XVIII, ele conseguiu manter sua identidade educativa e de pesquisa⁴. Assim, seu objetivo fundamental sempre foi o de reunir, estudar e apresentar em conjunto os três reinos da natureza.

Durante a direção de Buffon, de 1739 a 1788, o *Jardin des Plantes* conheceu uma importância renovada. Ele promoveu sua extensão até as margens do Rio Sena e, segundo consta, em 1740 foi o idealizador das grandes aleias, com plátanos que se estendem do edifício principal até os grandes portões da

2 Corrêa tem importantes artigos sobre o papel e a importância dos monumentos e sua possível literabilidade para a Geografia. Ver, por exemplo, Corrêa, Roberto L. (2007) “Uma sistematização da análise de monumentos na Geografia”, *Terr@Plural*, Ponta Grossa, 1(1), p. 9-22 e (2005) “Monumentos, Política e Espaço” in: Rosendhal, Z. e Corrêa, R. *Temas da Geografia Cultural*, Rio de Janeiro, Eduerj.

3 Essas informações gerais foram obtidas junto ao Centro de Documentação da Instituição.

4 Augustin, Jean-Pierre; Bériac, Jean-Pierre. (2001) « Le système des Parcs » dans le réaménagement urbain: originalité et continuité dans l'exemple bordelais (1853-1914), p. 35-42. in: Berdoulay, Vincent e Claval, Paul. (2001) *Aux débuts de l'urbanisme français: regards croisés de scientifiques et de professionnels (fin XIXe - début XXe siècle)*. Paris, L'Harmattan.

entrada. Depois da Revolução, em 1793, a estrutura do *Jardim do rei* foi reformulada, tomando o nome atual de Jardim de Plantas e o acervo do Gabinete (*Cabinet d'Histoire Naturelle du roi*) se transformou em Museu Nacional de História Natural. Um ano depois, sob a iniciativa de Geoffroy de Saint-Hilaire, foi criado o parque zoológico (*ménagerie*), com animais apreendidos de coleções particulares e dos parques zoológicos reais.

Atualmente, o Jardim de Plantas, ocupa uma área de aproximadamente 25 hectares localizados à margem esquerda do Rio Sena, em um bairro valorizado do centro da capital [mapa]. O parque tem três entradas, a principal em frente à margem do Sena e duas laterais secundárias, uma entre as ruas Cuvier e Geoffroy Saint-Hilaire e outra entre essa mesma rua e a Buffon. A maior parte da superfície é plana com exceção de uma pequena elevação (originalmente uma acumulação de entulho) recoberta de arbustos e árvores com desenho irregular, conhecida como Labirinto. No alto da elevação há um belvedere e pela morfologia, qualidade e disposição do mobiliário, o Labirinto pode ser descrito como “romântico”. Ele contrasta com a aleia principal e retilínea cuja perspectiva é acentuada pelo alinhamento das árvores nas duas laterais e pelos canteiros ao centro, plantados como um geométrico jardim francês. Ao fundo, imponente, está o prédio do Museu, conhecido como Grande Galeria da Evolução.

Lateralmente ao Jardim, estão alinhados três prédios que abrigam sucessivamente as Galerias de Paleontologia e de Anatomia Comparada, seguidas pela Galeria da Botânica e a Galeria de Mineralogia e Geologia. Do outro lado do Jardim, ficam alguns animais do parque zoológico e a Zooteca, com inúmeros animais dissecados e empalhados. A exposição dos animais é feita em um parque construído ao molde daqueles do final do Século XIX: aberto e pitoresco, com leve inspiração de um jardim inglês. Entre a parte monumental do Jardim, o parque zoológico e o Labirinto a comunicação é feita por uma grande rampa que dá acesso a duas grandes estufas: a mexicana e a australiana.

O Jardim abriga uma grande quantidade de estátuas, bustos e nomes gravados sobre as fachadas assim como placas indicando as residências de alguns dos célebres naturalistas que ali viveram.

Todos os personagens descritos têm um pequeno monumento. Assim, sugerimos a possibilidade de que o Jardim tenha um enredo próprio, uma verdadeira narrativa que advém da localização, da posição e do tipo de alegoria e simbologia trazidas pelo próprio monumento.

Os personagens e seus monumentos

Começemos com Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788), um dos naturalistas mais famosos da época, reconhecido como precursor de Lamarck e de Darwin⁵. Em 1739, ainda muito jovem, obteve prestígio com seus trabalhos e foi nomeado superintendente do *Jardim do rei*. Sua duradoura gestão de cinquenta anos é vista como a criadora de um verdadeiro centro de pesquisa, reunindo diversos naturalistas e práticos competentes em diferentes campos do conhecimento. Ao lado de Daubenton ele transformou o *Cabinet d'Histoire Naturelle du roi* em uma rica e curiosa coleção que daria origem ao Museu de História Natural, e receberia o público às terças e às quintas, sempre com grande afluência.

O conde introduziu diversas espécies vegetais novas e exóticas, sua pretensão maior era criar uma “ciência do globo em relação à distribuição dos animais e das plantas”. De fato, o pensamento de Buffon buscava demonstrar a interação das diversas formas de vida (animais e vegetais) e suas possíveis relações com o mundo inorgânico (geologia, física e astronomia). Esse conjunto seria regido por um punhado de leis gerais unificadoras em um grande sistema⁶. Esse foi o plano de sua mais conhecida obra, *L'Histoire naturelle, générale et particulière, avec la description du Cabinet du Roy*, concebida como uma grande enciclopédia (a meta seriam 50 volumes, mas só foram publicados 36 por Buffon e 8 foram acrescentados posteriormente por Lacepède). Rapidamente a obra foi difundida e traduzida em vários idiomas, sua publicação fez com que Buffon se tornasse tão popular quanto os outros grandes escritores de sua época.

Buffon foi um dos precursores da corrente do transformismo na biologia. Para ele, teriam existido algumas dezenas de espécies originais das quais todas as outras teriam derivado por degeneração (adaptação), em função das condições ambientais. Ele foi um pioneiro ao contrariar a cronologia bíblica e a evocar a hipótese da deriva continental. Estabeleceu um tempo linear de

5 Todas as informações referentes aos personagens aqui descritos foram obtidas em quatro livros sobre a história da biologia: Rostand, Jean (1945), *Esquisse d'une histoire de la biologie*. Paris, Gallimard; Théodoridès, Jean (1965), *Histoire de la biologie*. Paris, PUF; Ruffié, Jacques (1983). *De la biologie à la culture*. Paris, Flammarion; e Buican, Denis (1989) *L'évolution et les évolutionnismes*. Paris, PUF.

6 Buffon foi um matemático de talento e tinha imensa admiração pelo modelo da física newtoniana o que explica em parte seu projeto de sistema da natureza. Além disso, sua obra foi construída segundo a publicação mais renomada da época, a Enciclopédia. Muito próximo de Diderot, Buffon aceitou escrever o verbete Natureza para a *Encyclopédie*, mas nunca o fez.

mudanças graduais na Terra, distinguindo sete grandes períodos – “o tempo é o grande operário da natureza”. O homem teria aparecido no último período e, segundo Buffon, ainda que estivesse, pelo atributo da razão, no ápice do edifício da criação, fisiologicamente seria semelhante aos animais, apresentado uma genealogia comum a dos outros primatas.

O tipo de transformismo e a negação do catastrofismo foram dois importantes ingredientes da franca oposição de Buffon aos outros naturalistas da época: Réaumur, Charles Bonnet, Spallanzani e, particularmente Lineu. No *Jardin des Plantes*, Buffon relegava a nomenclatura proposta por esse último à parte inferior da etiqueta das plantas. A atitude de Buffon levou à vingança de Lineu, que atribuiu o nome *buffonia* a uma planta muito feia⁷. Mais tarde, Cuvier também atacou Buffon ao se pronunciar positivamente sobre Daubenton, por exemplo.

No ano de 1776, o rei Luís XVI encomendou uma estátua de Buffon para ser colocada em frente ao Museu de História Natural. O olhar figurado na estátua é firme e convicto, ele está bem vestido, penteado e sua postura é elevada (figura 1). Apenas uma das mãos está abandonada, próxima à boca de um leão abatido que jaz sob a cadeira (figura 2). Esse gesto traduz uma posição de poder, de submissão da natureza à ciência. Na outra mão ele tem um pássaro preso. Buffon está no final da alameda que leva ao Museu, sua estátua está voltada para a fachada principal do edifício e de costas para a entrada principal. Percebe-se uma relação direta entre ele e a instituição, sugerida pela posição da escultura (figura 3).

Aliás, sobre o frontispício do Museu estão diversos perfis de naturalistas e no centro está a ciência, simbolizada por uma mulher sentada. Buffon está defronte ela, também sentado, com o ar calmo e seguro. Embora de costas para o Jardim, o olhar do visitante que entra pelos portões principais é imediatamente atraído pela estátua de Buffon que se situa no ponto de fuga das retas formadas pelas duas aleias de plátanos. Além disso, como está enquadrada pela fachada do Museu, a relação entre a estátua de Buffon e a instituição é associada imediatamente pelos visitantes. Sabemos que ele foi reconhecido como o responsável por uma gestão do *Jardim do rei* cheia de êxitos, é natural, portanto, que sua imagem se associe diretamente à instituição. Isso é produzido de forma direta pela simples posição da sua estátua.

7 Rostand, Jean (1945) *op. cit.*, p. 50.

Já a figuração de Jacques-Henri Bernardin de Saint-Pierre (1737-1814) tem outra composição. Ele foi um viajante aventureiro e, ao voltar à França frequentou os ambientes dos enciclopedistas e conheceu J. J. Rousseau de quem se tornou próximo. O relato de sua viagem à África (1773), no qual muitos críticos acreditam encontrar um estilo novo, cheio de fábulas edificantes e de elementos pitorescos, lhe valeu a introdução nos salões literários parisienses. Logo depois, seu projeto foi escrever um grande poema épico, *A Arcadia* (*L'Arcadie*, 1781), que ficou incompleto. No poema é possível identificar a ideia central da passagem da sociedade de um estado natural e harmônico com a natureza a uma era de decadência e empobrecimento moral.



Figura 1: Estátua de Buffon (foto do autor).



Figura 2: Detalhe da mão de Buffon junto à cabeça do leão (foto do autor).



Figura 3: Situação da estátua de Buffon em frente à fachada principal do Museu de História Natural (foto do autor).

O título do poema de Bernadin de Saint-Pierre, *l'Arcadie*, é inspirado numa figuração idílica de pastores vivendo em harmonia com a natureza bucólica que remonta à Antiguidade romana, das descrições fortemente matizadas de princípios morais e estéticos que Virgílio e Ovídio idealizaram e associaram a essa região da Grécia.

No Renascimento essa expressão voltou a ser usada como evocação do passado clássico. É possível que o explorador italiano Giovanni Verrazano tenha sido um dos primeiros a utilizá-la novamente. Ele fez uma excursão ao Canadá, em 1524, a serviço do rei da França Francisco I e utilizou o nome *Arcadie* para designar uma área do Canadá, que hoje corresponde ao território das Províncias Marítimas desse país. Após alguns anos, no começo do Século XVII, foi fundada nessa região uma colônia majoritariamente francesa. Quase cem anos depois (1713) a área passou às mãos dos britânicos que organizaram um êxodo da população dessas terras. O evento é muito importante na mitologia canadense-francesa como momento épico da longa luta dos francófonos pelo direito às terras, e também da evocação tradicionalista por uma vida rural bucólica e harmônica. Na literatura canadense-francesa, sensível às demandas soberanas da luta identitária, os “Acadiens” e sua expulsão são temas de predileção⁸.

No Século XVII dois grandes pintores franceses estabelecidos em Roma foram responsáveis por darem uma versão pictórica da paisagem idílica de uma Antiguidade completamente idealizada, são eles: Nicolas Poussin e Claude Lorrain. O primeiro pintou um quadro bastante conhecido (feito em duas versões) *Os pastores de Arcádia*. Nele há um grupo de pastores olhando a inscrição “*Et in Arcadia ego*” (Estive na Arcádia⁹), gravada naquilo que seria um túmulo. A Claude Lorrain cabe o reconhecimento de ser considerado um dos grandes pintores de paisagens da chamada escola clássica¹⁰.

O poema, no entanto, foi preterido em detrimento daquela que seria, na opinião de Bernadin de Saint-Pierre, sua obra mais completa: *Estudos da natureza* (*Études de la nature*, 1784). Neste estudo, Bernadin desenvolveu sua concepção, quase caricatural, de uma natureza inteiramente moldada para o

8 O “r” de *Arcadie* parece ter se perdido com o tempo.

9 O significado da frase tem controvérsias, para muitos quer dizer “eu também estou na Arcádia”, já para Erwin Panofsky, por exemplo, o sentido figurado é “A morte existe até na Arcádia”.

10 Ver, por exemplo, Claval, Paul (2011). *Ennobler et embellir: de l'architecture à l'urbanisme*. Paris, Les carnets de l'Info.

homem. Traçou um plano global e divino da natureza, a qual se traduz na harmonia de todas as coisas feitas, para que os homens só lhes tirem proveito. O afastamento da natureza perverte o homem e o afasta desse plano escatológico, disso derivando os principais problemas morais da sociedade¹¹.

Rapidamente o livro teve uma forte aceitação e três anos depois Bernardin de Saint-Pierre publicou *Paul e Virginie*. História fortemente sentimental desses dois personagens, que se associam à natureza local (as Ilhas Maurício). Um procedimento de escrita que seria, mais tarde, a marca dos romances românticos, alemães e franceses. A notoriedade de suas publicações fez com ele alcançasse grande prestígio e com a morte de La Billarderie, que havia sucedido Buffon, foi nomeado intendente do *Jardin des Plantes*, em 1792.

A estátua de Bernardin de Saint-Pierre está colocada exatamente no acesso à elevação onde se situa a parcela mais “romântica” do Jardim, o Labirinto. Na figuração da estátua, ele está com os cabelos em desalinho, e entre contemplativo e sonhador, olha absorto para algo que parece distante (figura 4). Há livros espalhados à sua volta e ele segura um deles com as mãos. O banco em que está sentado é simples e às suas costas surge um tronco de madeira e algumas folhagens. Aos seus pés estão Paul e Virginie, o casal protagonista de seu mais conhecido romance. Há também um cachorro, folhas de vegetação tropical (uma folha de bananeira) tudo apoiado sobre uma rocha, ou seja, os três reinos, mineral, vegetal e animal estão ali, reunidos e representados nesse painel.

Há, sem dúvida, uma forte conotação romântica nessa figuração. Sabemos como o tema da consonância entre as paixões e a natureza foi um dos que tiveram a predileção dos autores românticos. Sabemos também que Bernardin queria demonstrar a perfeição da natureza moldada para o homem e a possibilidade de uma vida harmônica. O desenho espacial do Labirinto e a morfologia da elevação são valores muito próximos do Romantismo e correspondem muito bem à ideia de mistério e de oposição à fria racionalidade da geometria espacial.

11 Princípios que eram largamente difundidos à época e que se transformaram em norteadores de alguns projetos de organização do espaço e de políticas urbanas. Berdoulay, Vincent e Claval, Paul (2001). *Aux débuts de l'urbanisme français: regards corisés de scientifiques et de professionnels (fin XIXe-début XXe siècle)*. Paris; L'Harmattan, Choay, Françoise (1965). *L'urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie*. Paris, Seuil.



Figura 4: Estátua de Bernadin de Saint-Pierre. No pedestal a evocação do romance Paul e Virginie (foto do autor).

Nosso terceiro personagem é Louis-Jean-Marie Daubenton (1716-1799). Ele inicia sua carreira como naturalista a partir do convite feito por Buffon (ambos nascidos em Montbard), para colaborar com as descrições anatômicas do livro *Histoire naturelle, générale et particulière*. A apresentação detalhada de 182 espécies de quadrúpedes deu grande notoriedade a Daubenton. Dois anos depois Buffon indicou-o para trabalhar no Gabinete Real. A notoriedade foi, aliás, objeto da inveja de alguns célebres colegas. Esse parece ter sido o caso de Réaumur, e também o do próprio Buffon, pois nas edições posteriores de sua História Natural, ele retirou a parcela que havia sido elaborada por Daubenton. Aparentemente, o eclipse de sua contribuição na obra de Buffon não comprometeu a parceria entre ambos, que continuaram a trabalhar juntos.

Segundo o retrato traçado por muitos historiadores das ciências naturais e as palavras de Cuvier, Buffon e Daubenton tinham temperamentos opostos e isso foi decisivo na maneira como trabalhavam. Daubenton é apresentado como um empirista, preocupado com detalhes, um homem discreto e paciente, fortemente engajado em suas tarefas e reconhecido por sua dedicação e competência pedagógica. Buffon, como vimos, era um espírito sistemático, gostava de estabelecer grandes linhas de raciocínio. Quando descrito em oposição à Daubenton, ele é comumente caracterizado como inquieto e sem nenhuma vocação para o ensino.

Daubenton não tem uma estátua, mas ganhou um túmulo em pleno Labirinto. O túmulo é assinalado por uma coluna jônica e por uma lápide indicando que ele foi o primeiro diretor do Museu Nacional de História Natural (Figura 5). A imagem do esforçado e empirista Daubenton é simples como a narrativa que comumente está associada ao seu nome. A escolha de uma coluna nos fala dessa simplicidade, sem pompa, sem glamour, como se ele não desejasse mesmo muita homenagem, e quisesse apenas permanecer naquele local que ele tanto amou durante sessenta anos. Há relatos de que Daubenton, já muito idoso, fora um verdadeiro sacerdote, recebendo visitantes e explicando-lhes detalhes do Jardim, a quem assim o desejasse. Há também, sem dúvida, um brilho romântico nessas narrativas e, portanto, é natural que o túmulo de Daubenton se situe em meio às árvores, escondido e discreto, em uma das curvas do Labirinto.



Figura 5: Coluna sobre o túmulo de Daubenton (foto do autor).

O quarto personagem é Jean-Baptiste Pierre Antoine de Monet, Lamarck (1744-1829) e sem dúvida, de todos os aqui descritos, é o mais conhecido. Ele está definitivamente associado à teoria da evolução. De fato, foi ele o primeiro a enunciar de forma consistente e analítica, uma evolução progressiva do mundo orgânico. O sistema explicativo de Lamarck tem muita força e coerência com efeitos e influências que parecem não ter tido o reconhecimento merecido, inclusive na Geografia.¹²

Lamarck iniciou sua carreira na história natural com um grande estudo sobre a flora da França, no qual ele propunha uma forma de classificação diferente daquela praticada por Lineu. O estudo chamou a atenção de Buffon que o convidou para trabalhar no Museu de História Natural de Paris¹³. Em 1793, após a morte de Buffon, Daubenton, então diretor do Museu nomeou Lamarck para o cargo de curador dos animais sem vértebras (o termo “invertebrados” foi criado por Lamarck). No entanto, o grande trabalho de Lamarck que sintetiza suas ideias sobre a evolução foi *Philosophie Zoologique*, publicado em 1809.

Segundo a teoria de Lamarck, os organismos mais simples e mais imperfeitos teriam se formado por geração espontânea e deles surgiram sucessivamente todos os outros, mais complexos e perfeitos, os mamíferos, por exemplo. Esse é o primeiro fundamento da teoria: a tendência gradativa para o aprimoramento e incremento da complexidade na formação dos seres. Esse fundamento é, de certa forma, a atribuição de uma linearidade à ideia já bem conhecida da “cadeia do ser”¹⁴. A linearidade, no entanto, é perturbada por diversas circunstâncias que modificam os animais e os levam a reduzir o uso de determinadas parcelas do corpo ou órgãos ou, ao contrário, passam a depender em maior proporção de um atributo e, por isso, mudam. De fato, o núcleo dessa ideia era também bastante difundido e conhecido como lei do uso e do desuso. Quanto maior o uso de um órgão maior será o seu desenvolvimento e a necessidade desse órgão na preservação da espécie. Em oposição, se há parcelas do corpo com pouca ou nenhuma utilização, elas tenderão ao atrofiamento e, às vezes, ao desaparecimento.

12 Há muitos autores que demonstram a perenidade e a importância do lamarckismo na geografia, ver a esse respeito, por exemplo, Berdoulay, Vincent e Soubeyran, Olivier (1991). «Lamarck, Darwin et Vidal: aux fondements naturalistes de la Géographie humaine», *Annales de Géographie*, nº 561-562, p. 617-634; Berdoulay, Vincent (2003). «Lamarckisme». *Dictionnaire de la géographie et des sciences de l'espace social*. Levy M., Lussault, M. (dir.). Paris, Belin, p. 552-554.

13 Lamarck propõe um sistema de classificação binário e dicotômico de categorias que acaba por estabelecer um fluxograma de escolhas para a organização dos vegetais em seriação.

14 Ver, por exemplo, o excelente trabalho de Lovejoy, Arthur (2005) [1936]. *A grande cadeia do ser*. São Paulo, Palíndromo.

Para Lamarck as circunstâncias que impeliam essas transformações adviriam de mudanças nas condições ambientais. O segundo fundamento da teoria de Lamarck era o da transmissão das transformações, também conhecido como teoria dos caracteres adquiridos. Dessa forma, surgiriam mudanças nas espécies e também espécies novas, pois, decorrido um longo tempo, muitas gerações teriam se sucedido, acumulando transformações.

A preocupação central de Lamarck era a de criar uma ciência dos seres vivos, um sistema de compreensão que pudesse reunir animais e plantas. Foi com essa perspectiva de uma ciência específica, com o problema básico de compreender a unidade e a diferenciação do mundo orgânico que ele introduziu o termo *biologia*. Esse grande painel global, se não continha ideias inteiramente novas, pelo menos as associava de tal maneira que o resultado global era inédito¹⁵.

Na época da publicação sua obra não obteve nenhum sucesso, ao contrário, foi fortemente atacada. Posteriormente, Lamarck teve um forte crítico na figura de Cuvier. Lamarck morreu em 1829, cego e sem recursos, nas instalações do Museu de História Natural. Seus despojos foram para a vala comum e, em 1832, no ato do elogio fúnebre pronunciado na Academia de Ciências, Cuvier acentuou tudo aquilo que poderia desacreditar ainda mais a obra de Lamarck.

No entanto, a posteridade viu o personagem de forma um pouco diferente. Ele passa a ser reconhecido como um naturalista pioneiro das teses evolucionistas e suas ideias foram elogiosamente citadas por Darwin. No final do Século XIX, um novo impulso foi dado ao seu nome pelos neolamarckistas. Nessa época, o vitalismo tentou encontrar na expressão “força vital”, empregada por Lamarck, uma justificativa para a impossibilidade de compreensão do mundo orgânico a partir dos mesmos parâmetros das ciências físicas. A reinterpretação do pensamento de Lamarck por essa corrente parece, no entanto, contrariar as bases da compreensão dos seres vivos propostas por Lamarck, que acreditava na dinâmica de adaptação cuja função é determinante e a forma é contingente.

Em 1909, exatos cem anos depois da publicação da *Philosophie Zoologique*, é lançada uma subscrição pública para a confecção de uma estátua de Lamarck destinada ao *Jardin des Plantes* (Figura 6). Ela foi colocada em frente ao portão principal, de costas para o Museu, distante e, de alguma forma,

15 O homem também estava incluído nesse mesmo painel evolutivo, segundo as mesmas leis, o que não deixa de ser uma grande ousadia para a época.

dissociado dele. Está em oposição à estatua de Buffon, isto é, estão de costas um para o outro (figura 7). Entre eles estende-se a grande alameda de canteiros. Os dois personagens são centrais, mas têm papel diverso. Compreendemos isso imediatamente pela posição de suas estátuas. Se estivessem alinhadas em sequência poderíamos ver nisso uma hierarquia, mas tal não é o caso.

Lamarck tem um ar pensativo, grave, preocupado. Ele é elegante, mas simples. Seu assento não é pomposo como a cadeira de Buffon e seu ar é mais concentrado. Em volta da cadeira há moluscos e demais invertebrados que lembram o principal objeto de observação de Lamarck, mas há também vegetais que lembram a classificação proposta por ele em seu primeiro trabalho sobre a flora francesa (figura 8). Voltado para a porta principal da entrada, Lamarck está olhando para fora, para o mundo. A perspectiva do visitante ao entrar ou ao passar pelos portões é o enquadramento da estátua pelos jardins e pelas árvores alinhadas (figura 9).

Nossos últimos personagens são Etienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1844) e Georges Cuvier (1769-1832). O primeiro, quando ainda era muito jovem fora convidado por Daubenton para trabalhar no *Jardin des Plantes* e logo depois se transformou em professor e participou da grande expedição científica ao Egito organizada por Napoleão. Nessa época, Saint-Hilaire teve notícia dos trabalhos de Cuvier e o procurou para trazê-lo ao Museu. Uma grande amizade e colaboração se estabeleceram entre eles até que, em 1830, por ocasião de um relatório apresentado por Saint-Hilaire, Cuvier, que já era um naturalista confirmado, influente e prestigiado, reagiu às concepções de Saint-Hilaire, classificando-as de ilusórias.

De fato, Saint-Hilaire acreditava firmemente na unidade fundamental do plano de composição da natureza. Isso quer dizer que para ele os estudos de biologia deveriam partir de analogias, pois haveria uma grande similaridade entre todas as espécies. O que as diferenciariam seria a importância de determinadas parcelas ou órgãos em algumas espécies enquanto, em outras, aquelas mesmas parcelas ou órgãos, eram pouco desenvolvidos, ou atrofiados. O transformismo de Saint-Hilaire não era original, reunia elementos encontrados em Buffon e outros muito semelhantes aos estabelecidos por Lamarck. A força de sua argumentação estava na centralidade do argumento da analogia e também no método utilizado, que procurava desvendar as similaridades das espécies a partir do exame anatômico.



Figura 6: Estátua de Lamarck (foto do autor)



Figura 7: Situação das estátuas de Buffon, em primeiro plano, e de Lamarck, ao fundo da imagem (foto do autor).



Figura 8: Detalhe do pedestal da estátua de Lamarck (foto do autor).



Figura 9: Situação da estátua de Lamarck, em frente ao portão principal e voltado para fora (foto do autor).

Já Cuvier defendia a tese de que os fósseis não correspondem a nenhum representante na natureza atual. Grupos de animais deixaram de existir na Terra e se houvesse uma lenta e gradual transformação, como queria Lamarck, teríamos achado os testemunhos desse desenvolvimento, o que não é o caso. Esse é o cerne da posição que ficou conhecida como “Fixismo”, ou seja, as espécies são estáveis e se reproduzem em padrões comuns. Para Cuvier, espécies desaparecem e novas espécies surgem, pois há súbitas e amplas mudanças no ambiente. Segundo ele, teriam ocorrido ao menos três grandes revoluções nas condições ambientais reinantes. Daí suas posições serem conhecidas também como “catastrofistas”. O debate entre Cuvier e Saint-Hilaire saiu do Museu e ganhou o mundo. Muitos naturalistas acompanharam e se posicionaram em relação aos argumentos trazidos, como, por exemplo, Goethe e Humboldt.

A força da argumentação de Cuvier e sua oposição direta a Saint-Hilaire ajudou a diminuir o reconhecimento da importância de Lamarck, esquecido como um autor secundário durante muitos anos. Há, no entanto, quem sustente a tese de que foi, paradoxalmente, pela oposição aos seus argumentos, que a teoria da evolução pôde ser enunciada anos mais tarde por Darwin¹⁶. Nem Saint-Hilaire nem Cuvier têm estátuas no Jardim. Eles figuram nos grandes medalhões que ornaram o beiral do Museu entre outros cinco personagens (Buffon, Lamarck, A. Brongniart, La Brosse e Jussieu). Há um chafariz do lado de fora do Jardim, frente a uma das entradas secundárias, na esquina entre as ruas Geoffroy e Cuvier. Nele, ao centro, está a alegoria da ciência que é uma figura feminina, a sua volta há diversos animais e sob seus pés, na borda do reservatório, surgem diversas cabeças de animais. Em cima da fonte há a inscrição “à Georges Cuvier”, mas a fonte é externa à área do Jardim, ainda que vizinha. (figura 10)

16 Caponi, Gustavo. (2008) *Georges Cuvier: un fisiólogo de museo*. México, Universidad Autónoma de México, Limusa.



Figura 10: Fonte em homenagem à Cuvier diante do portão de entrada lateral do Jardin de Plantes (Foto do autor).

Fim do passeio

Durante quase um século o *Jardin des Plantes* esteve no centro das polêmicas que atravessavam as ciências naturais. Os naturalistas que por ali passaram tiveram um papel notável no desenvolvimento dessas ciências e participaram ou foram os próprios criadores dessas polêmicas. A posteridade reconhece os méritos, as virtudes, os acertos, mas também os equívocos e as idiossincrasias que habitaram esses personagens. A maneira de organizar os objetos que lhes homenageiam no espaço dentro do Jardim é uma forma de estabelecer uma narrativa que nos conta, de forma alegórica, sutil e sensível a história desse importante momento do desenvolvimento das ciências naturais.

Por Paul Claval

A natureza e o objetivo da geografia política¹

A geografia política estuda as condições espaciais e territoriais, aspectos e consequências de processos de decisões, quando eles lidam com bens coletivos e afetam outras pessoas e grupos.

A geografia política é peculiarmente interessada em ações que: destinam-se à prestação de segurança, liberdade e justiça, *i. e.* e aos bens públicos políticos fundamentais (como salientou RAWLS, 1972); Afetam o status, o grau e hierarquias de pessoas, grupos e instituições; dizem respeito ao acesso, às bases biológicas da vida social: alimentos de um lado, e reprodução, *i. e.* mulheres do outro lado (como explicado por estudos de gênero e sexuais); dão a algumas pessoas ou grupos o direito de usar os corpos de outras pessoas (este tema perdeu seu interesse com o fim da escravidão – mas a escravidão está completamente desaparecida? Isto é, não tem novas formas? E a disposição do corpo do outro se tornou um tema central na economia política do sexo); lidam com o acesso aos recursos econômicos, atividades ou emprego (este foi o principal interesse dos geógrafos políticos durante a maior parte dos séculos XIX e XX); tem um impacto na redistribuição de renda, da riqueza (um interesse que cresceu principalmente na segunda metade do século XX); lidam com o acesso

¹ Publicado originalmente na revista *Terra Livre* n. 24 (1): 13–28, 2005. Tradução de Marcela Burger Sotto-Maior.

à informação (que às vezes é um recurso econômico, desempenha um papel central na preparação de decisões políticas e suas implementações aparecem como a fundação da opinião pública).

O Processo Político

Existem duas maneiras de conceber a organização da geografia política: começar da observação dos Estados ou outras formas de organizações políticas; explorar processos políticos a fim de descobrir como eles estão estruturando o espaço e construindo territórios. Em minha opinião, a segunda solução é mais benéfica.

A categoria de Max Weber e sua incorporação em instituições sociais

A geografia política explora a forma como as decisões de algumas pessoas são impostas a outras pessoas ou a influência dessas decisões. Max Weber propôs a distinção fundamental entre três formas de poder (WEBER, 1971): poder puro, que resulta da imposição da vontade de outras pessoas através do uso da força física e violência, ou a ameaça a eles; autoridade, que acontece quando um grupo considera seu soberano como o único legítimo, e o aceita, para se conformar com as decisões que ele toma e as ordens que ele emite; influência, que ocorre quando a pessoa ou grupo controla o acesso a recursos econômicos ou emprego ou acesso à informação.

Trabalhando nas bases fornecidas por Max Weber, sociólogos (como Amitai ETZIONI, 1964; 1968), antropólogos (como Jacques MAQUET, 1970) e geógrafos (como Paul CLAVAL, 1978) têm explorado os métodos de como estas formas de poder são incorporadas em sistemas institucionalizados de relações sociais, que caracterizam sociedades. Eles enfatizam o papel da família (em suas dimensões de descendência e aliança), associações, mercados, relações pedagógicas, relações de mestre/escravo, tirania, casta, relações feudais, relações burocráticas, relações de poder-autoridade. Alguns padrões são igualitários, outros hierárquicos.

Esta análise é importante, pois mostra que a vida política pode estar ativa em sociedades onde não há instituições políticas especializadas, como em tribos sem regras descritas por alguns antropólogos que são, muitas vezes, “sociedades contra o Estado”, como Pierre Clastres cita (CLASTRES, 1974). Mesmo nas sociedades desenvolvidas, quando um sistema político autônomo

existe, uma parte das relações de poder que a geografia política tem que explorar é localizada fora da esfera política e baseia-se nas relações familiares, econômicas ou culturais dentro da sociedade civil.

A existência de uma autoridade aceita resulta da propagação de determinadas representações mentais: a ideia de que uma hierarquia social é uma coisa normal; a ideia de que indivíduos têm um interesse em negociar suas próprias possibilidades de julgamento, decisão e ação contra o acesso aos níveis mais elevados de segurança e outros bens coletivos na demanda. Não existe autoridade sem um sistema normativo que o legitime: isso significa que o papel dos xamãs, sacerdotes, filósofos e qualquer outra denominação para intelectuais é essencial para a maioria dos sistemas.

O processo político, mobilidade e circulação

O processo político é feito de decisões que são ligadas à: troca de mulheres entre grupos (foi o principal problema da vida política em sociedades primitivas. Hoje ainda é significativo, como provam as tensões que se desenvolvem entre os grupos étnicos, em que se mantêm a endogamia; e aqueles que aceitam a exogamia em grandes cidades multiculturais contemporâneas); a mobilidade de pessoas, que é a dimensão fundamental da experiência de liberdade, permite um acesso mais fácil às informações, recursos ou emprego, mas aparece como uma invasão na autonomia dos indivíduos quando é imposta sobre eles: pessoas não gostam de deixar suas casas para um lugar distante, apenas com intuito de encontrar emprego; a circulação de bens econômicos, desde que ofereça ao sistema político oportunidades para conceber impostos e pagar os encargos que ele cria (neste campo, as condições são bastante diferentes, de acordo com as formas que os impostos são cobrados – em espécie ou em dinheiro –, as pessoas jurídicas têm que pagar, e também toda a população nacional, além de algumas empresas estrangeiras de exploração mineral ou outros recursos primários) e proporcionar oportunidades para a redistribuição de renda e riqueza; a circulação de informação, desde a preparação das decisões políticas e seus implementos, sempre envolve a coleta de dados; conseqüentemente ordens têm que ser difundidas; até as decisões governamentais que provocam reações de opinião pública (ou oculta).

A principal razão para que um processo de abordagem seja mais eficiente que um territorial, na geografia política, reside em numerosas ligações que notamos, pois é principalmente através delas que as dimensões espaciais da vida política são formadas.

A ampliação da lista de bens públicos políticos oferecidos pelos governantes em troca da legitimidade que eles aproveitavam estava principalmente ligada, durante o século XX, à possibilidade que eles tinham de manipular a circulação econômica.

Processo político, passado, presente e futuro.

O aspecto normativo da vida política

O processo político tem dimensões de tempo fundamentais: envolve sempre, e ao mesmo tempo, o passado, o presente e o futuro.

As pessoas que preparam e tomam decisões políticas têm formas de pensar, opiniões e *mentalidades* adquiridas de suas famílias e grupos que eles frequentam quando são jovens. É como um resultado de suas experiências anteriores. Suas ações são manipuladas por instituições, leis, normas, costumes, hábitos, práticas que são herdadas do passado.

A maioria das decisões políticas visa à solução dos problemas contemporâneos: é importante resolver dificuldades locais, ajudar aqueles que enfrentam catástrofes naturais ou outras, e reduzir tensões sociais por meio de ações que removam pelo menos uma parte das injustiças sociais.

Governantes são parcialmente influenciados pelo passado. É muito importante para eles verem o que atualmente está acontecendo de errado, se quiserem manter sua autoridade – especialmente em países democráticos, onde a reeleição sempre reflete o que tem sido feito durante o mandato anterior. Além disso, eles têm que desenvolver estratégias para a ordem no futuro, a fim de evitar novas tensões e dificuldades. A ambição dos políticos é geralmente maior: desejam melhorar o atual sistema social e mudar, pelo menos em parte, as regras sociais, com o propósito de construir uma sociedade melhor.

Isto significa que não é somente a dimensão de tempo que é encapsulada dentro do processo político. Uma normativa também é presente. Para reduzir as desigualdades existentes e criar uma sociedade política melhor, os políticos têm que conceber uma ideia clara da natureza da desigualdade. Valores não existem neste mundo. Eles nascem da capacidade humana de criar imagens não tangíveis do que tem que ser. Estas imagens estão situadas além de onde as pessoas desenvolvem uma ideia. Graças à intuição, elas se desenvolvem da existência de forças imanentes nas coisas e seres que os cercam. A revelação da vontade de Deus através de profetas, a aptidão dos filósofos para o acesso à esfera da Pura Razão, ou de outros filósofos – ou historiadores – para descrever a Idade do Ouro das sociedades passadas ou as utopias do futuro (CLAVAL, 1984).

Como resultado, o processo político é sempre esticado ao longo do tempo e sobre o abismo que normalmente existe entre este mundo e o outro, o qual as pessoas constroem em suas mentes.

A dimensão coletiva do processo político

Existem sistemas políticos cujas decisões são monopólio de um indivíduo soberano (“Eu sou a lei” dito por Luís XIV), de uma pequena classe dominante ou partido. Mesmo neste caso extremo, o processo político tem dimensões coletivas.

As decisões têm que ser preparadas, o que significa que esta informação tem que ser coletada, dados recolhidos, pessoas consultadas: a pluralidade de pessoas é sempre envolvida nesta fase. A decisão em si raramente é por um solitário: em suas sedes, marechais ou gerais pedem conselho a seus assistentes; ministros têm também grupos de conselheiros. Na maioria dos regimes, as mais importantes escolhas resultam da deliberação do gabinete, o que significa que todos os ministros estão envolvidos e têm a possibilidade de participar das discussões antes da decisão final.

Leis e ordens têm que ser publicadas e implementadas. Isso significa que governantes têm que confiar em burocracias públicas, que têm a responsabilidade de dizer-lhes se suas ordens são obedecidas ou resistidas, observar quem resiste aos regulamentos oficiais e tomar medidas contra eles (FOUCAULT, 1976).

O Estado tem que estar atento na maneira como as empresas privadas e outras funções de burocracias privadas funcionam, uma vez que uma parte importante da estrutura de poder de qualquer política está embutida nas mesmas. É preciso planejar meios para controlar ou influenciar.

Qualquer um, na esfera política, é consciente de que uma decisão é mais eficiente quando é voluntariamente aceita pela população. Por essa razão, há um amplo interesse nas condições do governo em ciências políticas contemporâneas – que é um efeito atrasado da análise Weberiana das condições em que o poder é exercido.

Processo político, mecanismos políticos e a organização espacial do poder

Dois modelos de mecanismos: o Estado racional, o sistema de dissuasão e suas correlações espaciais.

As decisões políticas não são sempre alcançadas da mesma forma. É possível opor-se a duas formas de mecanismos:

O Estado racional tem três principais características: I) Sua cabeça exerce uma soberania absoluta sobre seu território, o que significa que nações estrangeiras não têm possibilidade legal de influenciar no seu processo de decisão. II) O governante detém o monopólio do uso da violência e o poder físico dentro do território nacional dele, o que significa que ele não negocia suas decisões com seus súditos; III) o Estado racional tem limites que são internacionalmente reconhecidos. Estas três características estão associadas. O Príncipe é um soberano absoluto, já que conta com o monopólio do uso da violência dentro dos limites do seu Estado, e outros Monarcas renunciaram para exercerem qualquer poder fora de seus próprios territórios. A defesa dos limites do Estado é mais eficiente, porque o soberano dele concentra todas as informações, e é o único intitulado para tomar decisões neste campo – que significa uma perfeita coordenação da ação.

O processo que é contribuinte para decisões no sistema de dissuasão é o contrário do processo que caracteriza o Estado racional. Em tal sistema, poder puro e violência não são banidos; eles constituem o argumento essencial da discussão e do confronto. Isto não significa que as guerras são frequentes. Qualquer governante sabe que existem muitos riscos na situação dele. A fim de reduzir os riscos aos quais ele está sujeito, sua única situação é subir o preço que os seus inimigos potenciais têm que pagar se estes decidirem atacá-lo. Quando o processo de dissuasão joga, no cenário internacional, isto explica o papel dos armamentos militares, linhas de defesa eficiente – e, depois da Segunda Guerra Mundial, a dissuasão nuclear: quando os riscos para um agressor é ser completamente arruinado, como o país que ele ataca, a única solução para ele é manter-se calado.

Geralmente, sistemas de dissuasão são mais frequentes do que as pessoas pensam. Todos estão cientes de seus papéis nas tribos que não têm governantes. Um antropólogo britânico descreveu no Sudão ou Nigéria (EVANS-PRITCHARD, 1937; FORTES e EVANS-PRITCHARD, 1940; MIDDLETON e TAIT, 1958): sempre que um membro do segmento desta estrutura de linhagem for atacado por um membro de outro clã, roubarem-lhe algum gado ou o matarem, deve-se pagar uma compensação pelo delito. O risco de uma conflagração foi tal que todo mundo estava ativo na prevenção, através de uma ação diplomática.

O sistema de dissuasão tem características espaciais: cada segmento da sociedade global controla uma parte da cena política: é uma situação de fato, não de direito. Isto significa que não existe outro meio para evitar

interferências internas, de outro poder, em um território que vai subir o custo de uma intervenção. Para negociar a posição de poder, em se tratando de uma questão que seria uma catástrofe, o melhor é capitalizar.

Os mecanismos do território: 1 – legitimidade

O processo político tem implicações espaciais e territoriais. Executar uma política com base no poder puro é um risco caro e ineficiente, já que os custos de controle são pesados, e o controle do sistema tem efeitos adversos, pois as pessoas responsáveis têm possibilidade de desenvolver seu próprio poder. Como resultado, a maioria das organizações políticas depende do exercício combinado da autoridade (que reduz os custos da informação) e poder (para controlar e eliminar rebeldes ou pessoas fora dos padrões). Então, problema é: em quais condições, em um regime, um sistema político pode aparecer como um único legítimo? A resposta varia com as raízes da autoridade (CLAVAL, 1978).

As ligações entre divindade e território podem ter outras formas. Em alguns casos, o soberano era considerado como um Deus que fortaleceu sua autoridade. No caso da fé universalista, ele era intitulado para a dominação universal – esta era a principal característica dos Impérios.

Em outros casos, o Príncipe tinha somente que receber a delegação da autoridade de Deus. Isto significa que este poder tinha limites territoriais, uma vez que outros Príncipes tinham recebido uma delegação similar para cumprir a Vontade Divina em outras áreas: na Europa Ocidental, o resultado foi a ideia de que todas as nações tinham direito igual de existir.

Desde o século XVI, o processo de laicização da política começou a ser pensado. Isso levou a duas orientações: racional ou nacional. Para muitos teóricos do Iluminismo, a justificativa do poder do Príncipe não reside em sua origem, mas na forma de seu uso: no período do Despotismo Esclarecido, reis e imperadores, de Portugal até a Rússia, tentaram ganhar uma nova forma de reconhecimento através do desempenho das políticas de modernização conspícuas. Significava que o tamanho e limites dos Estados podiam ser arbitrários: isto não prejudicava sua legitimidade.

No fim do século XVIII, com o triunfo da ideia do sistema político representativo, a legitimidade do Estado deixou de ser baseada na Razão dos filósofos, e tornou-se enraizada nas pessoas que delegavam que o poder era naturalmente adotado. Na Europa Ocidental, as populações reuniram-se pelas

velhas monarquias que se consideravam nações. Nos Estados Unidos, a unidade nasceu da resistência à Inglaterra e a participação a uma nova Aliança, em outra parte, na Europa Central e Oriental, que foi igualada com a memória étnica (o que mais tarde foi propício para muitas dificuldades).

Os mecanismos do território: 2 – identidades

As pessoas que vivem em uma política têm que dar um sentido a suas vidas. Desta maneira, um resultado é geralmente concluído dentro do desenvolvimento das identidades coletivas.

Todas as sociedades históricas associavam dois tipos de cultura: o vernáculo, ou baixa cultura, da maior parte de sua população, e a elite ou alta cultura, e suas classes dominantes. As culturas vernáculas populares voltavam-se diretamente para a observação e imitação de palavras, atitudes, gestos, práticas, saberes, regras etc. Isto significou que aqueles membros tinham a compreensão direta da configuração em que moravam e suas identidades: graças a estas circunstâncias, identidades locais estavam sem problemas, uma vez que foram preservadas por meio da existência, segundo Pierre Nora, daquilo que é chamado de *ambientes* de memória (NORA, 1984).

As identidades nacionais, o segundo maior componente das identidades ocidentais, foram construídas sobre os testemunhos da história. A fim de fornecer marcadores territoriais, uma política de preservação de monumentos históricos foi lançada em muitos países durante o século XIX. Através do ensinamento da língua nacional, história e geografia, o sistema escolar desempenhou um papel central no desenvolvimento dessas identidades (ANDERSON, 1983).

Identidades nacionais muitas vezes são expressas por meio da utilização de símbolos. Jean Gottmann salientou o papel da *iconografia* na gênese dos territórios no início dos anos 50 (GOTTMANN, 1952).

Países ocidentais estão vivendo uma crise dupla de suas identidades. Devido às mídias modernas, a natureza das culturas vernáculas tem sido totalmente modificada: passando de geração para geração, deixou de ser um processo local. Já que eles são transferidos através de mídias modernas, culturas vernáculas contemporâneas têm seus equivalentes de elite como fontes universais. Portanto, há uma crise de identidades locais, e em muitos casos, o desenvolvimento de políticas que visam à preservação de paisagens vernáculas, a fim de proteger as raízes locais para culturas vernáculas.

Os filósofos ocidentais da história eram universalistas. Algumas nações desempenharam papel central para eles no fim do século XVIII, pois eram consideradas o melhor meio para realizar os objetivos universalistas na civilização ocidental, mesmo dentro de uma área limitada – os resultados obtidos acabariam se difundindo em todo o mundo. A crítica da modernidade, que atingiu as ideologias ocidentais há trinta anos, privaram as nações da sua missão anterior: daí a crise das identidades nacionais – e dos Estados nacionais com base nelas (BADIE, 1995).

Sentimentos de identidade existem em outras escalas – regional ou universal, por exemplo – mas não tinha, até agora, o mesmo significado como o local e o nacional. No entanto, identidades de classe e religião têm sempre que ser exploradas.

Os mecanismos do território: 3 – controle

Este é o terceiro componente nos mecanismos do território: controle. Qualquer sistema político tem que recolher informação sobre áreas e populações e suas regras, fornecer a difusão de suas decisões legais, oferecer bens políticos que estão em demanda – segurança, liberdade, justiça, pelo menos, bem como nas democracias modernas, como saúde e educação –, ver a forma como a lei é aplicada, localizar o oponente e controlar suas ações.

A teoria da *surveillance* (*vigilância*) é bem conhecida desde as publicações de Michel Foucault (FOUCAULT, 1976). A fim de controlar uma população, a única solução é ter pontos de observação em torno de todo o território. Para alcançar bons resultados, um ponto de observação tem que ver ao longo de uma área limitada, tem que ser o mais transparente possível. Para manter uma estreita vigilância sobre os presos, a melhor solução era um cilindro dobrado de *Panopticon* (1971). Para o perdedor, vigiar a população que o sistema político tem que manter era suficiente para executar um sistema hierárquico de territórios administrativos, centrados em vilas ou cidades onde os escritórios do governo, seus serviços políticos em particular eram localizados.

Em um regime representativo político, o mesmo conjunto, ou outro conjunto, do território dividido, é usado como círculos eleitorais, para consultas eleitorais.

Modelos espaciais da geografia política

Fora do que temos que apresentar, é possível deduzir toda a gama de modelos de organização espaciais do processo político. Nós escolhemos o foco em dois deles.

No primeiro modelo, a vida política é organizada em uma base territorial: todo o planeta é coberto com Estados. Em cada um desses Estados, o soberano mantém o monopólio do uso da força física e da violência (GOTTMANN, 1973; BADE, 1995). A solidez dos Estados é ainda maior porque coincide com os limites das nacionalidades, benefícios das identidades locais e nacionais fortes; e nós temos sistemas administrativos eficientes de divisão do território.

Existem relações internacionais. Desde que os Estados desfrutem de uma soberania total, não há possibilidades de construir instituições internacionais que controlem e previnam o cenário internacional, através do uso da força, do desencadeamento de conflitos e guerras entre Estados. A única possibilidade é confiar no mecanismo de dissuasão.

O primeiro modelo clássico de geografia política é um de dois níveis: a vida política se baseia em decisão pacífica, tomada dentro dos territórios nacionais, e no uso de violência, ou a ameaça dela no cenário internacional. Tais sistemas não são completamente estáveis. Dentro de cada Estado, as tensões podem aparecer, com períodos de crises e revoluções. No cenário internacional, o balanço do poder é sempre frágil. Períodos de guerra internacional mais ou menos generalizada aparecem quando o novo balanço do poder está se desenvolvendo.

No segundo modelo, não há territórios onde governantes se beneficiam do monopólio legal do uso da violência. Existem estruturas de poder localizadas em diferentes lugares. Em torno de cada uma delas, governantes locais conseguem controlar um território – muitas vezes, relativamente pequeno. Eles alcançam resultados porque seus poderes estão localmente aceitos como o único legítimo, que reduz os custos do controle, ou porque todo mundo está ciente dos meios de coerção de controle dos governantes locais. Em tal modelo, os mecanismos de dissuasão estão trabalhando tanto nos níveis superiores quanto inferiores. Portanto, desde governantes locais a organizações políticas participando em redes que suportam e ajudam nos tempos de tensões e conflitos, a fragmentação não é total. A vida política é estruturada ao longo de redes, e não baseada em territórios.

Para funcionar sem problemas, tais sistemas têm que permitir as relações de longa distância: a gestão através de acordos negociados entre organizações políticas locais e governantes, de corredores de comércio e de outras formas de relações, e de locais neutros para a realização de reuniões (BONNEMAISON, 1992). As *tribos sem governantes* e sociedades sem Estado, citadas

por antropólogos, oferecem bons exemplos de tais tipos de organização – ver Kabyblia, por exemplo, (MIDDLETON e TAIT, 1958).

Para tais modelos é para lembrar que a vida política é sempre organizada em uma base de escala múltipla: geógrafos têm que explorar o que acontece dentro de cada governo, e a forma como as relações se desenvolvem entre eles.

A evolução das geografias políticas

O padrão espacial de poder e a vida política mudaram ao longo do tempo. Nós apresentamos aqui uma pequena visão geral dessa evolução.

A gênese dos sistemas políticos autônomos e suas formas espaciais

É importante explorar a vida política das sociedades onde não existem instituições políticas autônomas, mas é principalmente nestas sociedades que há concentração da geografia política. A gênese moderna das instituições políticas foi um longo processo. Havia muitos problemas a resolver (MANN, 1986): problemas ideológicos: organizações políticas podem se desenvolver apenas onde religiões e/ou ideologias legitimam a concentração do poder nas mãos de uma casta, um grupo ou uma pessoa; problemas de comunicação, já que governantes têm que receber informações relativas a toda a área sobre a qual seu poder domina; neste campo, a invenção da escrita exerceu um papel essencial, desde a permissão para uma transmissão mais fácil e segura de notícias e ordens, à preservação de testemunhos objetivos de decisões anteriores ou acordos; problemas econômicos, uma vez que os governantes têm que cobrar os impostos e mobilizá-los em pontos diferentes, de acordo com seus objetivos, de âmbito nacional ou internacional; por isso, a importância da monetarização da economia: é mais fácil centralizar as imposições e controlar seu uso se não estiverem em espécie; problemas militares, uma vez que o objetivo da segurança interna e externa envolve a presença de uma força armada, parte dispersa em todo o território, e parte concentrada em locais estratégicos.

Michael Mann apresentou, nos anos 80, um pensamento provocando a reflexão sobre a evolução das estruturas e a natureza da arquitetura política, e a vida política na Antiguidade até a Idade Média (MANN, 1986). O forjamento dos Estados era possível, em países como Egito ou Mesopotâmia, do Quarto milênio a.C., mas suas estruturas eram ainda frágeis. Seus governantes podiam exercer apenas um controle limitado sobre as áreas que dominavam.

Na Baixa Idade Média, o declínio do comércio e as relações econômicas de longa distância tiveram dramáticas consequências na vida das organizações políticas, exceto no Oriente Médio, onde a vida econômica tinha que manter-se próspera e os sistemas políticos tinham que ser reconstruídos nos novos princípios. Desde então, a economia monetária diminuiu e o Soberano perdeu uma boa parte de seu antigo controle sobre seus subordinados. Consequentemente começou o desenvolvimento dos regimes feudais.

A Idade do Estado de Vestfália

Bertrand Badie mostrou, há alguns anos, que a instituição básica que canalizou muito da vida política na civilização ocidental, o Estado Moderno, apareceu em sua forma clássica como resultado dos tratados de Vestfália em 1648 (BADIE, 1995). Esta é a razão pela qual ele falou do Estado de Vestfália, para designar uma instituição que dominou os cenários nacional e internacional por pelo menos três séculos.

O Estado de Vestfália é puramente um Estado racional: tem garantido fronteiras; no cenário internacional, tem os mesmos direitos formais que todos os outros. No cenário nacional, governantes aproveitam o monopólio legal do uso da violência, que permite a eles decidir livremente.

Como o Estado de Vestfália se desenvolveu: surgiu, no momento da monarquia absolutista, passou pelo Despotismo Esclarecido do século XVIII, e por diferentes formas de ideologias nacionais. Ele resistiu a revoluções socialistas da primeira metade do século XX. Apareceu como uma forma tão natural da política, e foi exportado para todo o mundo, especialmente no momento de descolonização, e imposto sobre as sociedades que não tinham as mesmas características étnicas, culturais e econômicas do ocidente (BADIE, 1992). Em todas essas informações, o Estado de Vestfália reteve suas características básicas: sua independência política formal e a consequente liberdade de escolha de seus governantes.

O corolário do Estado Vestfaliano foi a existência de um cenário internacional, onde a dissuasão foi o mecanismo dominante. Ninguém tinha a possibilidade de exercer um poder legal nesta escala. Todos os estados tinham o mesmo direito. A consequência foi que uma ordem internacional só poderia resultar de um equilíbrio de forças, que refletiu parcialmente nos componentes econômicos e demográficos da situação, mas ultimamente resultou do uso, ou potencial do uso, de exércitos e marinhas, e da capacidade de cada país de contar com ele.

Como em cada sistema de dissuasão, normalmente, a vida das diferentes organizações políticas era relativamente fácil, graças à manutenção do sistema de circulação internacional: foi alcançado em meados do século XVII, pelo princípio da livre navegação nos mares, que ofereceu para todos os estados no litoral, acesso a todos os outros. A abertura dos mares foi alcançada principalmente através da ação da Grã-Bretanha (e alguns outros Estados) – o sistema internacional foi desigual. Isso funcionou porque seus participantes, Grã-Bretanha e depois os Estados Unidos, eram comprometidos com a manutenção do que lhes apareceu um fator essencial da estabilidade.

O declínio contemporâneo do Estado de Vestfália e as formas de vida internacionais associadas a ele.

A mudança contemporânea na geografia política do mundo tem várias causas (CLAVAL, 2003):

As consequências da Segunda Guerra Mundial foram tão dramáticas que parecia obrigatório criar novas formas de organização internacional: a Sociedade das Nações depois da Primeira Guerra Mundial, e a Organização das Nações Unidas, depois da Segunda Guerra Mundial. Desde a Segunda Guerra Mundial, em parte, o resultado do colapso do mercado internacional em 1929, um novo conjunto de Instituições Internacionais foi desenvolvido neste campo: o Fundo Monetário Internacional, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento, a organização do GATT (atualmente a Organização Internacional do Comércio).

A ideia era, evidentemente, a proibição do uso da força e da violência no cenário internacional. Devido à corrida das armas atômicas, a dinâmica da dissuasão não desapareceu: ela nunca pareceu tão crucial como entre 1960 e o colapso da União Soviética. Mas, em muitos campos, por causa do desenvolvimento de um crescente número de instituições internacionais, o Estado Vestfaliano viveu.

Devido às inovações tecnológicas que ocorreram durante o século XX, as condições de transporte e comunicação tiveram muitas mudanças: custos mais baratos para a transferência de bens de um lugar para outro, movimentos mais rápidos para viajantes, possibilidade de difundir volumes maiores de informações instantaneamente por todo o mundo. A globalização teve importantes efeitos nas condições da vida econômica: há cinquenta anos, a fase produtiva da economia *filières* (canais) tinha que ser localizada dentro de áreas, desde que seus funcionamentos envolvessem também fluxos importantes de

informação a serem trocadas em longas distâncias. Hoje, essas condições foram relaxadas, o que significa que as nações têm perdido grande parte da influência que podem exercer na vida econômica.

Há cinquenta anos, a vida internacional era facilmente controlada por Estados, uma vez que havia relativamente poucos participantes no comércio internacional e outras formas de relações. Isso aconteceu principalmente com as empresas, os envolvidos em navegação, o comércio e a produção de materiais brutos de um lado, e as missões Cristãs ou organizações humanitárias do outro lado. Hoje, com a rapidez e o baixo preço do transporte aéreo, o número de pessoas que viajam no exterior é muito grande. O papel de organizações não governamentais é mais importante do que nunca.

A globalização não é o único processo que transforma a vida econômica. Desde os anos 20 e 30, tornou-se evidente que a maioria dos territórios nacionais não era grande o suficiente para tirar o máximo de vantagem das economias de escala que as novas tecnologias podiam oferecer. Algumas possibilidades de adaptação puderam ser usadas: países de pequeno tamanho eram especializados em produtos que, para as escalas de economia eram menos significantes (agricultura ou alguns equipamentos). Os de tamanho médio concentravam-se sobre a produção para a qual eles eram grandes o suficiente, nas escalas de economias existentes. Apenas os maiores, especialmente os EUA, puderam capitalizar todas as formas de escalas de economias.

No início dos anos 50, muitas nações começaram a procurar por outra solução: eles tentaram desenvolver Sindicatos Personalizados ou Mercados Personalizados. Isso significava que aqueles Estados, que perderam uma grande parte de seu poder, podiam exercê-lo no campo da economia. Instituições supranacionais eram criadas, a fim de garantir estas formas da cooperação da economia supranacional.

O contexto ideológico tinha mudado profundamente durante os últimos cinquenta anos. A ideia de progresso que era central nas duas versões, liberal e socialista, das culturas ocidentais, tem sido severamente criticada. Os resultados do progresso são impressionantes, mas muitos deles são deterioráveis para algumas pessoas. Os filósofos da história, com a sua crença no advento de um estado de felicidade universal para a humanidade na Terra, tiveram a credibilidade perdida também nas sociedades ocidentais e nas orientais.

Esta mudança ideológica teve consequências importantes nas estruturas políticas: territórios nacionais têm perdido o suporte que tinham, há muito

tempo, achado nos filósofos da história. Nações deixaram de aparecer, como as mais convenientes ferramentas para promover o progresso. Consequentemente, identidades nacionais têm sido gravemente prejudicadas. As identidades de classe, em que se basearam os países socialistas, sofreram uma crise similar. Daí o papel crescente de outras formas de identidades, e de locais, ecológicos ou religiosos.

O cenário político de hoje está passando por rápidas mudanças. Formalmente, ainda é dominado aparentemente pelos Estados Vestfalianos, mas a desigualdade entre eles nunca foi tão grande: alguns deles têm tão poucos recursos para mobilizar, que a tentação é grande para que se tornem estados párias e vendam a sua soberania à organização criminosa internacional ou empresas terroristas (BADIE, 1995; 1999; 2002).

Devido à crise das identidades nacionais e de ideologias do progresso, a estrutura nacional dos Estados que tinham recursos suficientes para pagar um eficiente sistema administrativo, e as políticas ambiciosas de bem-estar mudaram. Sua população é mais dividida do que no passado, com o crescimento dos movimentos regionalistas e localistas, e o desenvolvimento de uma forte etnia ou consciência religiosa entre os migrantes recentes. Por causa das novas instalações de viagem e de comunicação, estes grupos desenvolvem relações mais fortes com comunidades semelhantes na área nacional ou no exterior.

Nós estamos vivendo uma transição entre o verdadeiro sistema de Estado Vestfaliano e formas de estruturas de rede, em que cada comunidade luta pelo controle de um território limitado, por um direito ao acesso a eixos neutros de comunicação e lugares de encontros e empregos. Para alguns grupos, o papel do Estado tem que ser reduzido a garantir este direito do acesso – mas formas supranacionais ou internacionais de política podem também alcançar este resultado.

A fim de evitar as formas mais graves de declínio, os Estados têm que desenvolver novas estratégias, e aceitar compartilhar uma parte de suas responsabilidades antigas com outras estruturas territoriais: este é o problema central de governança moderna.

Desde o colapso da União Soviética, a dissuasão nuclear cessou o seu papel central nas relações internacionais, mantido nos cinquenta anos anteriores. Aparentemente abriu o caminho para um funcionamento melhor das instituições internacionais criadas durante o século XX.

As dinâmicas de dissuasão, contudo, não desapareceram. Apenas tomaram outras formas: é relativamente barato e fácil, para um grupo fanático, organizar um ataque com bomba sobre uma população civil inocente. É uma nova forma de influenciar decisões, gerando disputas de poder entre Estados e governantes estabelecidos.

Muitas sociedades têm, hoje, regimes democráticos, o que significa que suas vidas políticas apresentam uma alternância de fases, a eleitoral; quando a lógica da competição do poder está no trabalho, e o período intermediário; quando o governante eleito é livre para desenvolver a política para qual foi eleito.

A realidade é substancialmente diferente. O sistema de democracia eleitoral funcionou relativamente bem, antes do desenvolvimento dos meios de comunicação modernos. Políticos de hoje vivem de olho nos resultados das pesquisas, o que significa que o processo de negociação e dissuasão tem sido reintroduzido nos períodos em que eles tinham que desaparecer. Em muitos países, os partidos derrotados usam os direitos democráticos para organizar uma guerrilha permanente na vida social e econômica, usando greves e reuniões públicas, ou acontecimentos, como um meio de contestar resultados democráticos de consultas eleitorais.

Esta é a razão pela qual o estudo da vida política em toda sua dimensão, sua estratégia nacional, mais particularmente, é muito importante.

Conclusão

Esta reflexão sobre a natureza e o propósito da geografia política foi planejada para mostrar o interesse sobre uma abordagem, baseada nas análises dos processos políticos, como alternativa de uma abordagem territorial direta: abrange todos os aspectos da vida política, explica muitos de seus aspectos, mostra a diversidade das arquiteturas políticas que eram experimentadas no passado, ou a função hoje neste campo.

Esta reflexão salienta também a origem e as causas de muitos problemas políticos contemporâneos: a crise do Estado, o declínio dos modelos antigos de identidades, o aumento do terrorismo como um problema fundamental na vida nacional e internacional. Isso mostra o papel do crescimento de estruturas de redes no campo político.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres: Verso, 1983.
- BADIE, Bertrand. *L'État import: L'occidentalisation de l'ordre politique*. Paris: Fayard, 1992.
- _____. *La Fin des territoires: essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect*. Paris: Fayard, 1995.
- _____. *Un Monde sans souveraineté: les états entre ruse et responsabilité*. Paris: Fayard, 1999.
- _____. *La Diplomatie des droits de l'homme: entre éthique et volonté de puissance*. Paris: Fayard, 2002.
- BENTHAM, Jeremy. *Panóptico*. 2 vol. Londres: T. Payne, 1791.
- BONNEMAISON, Joël. Le territoire enchanté: croyances et territorialité en Mélanésie. In: *Géographie et cultures*, n° 3, 1992, p. 71-88.
- CLASTRES, Pierre. *La Société contre l'État*. Paris: Editions de Minuit, 1974.
- CLAVAL, Paul. *La Géographie du XXIe siècle*. Paris: L'Harmattan, 2003.
- _____. *Géopolitique et géostratégie*. Paris: Nathan, 1992.
- _____. *Géographie humaine et économique contemporaine*. Paris: PUF, 1984.
- _____. *Espace et pouvoir*. Paris: PUF, 1978.
- ETZIONI, Amitai. *The Active Society: a theory of social and political processes*. New York: the Free Press, 1968.
- _____. *Modern Organizations*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1964.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *The Nuer*. Oxford: Clarendon Press, 1937.
- FORTES, M.; EVANS-PRITCHARD, E. E. (eds.). *African political systems*: Londres, Oxford University Press, 1940.
- GOTTMANN, Jean. *The Significance of Territory*. Charlottesville: University of Virginia Press, 1973.
- _____. *La Politique des États et leur géographie*. Paris: A. Colin, 1952. FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard, 1975.
- MANN, Michael. The sources of social power. vol. 1. In: *A History of Power from the beginning to A.D. 1760*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- MAQUET, Jacques. *Pouvoir et société en Afrique*. Paris: Hachette, 1970.
- MIDDLETON, John; TAIT, David (eds.). *Tribes without Rulers*: Londres: Routledge and Kegan Paul, 1958.

NORA, Pierre. *Entre Mémoire et Histoire*. In: NORA, Pierre (ed.). *Les Lieux de mémoire*. vol. 1, La République, 1984, p. XXV-ILII.

RAWLS, John. *A Theory of Justice*: London: Oxford University Press, 1972.

WEBER, Max. *Économie et société*. Paris: Plon, 1971.

“A virada cultural” em Geografia¹

O presente artigo versa sobre a Geografia Cultural (Claval, 1999; Bonnemaïson, 2001). Por trabalhar sobre esta temática nos últimos vinte anos, sou levado a concluir que o papel da geografia cultural na atualidade é mais importante que no passado, conduzindo, inclusive, nossos colegas na Inglaterra a falarem, nesses últimos anos, de uma “virada cultural” (cultural turn), (Cook et al., 2000; Valentine, 2001; Claval, 2001 -e).

A Geografia Cultural, ou mais precisamente, o interesse dos geógrafos pelos problemas culturais, nasceu na mesma época da Geografia Humana, final do século dezenove. Podem-se destacar três momentos no seu desenvolvimento:

Final do século dezenove até os anos cinquenta, do século XX: os geógrafos adotavam uma perspectiva positivista ou naturalista, não estudando a dimensão psicológica ou mental da cultura. O interesse voltava-se para os aspectos materiais da cultura, as técnicas, as paisagens e o gênero de vida. As representações e as experiências subjetivas dos lugares foram completa e voluntariamente esquecidas. Contudo, a contribuição desse período também foi importante. Esta perspectiva mostrou que os aspectos culturais fundamentais para a Geografia inserem-se em três domínios: a) nas relações homens/meio ambiente, através do estudo do meio humanizado, da paisagem, das técnicas e das densidades; b) nas relações sociais, a partir do estudo das instituições, da comunicação e da difusão das ideias e das técnicas; c) na organização regional e no papel dos lugares.

¹ Publicado originalmente em *Revista Mercator*, Vol. 1, No 1 (2002).

Essa classificação permanece útil para o entendimento dos problemas atuais, fato que me leva a utilizá-la neste trabalho.

Anos 1960 e 1970: a evolução da Geografia Cultural deu-se numa tentativa de utilizar os resultados da “Nova Geografia” para uma sistematização metodológica. Esta perspectiva não me interessa atualmente.

Após os anos setenta do século XX: ocorreu uma mudança significativa, haja vista a Geografia Cultural deixar de ser tratada como um subdomínio da geografia humana, posicionando-se no mesmo patamar da Geografia Econômica ou da Geografia Política.

O objetivo da abordagem cultural é entender a experiência dos homens no meio ambiente e social, compreender a significação que estes impõem ao meio ambiente, e o sentido dado às suas vidas. A abordagem cultural integra as representações mentais e as reações subjetivas no campo da pesquisa geográfica.

Para entender as mudanças recentes da geografia cultural e do seu sentido para a ação humana, procederei da seguinte forma: na parte inicial do trabalho, uma breve apresentação das novas bases da epistemologia científica torna-se necessária (Claval, 2001 -a); na segunda parte, descreverei os novos rumos das relações homens/meio ambiente; na terceira, tratarei da abordagem regional, especificamente do que aconteceu com a Geografia Cultural face ao crescente interesse pelos lugares; na quarta parte, enfocarei as relações sociais na abordagem cultural, especialmente o papel da comunicação; na conclusão, mostrarei que, graças à abordagem cultural, a Geografia apresenta interesse crescente pelos problemas morais do mundo atual, pelas Geografias Vernaculares e pelas Etnogeografias.

Novas condições da epistemologia e abordagem cultural

Fenomenologia, Filosofias Críticas e nascimento de uma nova epistemologia

A epistemologia das Ciências Humanas e Sociais começou a mudar nos anos 1970 (Claval, 2001 -a). Graças à fenomenologia, o interesse pela experiência direta dos lugares e pelo sentido de morar (para quem e não para que, hoje e não ontem) se desenvolveu.

Graças às filosofias críticas, principalmente ao marxismo, aparece a ideia de que no campo social o positivismo teria um papel conservador. A

necessidade de integrar perspectivas existenciais e críticas em todas as Ciências Sociais se impôs, denotando uma perda de credibilidade das grandes narrativas desenvolvidas pelas ciências sociais e históricas.

A Geografia é sempre ligada à cultura onde se desenvolve

A abordagem cultural impõe a necessidade de repensar a Geografia Humana. Deste repensar nasce uma primeira ideia, aquela de que a Geografia Humana não pode ser totalmente desvinculada da cultura onde se desenvolveu, dado também válido para as demais Ciências Sociais, a Economia, as Ciências Políticas, a Sociologia, a Etnologia etc.

O econômico, o político e o social nunca existiram como categorias imutáveis e independentes do espaço onde se encontram. Elas dependem da cultura no seio da qual funcionam. São exemplos desta constatação o desenvolvimento de estudos sobre: a dimensão cultural do consumo, no campo da geografia econômica e da economia; a governabilidade nas Ciências Políticas.

Conseqüentemente, o campo da abordagem cultural na Geografia Humana amplia-se, tomando proporções maiores que o da Geografia Cultural do passado.

A Geografia tem de utilizar a técnica da “descrição densa”

A realidade que os geógrafos estudam é sempre aquela de uma cultura particular. Como analisar essa realidade sem considerar seus recortes mais importantes, sem perder o que faz a sua especificidade? Ao desconfiar dos relatórios simples, por serem feitos na ótica do observador, o etnólogo Clifford Geertz (1973) nos dá um norte. O etnólogo e o geógrafo devem praticar a arte da “descrição densa” (thick description). Trata-se da única maneira possível de integrar, pelo menos, algumas das particularidades culturais das populações e dos lugares estudados.

A visão da cultura deve permanecer crítica

O uso do termo cultura deve ser crítico. Para alguns, a dinâmica das culturas aparece como uma dinâmica de diferenciação a ser protegida. Tudo o que favorece a uniformização do mundo deve ser censurado. Para outros, existe sempre uma dimensão de universalidade nas culturas.

A valorização da diversidade, ou da uniformidade e da universalidade, resulta de escolhas ideológicas. Nenhuma dessas preferências aparece como uma das componentes obrigatórias da abordagem cultural.

Existem diferentes concepções de cultura

A reflexão epistemológica estabelece que existem diversas concepções de cultura.

Numa primeira concepção, a cultura aparece como um conjunto de práticas, de *savoir-faire* ou *know hows*, de conhecimentos e de valores que cada um recebe e adapta a situações evolutivas. Nessa concepção, a cultura aparece ao mesmo tempo como uma realidade individual (resultante da experiência de cada pessoa) e social (resultante de processos de comunicação). Não é uma realidade homogênea. Ela compõe muitas variações.

Numa segunda concepção a cultura é apresentada como um conjunto de princípios, regras, normas e valores que deveriam determinar as escolhas dos indivíduos e orientar a ação. Essa concepção a define como imutável. Essa concepção é útil para compreender a componente normativa dos comportamentos, mas as regras são interpretadas tanto para justificar escolhas diversas como para motivá-las.

Numa terceira concepção, a cultura é apresentada como um conjunto de atitudes e de costumes que dão ao grupo social a sua unidade. Essa concepção da cultura tem um papel importante na construção das identidades coletivas.

Existem diversos níveis de realidades culturais. Geógrafos sempre devem permanecer conscientes da estrutura complexa desse aspecto das sociedades humanas (Bonnemaison, 2001).

A renovação do estudo das relações homens/meio ambiente

Novas perspectivas sobre as relações homens/meio ambiente

A geografia cultural da primeira metade do século vinte desenvolveu-se antes das formulações modernas e sintéticas da Ecologia. Estas formulações apareceram somente em 1942 com o trabalho de Lindeman (1942), sobre o ciclo da energia na natureza, vulgarizando-se nos anos cinquenta, com as publicações de Odum (1957).

Atualmente, os geógrafos analisam as relações homens/meio ambiente segundo a perspectiva ecológica: a transferência de energia solar de um ser a outro através das cadeias tróficas; os ciclos das matérias.

Tal perspectiva aparece como totalmente científica, embora esqueça o papel das representações do meio ambiente por parte das populações locais e

da sua compreensão dos mecanismos ecológicos, da sua concepção da natureza em relação à divindade, ou ao sagrado. Acho que as pesquisas de Scott Hoefle (1997), sobre as representações populares do meio ambiente no sertão do Brasil, oferecem uma boa introdução às contribuições dos geógrafos nesse domínio. Na França, Augustin Berque (2000) publicou um livro sobre o ecúmeno (*L'écumène*), propondo um olhar global acerca desse domínio.

A compreensão da parte realmente científica da Ecologia moderna e da parte apresentada, sobretudo, como ideológica, é fundamental no entendimento da ação humana no mundo atual. Esse tipo de visão crítica está presente nas obras de Augustin Berque (1990), de Philippe Pelletier (1993), de David Harvey (1996) e de Paul Claval (2001 -b).

Novas perspectivas sobre as paisagens

As paisagens desempenharam um papel importante na Geografia da primeira metade do século vinte, entretanto, seu estudo permaneceu essencialmente baseado em duas concepções: a concepção funcional e a concepção arqueológica. Na primeira, a paisagem era concebida como reflexo do funcionamento social, cultural e econômico da sociedade. Na segunda, parte da paisagem não refletia o funcionamento atual, mas os funcionamentos passados. A dimensão estética quase não foi contemplada, salvo na análise da harmonia da paisagem feita por alguns geógrafos alemães.

Atualmente a situação é completamente diversa. Os geógrafos estudam a dimensão estética das paisagens, quer sejam rurais ou urbanas, quer sejam as paisagens dos pintores.

A ideia fundamental é de que os geógrafos devem conceber o estudo da paisagem como uma exploração da convivência que se desenvolve entre ela e os homens, segundo a visão de Gilles Sautter (1979). Existem muitos estudos sobre a significação filosófica e estética da paisagem no Ocidente (Alain Roger, 1997), no Japão e na China (Augustin Berque, 1995; 1996).

Os governantes utilizam as paisagens como suporte de suas mensagens de propaganda ou de sua ideologia. As classes dominantes justificam a sua supremacia social e política pela qualidade das paisagens que planejam (Denis Cosgrove, 1984; James Duncan, 1990).

Nem sempre as paisagens traduzem a vontade da manipulação ideológica expressa pelas classes dominantes. Marc Augé (1990) desenvolveu outra orientação de pesquisa. Ele considera que, no mundo moderno, uma

parte importante das paisagens é planejada para servir de guia aos utilizadores dos serviços públicos, como as das autoestradas e dos grandes aeroportos. Augé fala de um tipo de contrato social mudo entre os planejadores e os usuários.

Para Kenneth Olwig (1996), a organização da paisagem reflete a existência de um sistema de poder: existe uma relação entre o país como criação política e a paisagem como expressão da personalidade do grupo social. O sentido de identidade de muitas coletividades sociais está ligado às paisagens da lembrança e da memória.

Novas perspectivas sobre o papel das técnicas

Parte importante da Geografia Cultural, da primeira metade do século vinte, tratava do papel das técnicas nas relações homens/meio ambiente.

Embora esse campo de pesquisa tenha sido modernizado, ele não aparece com a mesma importância de sessenta ou setenta anos atrás. Na nova abordagem cultural, não se pode isolar os aspectos materiais das técnicas (as ferramentas, as máquinas) dos seus aspectos mentais (os modelos usados pelos fabricantes das ferramentas, os gestos ligados com os seus usos e os termos para descrevê-las e utilizá-las).

Essa nova perspectiva abre possibilidades para a Geografia Histórica. Um bom exemplo na França é oferecido pelas publicações de Jean-René Trochet (1993; 1998): ele explora as relações entre as bases técnicas das sociedades passadas e as suas formas de organização social (o sistema familiar) e políticas (do tipo tribal ou clânico, ou do tipo cidadão).

Para concluir essa parte do trabalho, pode-se dizer que a nova abordagem cultural conduziu a uma renovação profunda do estudo das paisagens, a uma perspectiva crítica sobre a Ecologia contemporânea e a um progresso importante, mas menos significativo, da análise das bases técnicas da vida coletiva.

A diversidade regional das culturas e a organização do espaço

Na primeira metade do século XX, a Geografia Humana focalizava a descrição e a explicação da diversidade regional da terra. Como as culturas nunca aparecem de modo semelhante em lugares diversos, a cultura serviu como um fator importante da explicação da diversidade da superfície terrestre. O estudo estava, todavia, fundado sobre um princípio frágil: o pesquisador buscou

explicar as características de um lugar ou de uma região através da análise dos seus aspectos econômicos, sociais e políticos. Caso não fosse possível fazê-lo, o pesquisador recorria aos dados culturais: o fator cultural sempre apareceu como um fator residual.

Atualmente, a Geografia Regional é, muitas vezes, considerada como um setor secundário da disciplina. Tal afirmação não é verdadeira. O foco dos estudos regionais simplesmente mudou: não se dá mais na escala regional e sim na escala local. A atenção recai sobre o lugar e o território.

Falar de regiões é falar de realidades sociais já existentes. Falar de lugares e de territórios é falar da significação do espaço para cada indivíduo e da maneira de construir objetos sociais a partir das experiências pessoais. Daí a atenção dada ao corpo como fonte de todas as experiências espaciais dos indivíduos. Daí o interesse dado ao papel da imaginação – da imaginação geográfica – na construção das categorias sociais e territoriais.

O resultado dessa evolução é a substituição desse conceito de região pelos conceitos de território (na França, na Itália, no Brasil) e de lugar (na Inglaterra e nos Estados Unidos).

O papel do corpo na experiência humana

Nossa experiência espacial aparece inicialmente como visual. São muitos os trabalhos que tratam do papel do olhar, na construção do espaço e no seu controle: advinda da obra de Michel Foucault (1976), essa temática ocupa um papel fundamental.

Entretanto, os cheiros dão aos lugares parte de suas especificidades. A lembrança dos lugares é também ligada aos sabores das comidas locais, da vegetação queimada e da terra úmida depois da chuva.

Outrossim, a experiência corporal muda com a idade e com o sexo, apresentando-se a necessidade de explorar as geografias dos meninos e meninas, das mulheres e da terceira idade.

Uma nova maneira de entender a diversidade geográfica: as imaginações geográficas

A Geografia Regional de ontem estudava a organização do espaço como o resultado da ação de parcela da população que trabalhava e produzia. Hoje, os geógrafos têm interesse em todas as formas de percepção dos lugares, de construção do outro e de fixação da fronteira entre nós e os estrangeiros.

A exclusão social e a segregação espacial aparecem como formas simétricas e complementares na construção de grupos diferenciados e conscientes de suas especificidades (Gregory, 1994). Tal construção resulta da capacidade imaginativa dos indivíduos e das culturas. Todos conhecem o trabalho do escritor palestino Edward Said, sobre a construção do Oriente no imaginário ocidental no final do século dezoito e no século dezenove. Seus livros constituem exemplos clássicos de estudos sobre a imaginação geográfica. O trabalho de M. W. Lewis e de K. E. Wigen (1997) sobre o mito dos continentes denota interesse semelhante.

Reflexões sobre as identidades e territorialidades

O espaço jamais aparece como um suporte neutro na vida dos indivíduos e dos grupos. Ele resulta da ação humana que mudou a realidade natural e criou paisagens humanas e humanizadas. Os lugares e as paisagens fazem parte da memória coletiva. A lembrança do que aconteceu no passado dá forte valor sentimental a certos lugares.

Os mitos religiosos e políticos mudam a natureza das parcelas do espaço: existem fontes, florestas, árvores e serras que se tornam sagradas, enquanto os seus arredores permanecem profanos.

As identidades individuais e coletivas são fortemente ligadas ao desenvolvimento da consciência territorial. Num tempo em que a globalização ameaça muitas identidades, a luz que a abordagem cultural põe nas relações entre identidades e território indica interessantes perspectivas de ação.

Muitas vezes a nova Geografia Cultural apresenta-se como uma orientação, em que a imaginação e a inventividade do pesquisador são mais importantes do que nas Geografias do passado. Neste sentido, a nova Geografia Cultural é mais livre, na sua abordagem da realidade, do que as Geografias do passado.

Para muitos geógrafos, essa liberdade tem um preço: o esquecimento das dimensões sociais da vida. Trata-se de crítica feita por Anthony Giddens à Geografia do Tempo (aspecto importante da nova abordagem cultural) de Torsten Hägerstrand:

A importância que Hägerstrand concede às práticas sociais diárias é mais evidente e mais clara: com insistência, ele afirma que deseja utilizar a Geografia do espaço-tempo para entender o impacto de um dia comum de uma pessoa comum sobre a organização global dos sistemas sociais. Todavia, a Geografia do espaço-tempo apresenta lacunas bem definidas [...].

Minhas críticas principais são: primeiro, [a Geografia do espaço-tempo] pressupõe e contém uma concepção ingênua e deficiente do agente humano. Por conceder uma grande importância à «corporalidade» do ser humano nos contextos sócio-temporais estruturados, Hägerstrand desenvolve ideias que estão de acordo com as que tentei elaborar anteriormente. Todavia, ele tem uma tendência a considerar que as «pessoas» são constituídas independentemente dos ambientes sociais em que elas se encontram na sua vida diária (Giddens, 1987, p.170).

Embora a Geografia Cultural tenha aparecido, nos anos 1980, de forma um pouco ingênua, atualmente, essa crítica deixa de ser pertinente. Através do estudo da comunicação, a abordagem cultural oferece nova perspectiva de construção da sociedade.

O problema da abordagem cultural na Geografia e a perspectiva da comunicação

Como reestruturar a Geografia Humana?

Das três vertentes da Geografia Cultural que se desenvolveram na primeira metade do século vinte, a que tratava da comunicação tornou-se menos rica que as outras: a difusão de inovações permanecia o único domínio no qual existiam muitas publicações.

Nos estudos que versam sobre as relações homens/meio ambiente e sobre as realidades regionais, a crítica às concepções naturalistas ou neopositivistas da ciência conduziu a uma fragmentação dos campos de pesquisa. Em lugar de estudar “a cultura inglesa”, “a civilização chinesa”, os trabalhos falam “das comunidades paquistanesas em Birmingham”, “dos bairros ricos de Vancouver” ou “das mulheres nos subúrbios da zona sul em Chicago”.

Como evitar essa fragmentação excessiva? Já não se pode acreditar na possibilidade de invocar uma razão universal para explicar a organização da realidade social. Por isso, se deve informar que regularidades aparecem na vida social, que a percepção da paisagem e da realidade social é uma construção social e que perspectivas semelhantes existem nos grupos sociais. Isso constitui a justificativa primeira do significado da comunicação para a geografia de hoje. Uma segunda justificativa resulta do impacto da revolução das telecomunicações sobre as formas de sociabilidade e sobre a globalização nos últimos quarenta anos (Claval, 2001 -c).

Técnicas de comunicação e conteúdo das culturas

Nos estudos recentes da abordagem cultural, o primeiro tema põe em foco as correspondências e as relações entre técnicas de comunicação e formas de cultura (Claval, 2001 -c; 2001 -d). Quando a comunicação repousava somente sobre a palavra e a imitação dos gestos e atitudes, o alcance espacial da transferência das informações permanecia muito reduzido – apenas a alguns metros. O mito teve um papel importante por não existirem memórias objetivas.

Na componente popular das sociedades históricas, a cultura tinha muitos recortes comuns com os das sociedades etnológicas. Para suas elites, a situação demonstrava-se diferenciada. Graças à escrita, elas podiam comunicar-se facilmente com lugares afastados e manter uma memória objetiva do passado. Muitas vezes, a Revelação tornou-se a base das religiões.

Com o rádio e a televisão, as culturas contemporâneas delegam um papel importantíssimo à palavra e ao gesto. Entretanto, convém ressaltar que tal transferência de informações (expressas sob estas formas) não se restringe ao local. Os meninos portugueses, franceses, alemães e ingleses veem os mesmos desenhos animados dos americanos e dos japoneses. É o tempo das culturas de massa. As culturas técnicas e científicas dos que navegam na internet substituem as culturas das elites tradicionais.

Comunicação informativa e comunicação simbólica

A comunicação tem, muitas vezes, um conteúdo prático e técnico. Nesse caso, o problema é o de assegurar a transferência de uma quantidade importante de informações. A comunicação também pode ter um conteúdo simbólico. Nesse caso, um sinal breve basta, para fazer ressoar os corações de muitas pessoas ao mesmo ritmo e dar um sentido de identidade compartilhada.

A comunicação simbólica resulta da construção do eu e do nós através da educação e da experiência de cada um. Os problemas de comunicação simbólica, de identidade e de territorialidade aparecem fortemente ligados.

O papel da comunicação simbólica já foi ressaltado por Jean Gottmann, em 1952. A comunicação simbólica constitui o cimento das grandes construções políticas.

Formas de comunicação e construção do sagrado, das religiões e das ideologias: os universos normativos

A comunicação também é importante por estabelecer uma ligação entre nosso mundo e os outros mundos (Claval, 2001 -d). Ela permite a exploração

do além. A visão do mundo a partir de outro mundo delinea o bem e o mal. Não existem valores sem o além.

A Geografia que se desenvolveu nos séculos dezenove e vinte era concebida como uma construção puramente científica. O seu objetivo era o de estabelecer uma explicação do mundo, concebido como um conjunto de mecanismos. Todos os aspectos normativos do pensamento geográfico foram esquecidos, tais como a análise do sagrado e do profano, da vida religiosa ou da dimensão ética do planejamento e da preservação ambiental.

Conclusão

Para compreender a ação humana, a nova abordagem cultural na Geografia oferece muitas e ricas perspectivas:

- 1- A dimensão ecológica da Geografia Humana tornou-se uma preocupação central da disciplina. Ela deve ser conduzida numa perspectiva crítica.
- 2- A paisagem não se apresenta tão somente como um reflexo do funcionamento passado ou presente da sociedade. As relações emocionais entre a paisagem e o observador são analisadas. O papel da paisagem nas estratégias de poder e de dominação é explorado. A significação da paisagem na construção ou na preservação das identidades é ressaltada.
- 3- Maior atenção voltada às dimensões sociais e mentais das técnicas.
- 4- A nova abordagem regional parte do indivíduo e do lugar e não do país, da região ou do grupo. A experiência do lugar e do espaço se faz através do corpo. A Geografia vivida pelos meninos e meninas, mulheres e pela terceira idade diferem muito das Geografias dos adultos masculinos.
- 5- A diversidade regional da terra não é natural. Ela resulta do trabalho humano que mudou a natureza, e das categorias mentais usadas para opor o próximo e o distante, o familiar e o vizinho do estrangeiro. A construção das categorias regionais exprime a potência da imaginação geográfica.
- 6- O sentimento de pertença regional nunca se apresenta como automático e natural. Nasce de um processo de integração do eu em um meio ambiente e social particular. As regiões geográficas têm uma dimensão afetiva, psicológica e simbólica que cumpre um papel fundamental.
- 7- O conteúdo e o papel das culturas dependem dos modos dominantes de comunicação. As culturas da palavra diferem muito das culturas da escrita.

8- A comunicação simbólica une os homens que partilham uma mesma cultura e os mesmos valores, mas, para tornar-se operacional e funcional, torna-se necessário um longo trabalho de educação e de construção do eu e do nós.

9- Para entender os objetivos da ação humana tem-se que supor ser possível a comunicação com outros mundos. Os geógrafos têm que estudar o papel desses outros mundos na diferenciação do sagrado e do profano, e na construção das categorias do bem e do mal.

Esses nove pontos mostram que a “virada cultural” facilita a compreensão da ação humana. Mas a mudança tornou-se mais profunda:

10- Um número crescente de geógrafos culturais acredita que tem a responsabilidade de extrair da Geografia uma reflexão sobre a ética geográfica. Autores como David Harvey, Robert Sack, Nicholas Entrikin e Augustin Berque partilham essa preocupação, mesmo não apontando as mesmas soluções.

11- Uma das ambições da geografia científica de inspiração naturalista ou positivista era se mostrar completamente diferente dos conhecimentos geográficos que existiam nas culturas populares ou nas civilizações tradicionais.

A crítica moderna mostrou que parte importante dos dados geográficos usados pela Geografia científica eram coletados em entrevistas, com pessoas escolhidas pelo seu conhecimento dos saberes geográficos populares.

A fronteira entre Geografia Científica e Geografias Vernaculares ou Etnogeografias nunca foi completamente fechada. Daí o desenvolvimento de uma linha de pesquisa sobre os saberes geográficos vernaculares. Essa nova orientação é muito importante para entender a ação humana.

Referências Bibliográficas

- AUGÉ, Marc. 1992, *Non-lieux. Introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris, Le Seuil.
- BERQUE, Augustin, 1990, *Médiance. De milieux en paysage*, Montpellier, Reclus.
- BERQUE, Augustin et alii, 1994, *Cinq propositions pour une théorie du paysage*, Seyssel, Champ Vallon.
- BERQUE, Augustin, 1995, *Les raisons du paysage. De la Chine antique aux environnements de synthèse*, Paris, Hazan.
- BERQUE, Augustin, 1996, *Être humains sur la Terre. Principes d'éthique de l'œcoumène*, Paris, Gallimard.
- BERQUE, Augustin, 2000, *Ecoumène. Introduction à l'étude des milieux humains*, Paris, Belin.
- BONNEMAISON. 2001, *La Géographie culturelle*, Paris, CTHS.
- CLAVAL, Paul, *Histoire de la géographie*, Paris, PUF, 1995.
- CLAVAL, P., 1999, *A Geografia cultural*, Florianópolis, Editora da UFSC; ed. or., *La géographie culturelle*, Paris, Nathan, 1995.
- CLAVAL, P., 2001-a, *Epistémologie de la géographie*, Paris, Nathan.
- CLAVAL, P., 2001-b, "Éthique et nature. Une approche conceptuelle", *Géographie et cultures*, n° 37, p.3-22.
- CLAVAL, P., 2001-c, «The cultural approach in geography: the perspective of communication», *Norsk Geografisk Tidsskrift / Norwegian Journal of Geography* vol. 55, n° 3, p. 126-137.
- CLAVAL, P., 2000-d, «The geographical study of myths», *Norsk Geografisk Tidsskrift / Norwegian Journal of Geography* vol. 55, n° 3, p. 138-151.
- CLAVAL, P., 2001-e, «Champs et perspectives de la géographie culturelle», *Géographie et cultures*, n° 40, p. 5-28.
- COOK, I, Coach, D., Naylor, S. and Ryan, J. R. (eds.), 2000, *Cultural Turns/Geographical Turns*, Harlow, Pearson Education Limited.
- COSGROVE, Denis, 1984, *Social formation and Symbolic Landscape*, Londres, Croom Helm.
- DUNCAN, James, 1990, *The City as Text : the Politics of Landscape Interpretations in the Kandyan Kingdom*, Cambridge University Press.
- ENTRIKIN J.N., 1997, "Lieu, culture, et démocratie", *Cahiers de Géographie du Québec*, vol. 41, p. 349-56.

- ENTRIKIN J.N., 1999, "Political community, identity and cosmopolitan place", *International sociology*, vol.14, p. 269-82.
- FOUCAULT, Michel, 1976, *Surveiller et punir*, Paris, Gallimard.
- GEERTZ, CLIFFORD, 1973, *The interpretation of cultures*, New York, Basic Books.
- GIDDENS, Anthony, 1987, *La Constitution de la société*, Paris, PUF.
- GOTTMANN, JEAN, 1952, *La Politique des États et leur géographie*, Paris, A. Colin.
- GREGORY, Derek, 1994, *Geographical Imaginations*, Oxford, Blackwell.
- HARVEY, DAVID, 1996, *Justice, Nature and the Geography of Difference*, Oxford, Blackwell.
- HARVEY, David, 2000, *Spaces of Hope*, Berkeley, University of California Press.
- HOEFLE, SCOTT W., 1997, "Le paradis et l'enfer: la dimension oubliée de la perception de l'espace. L'exemple du Sertão", *Géographie et cultures*, n° 21, p. 93-118.
- LEWIS, M. W. et WIGEN, K., E., 1997, *The Myth of Continents. A Critique of Metageography*, Berkeley, University of California Press.
- LINDEMAN, R. L., 1942, "The trophic dynamic aspect of ecology", *Ecology*, vol. 23, p. 399-418.
- ODUM, EUGENE P., 1959, *Fundamentals of Ecology*, Philadelphia, W. B. Saunders.
- OLWIG K., 1996, " 'Nature': Mapping the ghostly traces of a concept"; in: Earle C., Mathewson K., Kenzer M., *Concepts in Human Geography*, Lanham, Rowman & Littlefield, p. 63-96.
- PELLETIER, PHILIPPE, 1993, *L'Imposture écologique*, Paris-Montpellier, GIP-Reclus.
- ROGER, Alain, 1997, *Court Traité du paysage*, Paris, Gallimard.
- SACK, ROBERT, 1997, *Homo Geographicus. A Framework for Action, Awareness and Moral Concern*, Baltimore, the Johns Hopkins University Press.
- SACK, Robert, 2001, «The geographic problematic: moral issues», *Norsk Geografisk Tidsskrift / Norwegian Journal of Geography* vol. 55, n° 3, p.117-125.
- SAID, Edward, 1980, *L'Orientalisme. L'orient créé par l'Occident*, Paris, le Seuil; ed. inglesa, 1978.
- SAUTTER, Gilles, 1979, «Le paysage comme connivence», *Hérodote*, n° 16, p. 40-67.
- TROCHET, Jean-René, 1993, *Aux Origines de la France rurale. Outils, pays et paysages*, Paris, CNRS.
- TROCHET, Jean-René, 1998, *La Géographie historique. Hommes et territoires dans les sociétés traditionnelles*, Paris, Nathan.
- VALENTINE, Gill, 2001, "Whatever happened to the social? Reflections on the 'cultural turn' in British human geography", *Norsk Geografisk Tidsskrift / Norwegian Journal of Geography* vol. 55, n° 3, p. 166-172.

Geografia Econômica e Economia¹

Uma “pré-história” da reflexão econômica sobre o papel do espaço nas atividades produtivas e no consumo.

O conhecimento da economia se desenvolveu, até o fim do século dezoito, graças à observação do papel do espaço na vida econômica, como foi mostrado por Pierre Dockès, há uma geração atrás (DOCKÈS, 1969).

A reflexão sobre os problemas da riqueza e da produção começou no século XVII, nascida da observação da paisagem e da realidade geográfica. No fim do século XVII, economistas como William Petty, na Inglaterra, e Vauban, na França, já sabiam que as atividades produtivas estavam concentradas ao longo dos litorais, dos rios navegáveis e dos canais, nas tiras de duas léguas de largo.

No século XVIII, a atenção concentrou-se cada vez mais na produção e na troca das riquezas. Richard Cantillon descreveu a criação das riquezas nas zonas rurais e seu consumo nas cidades: ele ofereceu a primeira reflexão sobre a natureza da cidade e a hierarquia urbana. Quesnay foi o primeiro a conceber a vida econômica como um circuito.

Após 1770, a situação mudou. Os economistas desenvolveram um interesse crescente pelos mecanismos econômicos. Turgot descreveu o funcionamento dos mercados e a lei da oferta e da procura. Na *Riqueza das Nações*, Adam Smith (1776) já mostrava interesse pela observação geográfica: no capítulo II do seu livro, ele demonstrou que a especialização do trabalho era limitada pela extensão do mercado. Mas, ele considerou que a riqueza das nações resultava

¹ Publicado originalmente em *Geo-textos*. Vol 1, No 1, 2005.

da vontade dos indivíduos, das iniciativas dos empreendedores e do livre funcionamento dos mercados – “deixa fazer, deixa passar”!

Com Adam Smith, a atenção cessou de sublinhar as particularidades das distribuições geográficas. O economista evidenciou a combinação dos fatores produtivos na empresa e a responsabilidade dos governos no campo do funcionamento das firmas e dos mercados. O problema maior estava na repartição das rendas entre capitalistas e trabalhadores. O ramo principal da ciência econômica ignorou o papel do espaço por mais de um século, até os anos 30 do século XX.

O desenvolvimento paralelo da economia, da teoria das relações internacionais, da teoria da localização e da geografia econômica

Do começo do século XIX até os anos 30 do século XX, o ramo principal da economia ignorava os problemas espaciais da vida econômica. Esses foram estudados por três disciplinas independentes, a teoria das relações econômicas internacionais, a teoria da localização das atividades produtivas e a geografia econômica.

A teoria das relações econômicas internacionais

O ramo principal da economia buscou esclarecer a racionalidade dos agentes econômicos, a lógica das empresas e a existência de zonas onde os seus custos decrescem e de outras onde eles crescem.

Mas a economia não podia ignorar o comércio internacional. Por parte dos empreendedores, o seu alvo era propor regras para a gestão das empresas, bem como regras para a gestão econômica das nações por parte dos governos. Nesse domínio, a pergunta era: Qual é a melhor política, o protecionismo ou o livre comércio?

David Ricardo respondeu, em 1817, afirmando que a melhor política era o livre comércio. Ele raciocinou a perspectiva duma economia sem progresso tecnológico, isto é, sem economias de escalas e sem economias externas. A sua teoria foi consolidada, na primeira metade do século vinte, pelos estudos de Eli Heckscher (1949), Bertil Ohlin (1933) e Paul Samuelson (1948). Nessa perspectiva, a posição de Ricardo estava correta: sem progresso técnico, o comércio internacional favorece o nivelamento dos preços dos fatores de produção. Até o fim do século XIX, o livre comércio foi efetivamente a causa do desenvolvimento econômico da Europa Central e Ocidental e dos Estados Unidos.

A economia espacial

A economia espacial apareceu com von Thünen (1826–1851). O seu alvo era a compreensão das regras de localização dos empreendimentos para obter a maximização dos lucros. O problema não foi descrever e explicar a distribuição espacial das atividades econômicas, e sim esclarecer o papel da distância e dos custos de transporte sobre o nível dos lucros.

O desenvolvimento da economia espacial foi lento: deu-se primeiro a partir da lógica de localização da produção agrícola nos anos 1820, depois, da produção industrial, entre 1870 e 1910, e, mais tarde, das atividades de serviços, nos anos 1930 (WEBER, 1909; CHRISTALLER, 1933; sobre a teoria espacial e seu desenvolvimento, ISARD, 1956; PONSARD, 1955; 1958).

A geografia econômica

A geografia econômica apareceu na Alemanha sob a influência de Carl Ritter e se desenvolveu a partir do fim dos anos 1850. Seu objetivo era a descrição da diferenciação de regiões econômicas num tempo onde as ferrovias e a navegação a vapor abriram novas possibilidades de especialização produtiva.

Um gênero geográfico se constituiu no fim do século XIX, com os livros de Karl Andree, na Alemanha (1861–1874), George Chisholm (1889), na Inglaterra, e Marcel Dubois e J.-G. Kergomard, na França (1897). Esses livros foram republicados até os anos de 1930, sem mudanças importantes na sua concepção geral. O tratado clássico de geografia econômica cobriu essencialmente a produção de gêneros alimentícios (cereais, carne, leite, manteiga, queijo, oleaginosos, vinho), de matérias-primas (seda, lã, algodão), de energia (carvão, petróleo, hidroeletricidade), e de produtos industriais (têxteis, mecânicos, químicos). Descreveu também os países exportadores, os fluxos das mercadorias e os mercados onde as transações comerciais ocorreram.

A lógica das escolhas e decisões econômicas não era explorada. O gênero “tratado de geografia econômica” permaneceu exclusivamente descritivo. Nos anos vinte e trinta do século passado, nos Estados Unidos, a maioria dos geógrafos que trabalhavam nessa área tinham uma formação de geólogo, agronomia ou engenharia de minas.

A geografia econômica fazia uma distinção entre os países industrializados, os novos países industrializados e os países atrasados. A teoria das relações internacionais sublinhava o efeito nivelador do comércio. Ao mesmo tempo, a geografia econômica descrevia uma situação muito contrastada. Parecia não haver relação entre as duas disciplinas.

No campo da geografia econômica, alguns autores se destacaram da maioria. Os geógrafos japoneses tiveram um interesse especial pela teoria da localização, desde o fim do século dezenove. A atitude de Emile Levasseur foi semelhante na França no começo dos anos 1870. Ele escreveu em 1872:

O homem inteligente sempre escolhe exatamente, para exercer a sua atividade, o lugar onde ele poderá tirar o máximo proveito. O fabricante sempre obedece, seja à atração natural, seja à atração social. A atração natural é aquela exercida pelas matérias-primas da natureza: onde o homem as encontrar, ele as transformará no mesmo sítio, a beneficiá-las nos lugares que produzem-lã etc.

Quando as matérias-primas são complexas, o fabricante pode deliberar e escolher, manufaturar seu ferro sobre as camadas de minério ou sobre as camadas de carvão, e sempre decide se aproximar dessas matérias-primas quando o transporte é mais difícil.

Isso é praticamente a teoria da localização industrial antes de parte dos economistas espaciais formulá-la. Na Alemanha, Ernst Friedrich (1904) introduziu, no começo do século XX, a noção de *Raubwirtschaft*, da economia exploradora e destrutiva. Foi a primeira reflexão sobre as condições do desenvolvimento sustentável.

No ano 1908, Pierre Denis propôs uma interpretação muito sutil da economia cafeeira no Estado de São Paulo, no Brasil (Documento 1).

Dos anos quarenta aos anos setenta: a reconciliação entre economia e geografia econômica

Um novo ambiente intelectual

A partir da década de 1930, o ambiente intelectual mudou nos países desenvolvidos e industrializados. O liberalismo aparecia como principal causa da grande crise econômica. Os governos tiveram de intervir na vida econômica e dirigi-la.

Os interesses dos economistas também mudaram. A partir daquele momento, o problema era entender os mecanismos responsáveis pelo crescimento econômico. A macroeconomia se desenvolveu com Keynes (1936), com o estudo do papel da poupança e dos multiplicadores de investimentos e exportações. Graças às contabilidades nacionais, pôde-se, pela primeira vez, comparar a riqueza das nações ou das regiões. O problema do desenvolvimento

torna-se o mais importante para os intelectuais, os economistas, os geógrafos e, também, para a opinião pública.

Transformar a geografia numa disciplina aplicável

O novo desafio do desenvolvimento regional e nacional parecia ser um tema para toda a geografia, e não somente para a geografia econômica.

Para construir uma disciplina aplicável, era necessário dispor de modelos explicativos. O papel da descrição decresceu. A busca de uma teoria para desenvolver projetos e planos para o futuro se impôs. A geografia descobriu a teoria da localização. A “nova geografia”, dos anos 1960, foi primeiro uma pesquisa sobre a eficácia dos modelos de von Thünen (1826–1851), no domínio agrícola; de Weber, no domínio industrial; e de Lösch (1940) e Christaller (1933), no domínio das atividades de serviços.

Graças à teoria dos lugares centrais, a nova geografia dispunha de uma interpretação da hierarquia das cidades e da formação de regiões polarizadas.

O problema do desenvolvimento desigual

Nos anos 40 do século XX, a economia não teve uma explicação satisfatória do desenvolvimento desigual. A teoria das relações internacionais de Ricardo (1817) dizia que o livre comércio era a condição única e suficiente para a equalização dos preços e dos fatores de produção. As evidências, no entanto, apontavam para uma direção inversa: uma concentração das indústrias e das atividades de serviço nas áreas centrais dos países; e uma concentração crescente das indústrias nos países já desenvolvidos.

Nos anos 50 e 60, uma parte importante da pesquisa na economia e na geografia também tratou desses problemas. Em 1955, François Perroux criou a noção de polo de crescimento. A teoria da polarização apareceu como uma criação paralela dos economistas e dos geógrafos.

Os economistas utilizaram a teoria do multiplicador econômico dos investimentos e das exportações. Eles mobilizaram também a noção de economias de escala e aquela de economias externas. Já proposta pelo economista Alfred Marshall, no fim do século XIX (1890), essa noção explica a concentração das atividades industriais e dos serviços nas cidades ou regiões, já beneficiárias de uma grande variedade de atividades.

A contribuição dos geógrafos foi diferente. Edward Ullman mostrou que a concentração das atividades industriais e dos serviços nas áreas centrais

era uma característica comum aos espaços nacionais (ULLMAN, 1953; 1954). Stewart e Warntz (1958) ensinaram a construir superfícies de potenciais – potenciais de populações, potenciais de renda. Essas superfícies deram uma medida da atratividade das zonas centrais. Mas os geógrafos inovaram, sobretudo em suas análises do papel da informação na vida econômica. Os custos ligados à distância são também custos de transporte de bens e pessoas e custos de transferência de notícias e informações.

Torsten Hägerstrand (1953; 1968) explorou os problemas da difusão da informação econômica na primeira metade do século XX, na Suécia meridional, e propôs modelos para explicar os seus mecanismos. Ao fim dos anos 60, Gunnar Törnqvist (1968; 1970) sublinha o sentido dos contatos diretos, das relações “cara a cara”, na tomada de decisões econômicas.

A mais importante contribuição dos geógrafos esteve diretamente ligada à reflexão dos economistas. A expressão “economias externas” não fez nenhuma referência à organização do espaço. Os geógrafos provaram que elas nasceram da possibilidade de obter informações gratuitas em certos lugares, geralmente nas cidades. Graças à reflexão sobre o papel da informação na vida econômica, a lógica das cidades foi mais bem entendida. As cidades, no seio dos espaços regionais, e os bairros centrais de negócios, no seio das cidades, serviram para facilitar o surgimento de parcerias nas relações econômicas ou na vida cultural. Uma central telefônica apareceu, num certo sentido, como o equivalente de um bairro de negócios numa cidade (CLAVAL, 1981). Era na vizinhança desses comutadores, nos bairros centrais de negócios das cidades, que a possibilidade de obter as informações sem custos era maior.

Durante os anos 50 e 60, a economia e a geografia econômica tratavam dos mesmos problemas. Os geógrafos tiravam uma grande parte de sua inspiração dos modelos desenvolvidos pela economia espacial e pela macroeconomia. Eles admitiram suas dúvidas.

A contribuição dos geógrafos para a interpretação do crescimento polarizado era original: eles enfatizaram o papel da informação na vida econômica e na gênese das economias externas; analisaram a natureza econômica das cidades e seu papel na vida de relações. Os economistas geralmente ignoravam os resultados da geografia econômica. Muitas vezes, esses tipos de relações desiguais se encontram também na produção do conhecimento científico.

Um interesse crescente pelo consumo

A vontade de assegurar uma renda suficiente a todas as classes sociais e a todos os povos na terra conduziu, ao mesmo tempo, a uma análise mais precisa das condições para o crescimento e o desenvolvimento e a uma atenção mais forte pelo consumo.

Do lado dos economistas, a diferença entre os objetivos das empresas e aqueles dos consumidores foi sublinhada: de um lado, o lucro; de outro, a utilidade. Como consequência, um interesse novo apareceu pela divisão dos espaços urbanos exercendo funções produtivas e funções residenciais. A nova perspectiva permitiu o desenvolvimento duma teoria das migrações humanas e contribuiu, também, para a compreensão de situações em que se buscavam rendas mais altas ou o prazer de consumir em lugares diferentes. Os geógrafos se apaixonaram por esses temas. Eles combinaram os resultados da economia com a nova metodologia dos mapas mentais para construir uma nova geografia econômica das escolhas residenciais, das segregações urbanas e do turismo.

A evolução contemporânea

Um novo contexto econômico

Entre o fim do século XIX e os anos 60 do século seguinte, as condições da vida econômica mundial não tinham mudado muito: um mercado mundial já existia para os gêneros alimentícios, os minerais e os produtos industriais de consumo durável. O custo e a duração das viagens e o custo da transferência das informações limitavam a internacionalização das empresas. As condições do aprendizado do trabalho industrial permaneciam praticamente inalteradas para a Europa, os Estados Unidos, alguns outros países de povoamento europeu e o Japão, que guardavam o monopólio do trabalho industrial.

A revolução dos transportes rápidos e das telecomunicações transformou o espaço mundial em poucos anos. Os países industrializados perderam o monopólio do trabalho industrial. Novos países industrializados surgiram na Ásia oriental e sul oriental e na América Latina. As empresas tornaram-se mais internacionais e transnacionais. Fala-se de globalização para descrever essa mudança. O termo não é perfeitamente satisfatório, porque a internacionalização das trocas já havia sido iniciada nos tempos das grandes navegações. O específico da situação contemporânea é somente a rapidez das transferências de informação e a ameaça de desequilíbrios ecológicos profundos na escala mundial.

Um novo contexto intelectual

A fé no progresso, partilhada pelas sociedades ocidentais, durou dois séculos, mas está desaparecendo. É fato que as condições de saúde melhoraram; que há uma expectativa de vida mais alta, mas há também a ameaça nuclear, os organismos geneticamente modificados e o aquecimento climático.

No domínio das ciências sociais, a mudança das atitudes parece ainda mais importante. A diferença entre o discurso científico e os discursos pré-científicos parece menos clara que há cinquenta anos. As ciências sociais foram utilizadas pelos governos europeus para construir e justificar seus impérios coloniais e fiscalizar suas populações. As atitudes tornam-se mais críticas. Hoje, o objetivo dos cientistas não é mais propor novos modelos aos governos, mas, sim, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e que proporcione felicidade aos indivíduos.

A barreira entre economia e geografia econômica está desaparecendo. Cada grupo trabalha sobre problemáticas semelhantes: aprofundamento teórico, criação de novas teorias, a teoria da regulação, por exemplo, alargamento da concepção da vida econômica. As pesquisas tratam dos problemas atuais, da globalização, da metropolização ou do papel dos lugares.

Paul Krugman e o aprofundamento teórico

Desde os tempos de Adam Smith, nunca o ramo central da teoria econômica tinha levado em conta o papel do espaço na vida econômica. A situação muda com Paul Krugman (1997). Para ele, as empresas têm uma zona de rendimentos crescentes, ou de custos decrescentes, mais larga que os economistas pensavam no passado. Essa situação vem das particularidades de certos lugares onde existem economias externas.

Dessa maneira, Paul Krugman rompe com a teoria clássica das relações econômicas internacionais. Ele integra, no centro da teoria econômica, uma parte dos resultados da geografia econômica dos anos 1960 sobre o papel dos circuitos de informação na economia.

O espaço econômico para de aparecer como uma planície de transportes unicamente diferenciada pelas dotações no fator-terra. Os lugares têm propriedades diferenciadas porque os conhecimentos de que dispõem seus trabalhadores, assim como seus instrumentos de trabalho, são diversos.

Uma “economia de vizinhança” se desenvolve. Na França, economistas como Bernard Pecqueur e Zimmermann (2003) seguem essa orientação.

A escola da regulação

O marxismo não dava um papel importante ao espaço. Nos anos 60 do século XX, a contribuição da economia marxista ao conhecimento da realidade geográfica reduzia-se, na escala mundial, à teoria da exploração imperialista do Terceiro Mundo pelos países já industrializados e centrais. A emergência de novos países industrializados na Ásia oriental e sul oriental arruína esse tipo de interpretação. Daí surge os ensaios, da parte de economistas e geógrafos marxistas, para reintroduzir o espaço na teoria marxista, ou para combinar a abordagem marxista e a abordagem liberal.

A primeira solução foi explorada por David Harvey no livro *The Limits to Capital* (HARVEY, 1982). A segunda solução foi desenvolvida pelo economista francês Aglietta (AGLIETTA, 1976). De acordo com Thomas Kuhn (1962), existe uma analogia entre a visão da evolução econômica segundo Aglietta e a visão da evolução científica. Para Thomas Kuhn, existe uma sucessão de períodos normais de produção da ciência e de períodos de revoluções científicas. De uma maneira semelhante, a vida econômica é feita de modos de produção, nos quais a economia é regida por mecanismos descritos pela economia liberal, e de revoluções econômicas, quando as regras do jogo econômico mudam.

Na concepção regulacionista, existem, de fato, dois níveis de teoria: a macroeconomia marxista explica a lógica das revoluções econômicas, e a mesoteoria é baseada nos resultados da economia clássica, aplicados às condições particulares de cada modo de produção.

O interesse maior da abordagem regulacionista provém da sua análise da transição entre o modo de produção fordista e o modo de produção pós-fordista. Geógrafos econômicos, como Allan Scott, e economistas, como Boyer, inspirar-se-ão nos trabalhos sobre a economia das empresas e os custos de transação de Coase (1937) e de Williamson (1975; 1987).

No modo de produção fordista, os custos de transferência das informações através dos mercados eram tão altos que as grandes empresas tiveram uma vantagem sobre as pequenas ou as médias, porque dispunham da possibilidade de assegurar a transferência, à longa distância, das informações sem recurso ao mercado. Com as novas tecnologias de transporte rápido e de telecomunicações, a transferência das informações econômicas através dos mercados torna-se mais econômica. É o tempo da flexibilidade. O economista italiano Becattini (1987) propôs uma interpretação dos distritos industriais da Terceira Itália em termos de flexibilidade: ele convence os economistas do valor da teoria regulacionista.

Os resultados da escola regulacionista parecem fascinantes, mas, se, de um lado a retórica permanece, às vezes, vizinha do marxismo, de outro, a contribuição mais importante provém da influência de Coase (1937) e de Williamson (1975; 1987). Estes, também não diferem muito dos resultados apresentados pela “economia de vizinhança” de Paul Krugman (1997).

O alargamento da concepção da vida econômica

Até os anos 1970, o esforço da pesquisa econômica deu ênfase à análise dos mecanismos econômicos de mercado. Sabia-se, graças a Marcel Mauss (1922) e a Karl Polanyi (1944), que a vida econômica podia ser organizada segundo outros princípios: o princípio da economia de redistribuição, ou o princípio da economia “solidária”. Geralmente os economistas pensavam que o estudo desses tipos de organização econômica era do domínio da antropologia e não da economia.

Nos anos 70, os geógrafos econômicos tinham mostrado que as economias de redistribuição do tipo soviético supunham custos de informação mais altos que aqueles das economias de mercado. A questão da economia “solidária” é mais importante do que geralmente se pensa: os empregados trabalham para dar presentes aos parentes e amigos.

Uma parte significativa da pesquisa econômica contemporânea priorizou esses aspectos da vida econômica. No tratado de geografia econômica, publicado em Paris por Isabelle Geneau de Lamarliere e Jean-François Staszak (GENEAU; STASZAK, 2000), os autores insistiram muito nas dimensões espaciais de cada tipo de organização dos circuitos econômicos, e também, nas motivações dos agentes.

O papel do consumo e as dimensões culturais da economia

Até os anos 50 do século XX, a economia e a geografia econômica estudavam essencialmente os aspectos produtivos e distributivos do circuito econômico.

A situação contemporânea é profundamente diversa. Numa sociedade de consumo, a criação/concepção dos bens por grupos de especialistas e os modos de consumir esses bens têm um papel central na dinâmica econômica.

Há cerca de dez anos, na Inglaterra, os trabalhos de geografia econômica cultural se desenvolvem rapidamente (BELL; VALENTINE, 1998; CRANG, 1996).

Os problemas do mundo contemporâneo (CLAVAL, 2003)

A cena econômica mundial difere muito daquela dos anos 60. O comércio de peças e componentes se desenvolve mais rapidamente que o comércio dos bens finais ou das matérias-primas e das fontes de energia. O comércio dos bens intermediários é um comércio global e desempenha papel predominante na escala continental. Daí as pressões favoráveis às uniões econômicas: a União Europeia, a zona de livre comércio norte-americana, o Mercosul etc.

Com o desenvolvimento do comércio global e de empresas multinacionais, parece cada dia mais necessário dispor de lugares onde seja possível manter relações com centros de comércio e de negócios do mundo inteiro. O desenvolvimento das linhas aéreas e das telecomunicações dá uma vantagem importante a cidades que possuem aeroportos do tipo que os Americanos chamam de “hubs” e que possuem também teleportos. Nas hierarquias urbanas, o nível das grandes cidades tem um papel crescente: isso explica o fenômeno da metropolização.

Com uma mobilidade mais alta, a geografia muda. Migrantes são atraídos pelos países ricos onde existem possibilidades de trabalho e um acesso mais fácil aos serviços de saúde e educação. Ao mesmo tempo, regiões turísticas tornam-se regiões de implantação permanente de estrangeiros. A mobilidade cria problemas culturais ligados a essas novas minorias nas grandes cidades como Nova York, Los Angeles, Londres, Paris, e nas zonas turísticas, como as ilhas Baleares.

Um outro campo de pesquisa sobre a geografia econômica do mundo contemporâneo, ligado ao declínio do poder de fiscalização e de “impulsão” por parte dos governos dos estados, é o papel das iniciativas locais, que hoje parece mais importante que há cinquenta anos.

Conclusão

A geografia econômica ficou muito tempo isolada da economia e do resto da geografia. Ela se apresentava como uma descrição das atividades produtivas, dos fluxos de bens e de grandes mercados.

A situação começou a mudar há cinquenta anos. A evolução ocorreu em duas fases: na primeira, o interesse ficou centrado sobre a produção, mas o objetivo mudou. A explicação de mecanismos e de processos de decisão substituiu a descrição. Os problemas da polarização do crescimento pareceram centrais nesse período. Na segunda fase, a atenção se abriu sobre novos problemas: a globalização, a metropolização, a mobilidade crescente e suas consequências, as questões ambientais.

No contexto das ciências econômicas, a geografia econômica desempenhou um papel muito modesto até a década de 50 do século XX. Depois, se aproximou da economia, incorporando muitos resultados da teoria da localização, da teoria das relações internacionais e da macroeconomia. Inovou também no domínio dos fenômenos de polarização, do papel da informação e da interpretação das economias externas.

O papel da geografia econômica no contexto das ciências econômicas é, hoje, maior que no passado. Ela explora a influência da cultura no domínio do consumo e estuda os circuitos econômicos “solidários” e de redistribuição. Além disso, ela contribui também para o estudo da flexibilidade e da metropolização.

As decisões dos agentes econômicos sempre têm dimensões espaciais: daí a emergência duma geoeconomia. A sua ambição é de compreender as estratégias dos agentes econômicos num mundo onde as empresas jogam cada dia um papel mais importante.

Documento 1

Pierre Denis beneficiou-se duma bolsa Albert Kahn no ano de 1907, e viajou ao Brasil, de Belém a Porto Alegre. No seu retorno, ele publicou um pequeno livro, notável pela descrição das paisagens e pela qualidade da interpretação das mudanças da economia cafeeira no Estado de São Paulo. O esquema foi o seguinte:

- A abolição da escravidão priva os cafeicultores de mão de obra.
- O Estado de São Paulo organiza e financia a imigração da mão de obra europeia, principalmente italiana.
- Nos cafezais, a mão de obra é remunerada através do pagamento da colheita do café e da possibilidade de cultivar milho entre os cafezais. A remuneração real é mais importante nos cafezais novos, onde ocorre a produção de milho. Para atrair a mão de obra, os cafeicultores têm de abrir novas áreas de cultivo. A produção de café cresce de maneira exponencial.
- O governo nacional pratica uma política inflacionária entre 1888 e 1898. O preço do café, medido em moeda estrangeira, diminui no mercado internacional, mas o seu valor permanece estável em moeda brasileira.
- No Brasil, a política inflacionária do governo federal não acarreta um aumento dos preços dos produtos nacionais nem dos gêneros

alimentícios. O crescimento da produção de café não se traduz por uma redução dos lucros dos cafeicultores em moeda nacional. Em consequência, a inflação não afeta os cafeicultores e sua mão de obra. Um mecanismo de crescimento exponencial da produção funciona bem.

- Em 1899, o governo federal inicia uma política monetária deflacionista. A paridade entre a moeda brasileira e o ouro é restaurada em poucos anos. A renda dos cafeicultores brasileiros cai. A primeira crise decorrente do excesso da produção cafeeira se inicia.

A qualidade das interpretações de Pierre Denis é excepcional. Ele torna-se banqueiro no período entre as duas guerras mundiais. Durante a segunda guerra mundial, torna-se o responsável das finanças da França livre, com De Gaulle, ainda em Londres.

Referências Bibliográficas

- AGLIETTA, Maurice. *La Théorie de la régulation*. Paris: La Découverte, 1976.
- ANDRÉE, Karl. *Geographie des Welthandels mit geschichtlichen Erläuterungen*. Stuttgart, 1861-1874, vol. 2.
- BECATTINI, G. (dir.). *Mercato e forze locali: il distretto industriale*. Bologne: Il Mulino, 1987.
- BELL, David, VALENTINE, Gill. *Consuming Geographies. We Are what we Eat*. Londres: Routledge, 1998.
- CHISHOLM, George G. *Handbook of Commercial Geography*. London: Longman, 1889.
- CHRISTALLER, Walter. *Die zentralen Orte in Süddeutschland*, Iéna, Fischer; trad. am., *Central Places in Southern Germany*, Iéna, Fischer; trad. am., *Central Places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1933.
- CLAVAL, Paul. *La Logique des villes. Essai d'urbanologie*. Paris: Éditions techniques, 1981.
- CLAVAL, Paul. *La Géographie du XXIe siècle*. Paris: L'Harmattan, 2003. COASE, R. The nature of the firm. *Economica*, n. 4, p. 386-405, 1937.
- CRANG, P. Displacements: geographies of consumption. *Environment and Planning A*, v. 28, n. 1, p. 47-68, 1996.
- DENIS, Pierre. *Le Brésil au XXe siècle*. Paris: A. Colin, 1908.
- DOCKÈS, P. *L'Espace dans la pensée économique du XVIIe au XVIIIe siècle*. Paris: Flammarion, 1969.
- DUBOIS, M., KERGOMARD, J.-G. *Précis de géographie économique*. Paris: Masson, 1897.
- FRIEDRICH, E. Wesen und geographische Verbreitung der Raubwirtschaft. *Pettermann's Mitteilungen*, n. 3, p. 68-79 e n. 4, p. 92-95, 1904.
- GENEAU DE LAMARLIÈRE, Isabelle, STASZAK, Jean-François. *Principes de géographie économique*. Paris: Bréal, 2000.
- HÄGERSTRAND, T. *Innovationförloppet ur koroligisk synpunkt*. Lund: Gleerup, 1953; trad. am. *Innovation diffusion as a spatial process*. Chicago: Chicago University Press, 1968.
- HARVEY, David. *The Limits to Capital*. Oxford: Blackwell, 1982.
- HECKSCHER, E. The effect of foreign trade on the distribution of income. In: American Economic Association. *Readings in the Theory of Foreign Trade*. Philadelphia: Blakiston, 1949, p. 272-300.
- ISARD, W. *Location and Space Economy*. New York: John Wiley et Cambridge (Mass.), The Technology Press of MIT, 1956.

- KEYNES, John M. *General Theory of Employment, Money and Growth*. Londres, 1936.
- KRUGMAN, Paul R. *Development, Geography and Economic Theory*. Cambridge: The M.I.T Press, 1997.
- KUHN, T. S. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: Chicago University Press, 1962.
- LAUNHARDT, W. Die Bestimmung des zweckmässigsten Standortes einer gewerblichen Anlage. *Zeitschrift des Vereins deutscher Ingenieure*, v. 26, n. 3, 1882.
- LEVASSEUR, Emile. *L'Étude et l'enseignement de la géographie*. Paris: Delagrave, 1872.
- LÖSCH, August. *Die räumliche Wirkung der Wirtschaft*. Iena: G. Fischer, 1940; trad. ang., *The Economics of Location*. New Haven: Yale University Press, 1954.
- MARSHALL, Alfred. *Principles of Political Economy*. Londres, 1890.
- MAUSS, Marcel. Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. In: Mauss, Marcel (Ed.). *Sociologie et anthropologie*. Paris: P.U.F., 1950, p. 142-279.
- OHLIN, Bertil. *International and Interregional Trade*. Cambridge: Harvard University Press, 1933.
- PECQUEUR, Bernard (dir.). *Dynamiques territoriales et mutations économiques*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- PECQUEUR, B. et J. B. ZIMMERMANN. *L'Économie de proximité*. Paris: Economica, 2003.
- PERROUX, François. Note sur la notion de pôle de croissance. *Économie appliquée*, v. 8, n. 2, p. 307-320, 1955.
- POLANYI, Konrad. *The Great Transformation*. New York: Rinehart, 1944. PONSARD, C. *Économie et espace*. Paris: SEDES, 1955.
- PONSARD, Claude. *Histoire des théories économiques spatiales*. Paris: A. Colin, 1958.
- RICARDO, David. *Principles of Political Economy and Taxation*. Londres, 1817.
- SAMUELSON, Paul A. International trade and the equalization of factor price. *Economic Journal*, v. 58, p. 163-184, 1948.
- SMITH, Adam. *An Enquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. London, 1776.
- STEWART, J. Q., WARNTZ, W. Physics of Population Distribution. *Journal of Regional Science*, v. 1, p. 119-121, 1958.
- THÜNEN, J. -H. *Dasisoliert Staat in Beziehungen auf Landwirtschaft und Nationalökonomie*. Hambourg, 1826-1851, 2 vol.
- TÖRNQVIST, Gunnar. *Flows of Information and the Location of Economic Activities*. Lund: Gleerup, 1968.

- TÖRNQVIST, Gunnar. *Contact Systems and Regional Development*. Lund: Gleerup, 1970.
- ULLMAN, Edward L. Regional development and the geography of concentration. *Papers and Proceedings of the Regional Science Association*, v. 4, p. 179-198, 1953.
- ULLMAN, E. L. Geography as Spatial Interaction. In: Committee on Regional Economic Analysis. *Interregional Linkages*. Berkeley, 1954, p. 63-71.
- WEBER, A. *Über den Standort der Industrien*. Tübingen, 1909.
- WILLIAMSON, Oliver E. *Markets and Hierarchies*. New York: The Free Press, 1975.
- WILLIAMSON, Oliver E. *Firms, Markets, Relational Contracting*. New York: The Free Press, 1987.

O território na transição da pós-modernidade¹

Os geógrafos dos anos sessenta atribuíram tudo ao espaço. Hoje em dia, eles falam comumente de território. Essa mudança reflete, em parte, nos debates epistemológicos internos à geografia. Ela é, sobretudo, testemunha de uma profunda transformação do mundo e de uma mutação correlata das maneiras de compreendê-lo. Concorre para isso, o declínio das ideologias dominantes da economia, tão populares durante os “Trinta Gloriosos”, e a atenção mais perspicaz dada à maneira pela qual os homens vivem o seu meio e a fragilização das identidades, desencadeada pelo declínio das filosofias da história que serviam para interpretar o mundo. A partir de agora é aos lugares e àquilo que os diferenciam que muitos se referem para dizer o que eles são e em que se distinguem uns dos outros.

O Território: uma descoberta recente da geografia humana

Território, controle e poder

A partir do início do século, os geógrafos são levados a falar de território na medida em que se voltam para os problemas de geografia política e tratam do espaço destinado a uma nação e estruturado por um Estado. Muitos problemas nascem do desajuste entre a distribuição das populações e os limites do

¹ Este artigo foi originalmente publicado na revista *Géographies et Cultures* n. 20, inverno 1996, Paris: L’Harmattan. Publicado também na revista *GEOgraphia*, Vol. 1 No. 2, 1999, Rio de Janeiro. Tradução e revisão de: Inah Vieira Lontra, Márcio de Oliveira e Rogério Haesbaert. Agradecemos as observações muito pertinentes de Cláudia Mara Costa Alves.

Estado; outros resultam da dificuldade que alguns países têm de garantir sua segurança dentro dos limites impostos pelo povoamento do país; eles procuravam se atribuir fronteiras mais fáceis de serem defendidas, como rios ou cadeias de montanhas. Para justificá-las, os seus representantes declaravam que a natureza concedeu-lhes os limites do território nacional. O território, nestas concepções, resulta da apropriação coletiva do espaço por um grupo.

Jean Gottman aproveita ao mesmo tempo as abordagens da Geografia política e da geopolítica do período entre guerras, e do pensamento dos teóricos do Estado, quando associam a concepção moderna de território à de soberania (1973). Para que uma entidade política possa ter a experiência do caráter absoluto do poder, é preciso que ela não tenha concorrente, e que exerça um monopólio total sobre o espaço dado; ela é então soberana. A ideia de território está assim ligada à de controle, e a justifica.

Esta concepção de território emerge no século XVI e é teorizada pela primeira vez por Jean Bodin. A ideia de contrato social como foi formulada por Hobbes, torna-o uma das bases de todas as doutrinas políticas modernas. Tendo vivido a experiência do caos no qual o uso privado da violência mergulhava suas existências, os membros de uma comunidade decidem renunciar a um direito de efeitos perversos, e o concedem ao “Leviatã”; o Estado nasce deste ato, que lhe dá uma soberania total sobre o espaço, o qual a partir de então ele controla.

Ao território do Estado, tal como resulta da teoria política moderna, se opõem aqueles que refletem outras estruturas de poder. A prática feudal de um poder hierárquico, em que cada escala só dispõe de atributos limitados, alcançando uma estruturação de espaços que se encaixam ou se cruzam, não leva à geometria simples dos territórios na qual a prática internacional conduziu no início a Europa e, depois, o conjunto do mundo desde o século XVII.

Robert Sack (1986) propôs uma interpretação de territorialidade bem próxima à de Gottman, mas aplicável em todas as escalas. Quando você tem crianças, diz ele, você pode impedi-las de abrir uma ou outra gaveta do seu escritório, de brincar com o computador, com o telefone ou o fax, de pegar livros das estantes e de colocá-los em qualquer lugar. A lista de proibições pode se estender ao infinito, o que diminui o efeito e prejudica sua eficácia. Impedindo pura e simplesmente o acesso das crianças ao escritório, com menos despesas você alcançará o resultado desejado. O território nasce então das estratégias de controle necessárias à vida social – uma outra maneira de dizer que ela

exprime uma soberania. A abordagem de Robert Sack adquire importância por salientar que a ideia de territorialidade se aplica a todas as escalas, desde uma peça num apartamento até a de um Estado.

Território e realidade social

Outro componente da ideia de território vem da etiologia animal. Os trabalhos do austríaco Konrad Lorenz (1973) e do holandês Nicolas Tinbergen (1967) descobriram o papel que representa a territorialidade na vida de várias espécies. Para elas os espaços de vida são possessivamente marcados. No interior dos compartimentos assim delimitados, uma ordem hierárquica é instituída – uma *pecking order*, segundo a expressão inglesa, frequentemente utilizada. Um macho geralmente a domina, afirma sua superioridade sobre os mais jovens durante confrontos que se sucedem periodicamente; ele elimina os eventuais concorrentes que ultrapassem os limites. A partir do controle do território, os grupos animais asseguram a sua reprodução e controlam seus efetivos.

As pesquisas dos etiologistas alcançaram um enorme sucesso entre todos aqueles que se interessavam pelos animais nos países de língua alemã, inglesa, ou na Escandinávia, desde o pré-guerra. A ideia de transpor os ensinamentos da etiologia às sociedades humanas é, então, sugerida por alguns, como Konrad Lorenz (1973); mas foi no início dos anos sessenta que ela se popularizou através das publicações de Robert Ardrey (1966) ou de Desmond Morris (1969). Pareceu arriscado para a maior parte dos especialistas em Ciências Sociais a ideia de transferir de forma brutal os conhecimentos da Biologia ou das Ciências Naturais para os comportamentos humanos, mas é difícil não aceitar comparações entre os grupos de primatas e os ancestrais do homem.

Os geógrafos se recusaram a incorporar as lições de Tinbergen ou de Lorenz ao seu domínio, mas retiraram dos exemplos fornecidos pela etiologia a ideia de que é preciso se sujeitar aos meios colocados em prática para controlar o espaço, a fim de compreender o dinamismo das sociedades (MALMBERG, 1980). Por que a apropriação de certa extensão não seria necessária para o desbrochar de certas funções sociais?

O sucesso da geografia radical de inspiração marxista conduz, no início dos anos 70, a uma estranha retórica sobre a criação do espaço; pela recusa em “naturalizar” os fatos sociais, fez-se da sociedade a realidade primeira. Ela não está mergulhada em um meio que, pelo menos em parte, a precedeu: ela o suscita e o molda.

Tais posições são insustentáveis para os que se dizem materialistas. Os geógrafos marxistas que se querem coerentes, rapidamente descobrem que é preciso deixar de falar de criação de espaço. O território lhes permite salvar a cena. É o que expressa o dicionário de geografia de Roger Brunet:

O território diz respeito à projeção sobre um espaço determinado, de estruturas específicas, de um grupo humano, que inclui a maneira de repartição e, gestão do ordenamento desse espaço (BRUNET et al., 1992: 436).

Território, símbolos e representação

A dimensão simbólica do território está efetivamente presente nos trabalhos dos geógrafos, desde o período entre as duas guerras. Jean Gottman a sistematiza quando propõe, em 1952, fazer da análise das iconografias uma das bases da geografia política.

Os trabalhos de inspiração fenomenológica e humanista caminham no mesmo sentido. Eric Dardel acentua que, para as sociedades primitivas, a terra é *poder*, pois ela é *origem* (é dela que procede toda a realidade), *presença* (é “no seu encontro como uma paisagem que se apresenta e se anuncia a ela” “que o presente se renova e se transmite como uma reserva oculta de vigor e de força” [DARDEL, 1990:69]), e *força sobrenatural* (“na base da geografia dos povos primitivos, há um comportamento religioso, e é através desse valor sagrado que se manifestam os ‘fatos’ geográficos” [DARDEL, 1990:74]).

A dimensão simbólica do território torna-se um dos temas essenciais da geografia, no momento em que se desenvolvem as pesquisas sobre o espaço vivido nos anos de setenta e oitenta. Nos países anglo-saxônicos, refere-se ao sentido de lugar *the sense of place*, e retoma-se a tradição vidaliana de análise da personalidade das construções geográficas. A atenção deve-se também à maneira pela qual os topônimos são escolhidos e às significações que lhes são atribuídas.

Os *hauts lieux* suscitam um grande interesse:

São os lugares de memória; seu valor simbólico é mais ou menos nobre, local, nacional, internacional, mundial, ou próprio à uma religião, à uma cultura; eles são frequentemente fontes de identidade coletiva e também de atividades econômicas (BRUNET et al., 1992:232).

A geografia novamente se inclina sobre o sentido de enraizamento, sobre os laços afetivos e morais que os grupos tecem com o solo onde nasceram e estão sepultados seus antepassados.

Os geógrafos se contentavam, no período entre as duas guerras mundiais, em sondar as almas e os corações dos cidadãos das nações modernas. Ao mesmo tempo, os etnólogos descobriam laços análogos, mas frequentemente mais fortes ainda nos povos primitivos. Os trabalhos de Elkin (1967) os enfatizavam. Os aborígenes australianos praticavam uma economia de caça e de coleta que deveria deixá-los indiferentes ao meio ambiente a partir do momento em que encontravam plantas úteis e caça. Tinham, na realidade, uma identificação tão profunda com os lugares de morada frequentados por seus ancestrais, no tempo mítico, que muitos se deixavam morrer quando se encontravam deslocados.

Os trabalhos de geografia tropical se aproximam, pouco a pouco, dos métodos usados pelos etnólogos: as permanências em campo são mais demoradas, a atenção dada às monografias de detalhe se torna maior. Não se trata mais de falar de pessoas das quais não se compreende a língua. Essas novas condições de pesquisa levam a resultados próximos àqueles que os etnólogos tinham obtido trinta anos antes, e que tinham contribuído substancialmente para a tomada de consciência de Eric Dardel – conhecimento este obtido através dos trabalhos do seu sogro, o pastor Laenhardt, e de Mircea Eliade, o grande historiador das religiões. Em Madagascar, Jean Pierre Raison (1977) fica fascinado com a incapacidade das culturas indígenas se definirem sem referência ao espaço. Os grupos só existem pelos territórios com os quais se identificam.

Joël Bonnemaison (1986) descobre, em Vanuatu, uma realidade semelhante, e, pacientemente, desmonta o emaranhado de mitos que enraizavam os ancestrais vindos de piroga, muitos anos atrás, no espaço que ocupam hoje. Hong-key Yoon (1986) enfatiza que os conflitos entre a população de origem europeia e os Maoris da Nova Zelândia resultam mais frequentemente da relação diferente que os dois grupos mantêm com a terra: os primeiros (europeus) só veem aí um bem que se modifica como qualquer outro, enquanto os segundos (Maoris), só existem pelo e para o lugar sagrado, o *marae*, onde se reúnem e dançam.

As sociedades geográficas, segundo a expressão forjada por Jean Pierre Raison, são excepcionais, mas os laços simbólicos que unem os grupos ao território parecem universais. O vocabulário ocidental diz: luta-se pela pátria, pela terra do pai, diz a etimologia, ou pela mãe-pátria, curiosa expressão, pois queria que a terra do pai se tornasse nossa mãe. Como destacar mais fortemente o papel do enraizamento nas sociedades que proclamam em alto e bom tom que estão presas à mobilidade, que elas consideram responsável pelo progresso?

A consideração da dimensão territorial traduz uma mutação profunda na abordagem geográfica: falar em território em vez de espaço é evidenciar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinham sobre ela. As relações que os grupos mantêm com o seu meio, não são somente as materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos. Os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham.

(O território) contribui, em compensação, (...) para fortalecer o sentimento de pertencimento, ajuda na cristalização de representações coletivas, dos símbolos que se encarnam em lugares memoráveis (os *hauts lieux*) (BRUNET et al. 1992:436).

Os geógrafos foram, durante muito tempo, bastante prudentes ao tratarem das realidades humanas. Eles se interessavam pelas diferenças objetivas de riqueza ou de status das pessoas, mas não se sentiam à vontade no momento em que alguém evocava as clivagens daí resultantes. O conceito de classe diante do qual tantas reticências se manifestavam, foi enfim adotado pela disciplina a partir dos anos cinquenta na França, e desde os anos setenta no mundo anglo-saxônico, porém sem espírito crítico – adota-se sem esclarecer que a conscientização que cria a classe (ou qualquer outra categoria coletiva) implica, além da similaridade objetiva das situações, um sistema de comunicação bastante eficaz, para que cada um possa comparar seu status aos de outros membros do grupo (CLAVAL, 1973).

O território aparece deste ponto de vista, como essencial, oferecendo àqueles que o habitam, condições fáceis de intercomunicação e fortes referências simbólicas. Ele constitui uma categoria fundamental de toda estrutura espacial vivida, a classe espacial. Como para todos os fenômenos de classe, as hierarquias existem: diz-se “nós” para o bairro, o vilarejo, a pequena região ou a nação, conforme o contexto no qual alguém se encontra ou o tipo de jogo ao qual se assiste (CLAVAL, 1973).

A contribuição dos trabalhos sobre a identidade

Só há pouco tempo, as ciências do homem se apaixonaram pelos problemas de identidade: é pela psicanálise que, por volta da Segunda Guerra Mundial, começam as pesquisas neste domínio. A curiosidade se amplia

bruscamente junto às ciências sociais nos anos setenta, no momento em que se começa a falar dos problemas de identidade como característicos das sociedades contemporâneas.

Identidade e personalidade: a concepção essencialista do indivíduo e do grupo.

A primeira corrente de pesquisa sobre identidade a coloca em relação com a ideia de personalidade. Erik Erikson (1972) se refere à crise da adolescência. Até essa idade, a sociedade espera das crianças que elas aceitem os modelos de comportamento que lhes são impostos de fora: pelos códigos de gramáticas de comunicação que devem assimilar, pelas ordens que recebem, pelas interdições que lhes são determinadas e pelas regras de educação que os obrigamos a utilizar. A adolescência é um momento difícil porque os jovens devem aprender a contar apenas consigo mesmos, fazendo suas próprias regras a partir do que lhes foi ensinado, o que os obriga a tornar coerentes seu sistema de valores. Esse trabalho de interiorização e de hierarquização modela o caráter do indivíduo e o transforma em “pessoa”.

O resultado dos ajustes que se desenvolvem assim, antes da entrada na idade adulta, e que os ritos de passagem formalizam, varia de uma cultura à outra. Aqui, admite-se que muitas das escolhas são ditadas do exterior, o que restringe consideravelmente a responsabilidade de cada um (HÉRITIER, 1977). Aliás, o que conta, sobretudo, é nunca perder de vista o interesse maior do grupo, do qual alguém é solidário – como nas morais de código de honra. Nas sociedades cristãs, no protestantismo em particular, o homem é livre e responsável pelas suas escolhas; é nesse caso e somente aí que o indivíduo merece respeito, é para ele que a noção dos direitos humanos foi imaginada e se encontra filosoficamente justificada. O marxismo e o freudismo insistem novamente sobre os condicionamentos externos do indivíduo, de sua própria classe ou impostos pela sociedade, através da imagem do pai no âmago de cada um. Para essas filosofias modernas, a pessoa deixa de estar ao lado da sociedade e da cultura: ela tem suas fontes na natureza e na espontaneidade que a educação e as convenções sociais reprimem.

A construção da identidade toma uma nova dimensão cada vez que os jovens têm a possibilidade de escolher entre vários sistemas de valores. Nem todos interiorizam as mesmas regras, os meios onde as culturas se misturam conhecem identidades sutis e estáveis. Daí as críticas que frequentemente são dirigidas aos mestiços, nem sempre se sabe qual sistema de valores eles

tornaram seu: se o do pai ou o da mãe. Acontece, então, nos momentos difíceis ou de crise, de trocarmos de identidade.

As situações de contato são muito perigosas para a manutenção das identidades, ao ponto das culturas há muito tempo expostas, imaginarem sistemas que limitam a importância dos intercâmbios aos quais elas se entregam. A endogamia evita a mestiçagem biológica. As interdições alimentares proibem o sentar à mesma mesa que o outro, ou o beber com ele.

A construção das identidades assume desse ponto de vista, uma dimensão geográfica: um grupo preocupado em não ver suas novas gerações se afastarem dos ideais tradicionalmente professados tem interesse em viver isolado. Desse ponto de vista, a construção do território faz parte de estratégias identitárias.

Identidade e alteridade: as concepções relacionais da identidade

A identidade é realmente, sempre, o resultado de si mesma e das maneiras que nos são concedidas de sentir, reagir e agir? Não. Há uns vinte anos a ênfase recai habitualmente na natureza relacional dos sentimentos da identidade. É o olhar que os outros têm de você que o define.

Os historiadores contribuíram consideravelmente para fazer triunfar essas abordagens. Nas sociedades ocidentais, as agitações políticas e o crescimento da mobilidade frequentemente questionaram as identidades tradicionais. Ser francês na França do Antigo Regime era estar ligado ao Rei. De acordo com as províncias, a relação era diferente tanto em função do momento quanto das circunstâncias em que era feita a integração com o Reino. Não havia contradição alguma em se sentir ao mesmo tempo provençal e francês.

A Revolução rompe esses laços e acelera a mutação em direção à mobilidade. Um exemplo mostra isto. A França do Midi não existia antes de 1789: foi em seguida ao episódio revolucionário que as pessoas tomaram consciência da semelhança das pronúncias e das atitudes deste grande terço do país (MARTEL, 1987). Os estudos linguísticos não tinham feito ainda progresso suficiente para atribuí-los ao fato occitano. É das reações dos franceses do Norte frente aos concidadãos falantes e comunicativos que surge a imagem do meridional, logo apropriada pelos habitantes do Midi. É pelo fato da psicologia da época atribuir facilmente a loquacidade aos efeitos do clima mais clemente e de um sol generoso que o Midi é apresentado como uma região ensolarada e exuberante. As pesquisas de Olivier Carbonnell (1987) datam muito bem a mutação que marca o nascimento do Midi.

Os trabalhos de Catherine Bertho (1980) sobre o nascimento da Bretanha são ainda mais conhecidos, embora caracterizem uma realidade mais complexa. A Bretanha é uma velha província que foi sempre muito ciosa de suas prerrogativas e sensível em relação a certas iniciativas parisienses.

O gênio da Bretanha, escrevia Michelet, é um gênio de indomável resistência e de oposição intrépida, obstinado, cego, testemunha Moreau, adversário de Bonaparte. A situação é ainda mais sensível na história da filosofia e da literatura (MICHELET, 1966:20).

Mas não é em torno desta imagem tradicional e lisonjeira, que reflete o modo pelo qual os bretões concebem a si mesmos, que os estereótipos modernos se construíram. O tipo popular do bretão vem, de preferência, do desenho animado de Bécassine, e da reação dos parisienses confrontados com o afluxo de camponeses pobres, pouco instruídos, ignorando tudo sobre a cidade e partindo desajeitados e grosseiros. A identidade é construída a partir do olhar do outro. Os bretões, em contrapartida ao infortúnio, têm bom coração e possuem uma imagem que não os lisonjeia, mas da qual eles se dão conta que dela não podem se liberar.

A natureza das identidades

As análises da personalidade abordam esta questão sob o ângulo do indivíduo e da psicologia. As abordagens racionais nos lembram de que o que está em jogo é, ao mesmo tempo, o eu e o nós, que não podem ser concebidos sem um olhar sobre os outros, e muito frequentemente, sem o olhar dos outros.

A etnologia baseia-se na descentralização e na descoberta do que é estranho. Quem a pratica é necessariamente conduzido, através de suas experiências de campo, a se questionar sobre o que ele é, e a descobrir que sua própria identidade, que lhe parecia um bem natural, não é absoluta. Consiste em afirmar tudo que a reflexão dos antropólogos traz para a compreensão da identidade.

É por estar confrontado com as forças de alteridade que o indivíduo tem necessidade de identidade. Falando sobre os Samo, Françoise Héritier escreve:

Para existir, o homem deve vencer a indiferença de Deus, a impotência dos antepassados, a hostilidade da vegetação e da feminilidade. Ele só pode nascer verdadeiramente de uma tolerância da natureza e da feminilidade. Por isso, é que as estruturas sociais são necessárias ao homem-vir. Sem elas não haveria existência. É um marco rigoroso, determinado para

“fazer” o indivíduo como existente, se afirmando frente à hostilidade ou à indiferença da natureza que enobrece as mulheres, concebidas de forma antinômica como forças de morte (...). É neste sentido que a socialização, questão masculina, existe para dar ao homem em grupo, negado enquanto indivíduo, uma verdade e uma identidade cuja função é tanto conter quanto tornar possíveis as forças incontroláveis (HÉRITIER, in: LÉVI-STRAUSS, 1977:70-71).

A identidade aparece como uma construção cultural. Ela responde a uma necessidade existencial profunda, a de responder à questão: “quem sou eu?” Ela o faz selecionando um certo número de elementos que caracteriza, ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo, como lembra Françoise Héritier a respeito dos Samo. Os traços que caracterizam as pessoas são tão numerosos que somente uma parte é retida para definir a identidade. Isto significa que, a partir da mesma situação, outras conceitualizações seriam possíveis. Mas a identidade, uma vez definida, contribui para fixar a constelação de traços que ela reteve, e subtraí-los dos desgastes do tempo.

Através do testemunho dos antropólogos se desenha a ideia de que a identidade deve ser analisada como um discurso que os grupos têm sobre eles mesmos e sobre os outros, para dar um sentido à sua existência. Este se apoia sobre traços bem reais da vida material, da organização social e do universo de valores da coletividade, mas é uma construção por natureza arbitrária. Isto explica que os termos aos quais ela recorre sejam sempre impostos pelos outros e interiorizados e valorizados como desafio.

A identidade é uma noção elusiva. Denis-Constant Martin destaca muito bem:

A dificuldade com a qual se depararam as ciências sociais consistiu, provavelmente, no que elas chamaram a identidade a propósito de certos fenômenos, caracterizando-a por uma falta, uma ausência, um defeito: Erik Erikson fala de busca; Claude Lévi-Strauss fala de morada virtual; Lucian Paye, de crise e Jacques Berque de horizonte (MARTIN, 1994:18).

Claude Lévi-Strauss é também muito explícito:

(...) a identidade é uma espécie de morada virtual, à qual nos é indispensável referir para explicar um certo número de coisas, mas sem que ela tenha jamais uma existência real (LÉVI-STRAUSS, 1977:332).

Identidade, temporalidade e territorialidade

A identidade implica referentes sem os quais ela não poderia ser definida. “A narrativa identitária reconstrói quatro pilares da experiência humana: o tempo, o espaço, a cultura e os sistemas de crença”, escreve Denis-Constant Martin. Ela necessita do tempo para provar a seriedade das reconstituições que ela propõe:

A unidade diante do acontecimento, a coesão necessária à ação face ao Outro que foi definido devem estar enraizadas no passado. Convém recriar a história, ‘inventar as tradições’ (HOBSBAWM e RANGER, 1983) para demonstrar que a comunidade foi, em todos os tempos, organizada dessa forma e que (...) um passado glorioso lhe dá o direito de esperar um futuro feliz, e de lutar para desfrutá-lo (MARTIN 1994:25).

O sentimento identitário permite que se sinta plenamente membro de um grupo. Dotá-lo de uma base espacial ancorada na realidade:

A memória se constitui nos ‘lugares’, nas ‘porções de natureza’ em que estão enraizados os seus potenciais, dizia Jacques Berque (BERQUE, 1970:478) e a relação tecida entre a história e o espaço fornece uma base aparentemente material à identidade: ela lhe proporciona um território. A ocupação, conduzindo o trabalho da sensibilidade sobre o enraizamento físico, confere aos ‘pays’, às cidades, aos bairros, uma dimensão simbólica (...), uma qualidade que secreta o apego (MARTIN, 1994:25-26).

Vê-se, então, porque os problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades. Uma e outra, estas categorias são produtos da cultura, em um certo momento, num certo ambiente: os dados objetivos permitiriam, no mesmo quadro, definir outras identidades e outros territórios. Como todas as construções, elas podem ser colocadas em questão, e por vezes o são – há crises identitárias que provocam frequentemente uma modificação da relação com o espaço: as transformações da realidade espacial correm o risco de provocar, ao contrário, um questionamento das construções identitárias; elas devem ser reformuladas ou reconstruídas sobre novas bases.

O suporte territorial identitário mais simples é aquele que é exclusivo e se apresenta em um só bloco: é o das sociedades geográficas de que falamos anteriormente. Em tais contextos o espaço e as identidades são realidades claramente definidas. Cada grupo pode se desenvolver num espaço em que ele

se livra dos riscos de poluição de que o outro é portador. Mas tais situações seriam insustentáveis sem ordenamentos (*aménagements*), pois elas tornariam impossível todo contato e todo intercâmbio entre os grupos: elas condenariam a humanidade a viver somente sob o signo da hostilidade ou da indiferença. A trama dos territórios é, portanto, interrompida por movimentos de status duvidoso, mas onde os grupos se encontram, ou por lugares neutros, onde as relações se tornam lícitas – os mercados com frequência desempenham este papel, que pode também ser cumprido pelas áreas cerimoniais, ou pelas peregrinações.

O suporte territorial das identidades não precisa ser contínuo e de um único bloco quando a construção do eu e do nós é menos frágil e não é ameaçada de dissolução ao menor contato: o que conta em tal caso é a dimensão simbólica de certos referentes espaciais, lugares de culto, túmulos de ancestrais. A territorialidade se exprime mais em termos de polaridade que de extensão. Nada se opõe, neste caso, a que os grupos de identidades diferentes se justaponham ou se imbriquem: sua coabitação não provoca problemas de natureza política e religiosa na medida em que cada um dispõe de pontos de referência que o vincula a uma porção do espaço. As sociedades tradicionais oferecem múltiplos exemplos, no campo ou na cidade, de mosaicos territoriais estáveis.

Pode-se ter identidades sem referentes espaciais? Sim e não. A princípio, não: os grupos fragmentados sofrem de tal forma, por não disporem de referentes espaciais que garantam sua existência, que eles os criam no imaginário. Eles, às vezes, os situam no passado, na terra das origens, ou o projetam para o futuro, na terra prometida. Os judeus da diáspora diziam ritualmente: “O próximo ano em Jerusalém”, o que era, ao mesmo tempo, lembrança e referência ao futuro.

As comunidades fragmentadas nem sempre se contentam com um centro simbólico próximo, campanário ou minarete, para se federar. Elas experimentam a necessidade de se fechar em microterritórios dos quais elas saem somente para realizar o trabalho e as trocas que lhes permitem viver. Elas criam colônias, ou aceitam sem muito sofrimento ser fechadas em guetos, na medida em que estes lhes garantam sua identidade. O ideal, para muitos, não é se reunir para recriar uma grande unidade territorial, mas transformar o gueto em pequeno território inviolável – o que fazia, por exemplo, o *shtetl* dos antigos territórios do reino da Polônia-Lituânia (ERTEL, 1986).

No estágio seguinte, o território simbólico se torna móvel. É o caso de certos nômades que reconstituem o espaço sagrado que dá sentido a sua vida em todo lugar em que eles se instalam. Diz-se o mesmo para os judeus, para os quais o espaço territorial se reconstitui por toda parte em que estejam dadas as condições para que a Tora seja respeitada e louvada.

As construções políticas modernas, os Estados, nasceram da fusão de diversas populações. Elas precisaram renunciar, unindo-se, às territorialidades exclusivas que eram suas no passado, e precisaram aprender a viver com territorialidades polarizadas que permitem justaposições ou encaixes. Elas aprenderam a se identificar com construções territoriais mais vastas e com frequência contínuas – o território nacional – mas também com símbolos que podem em todo lugar lembrar comunidades – caso da bandeira.

A identidade e o território na transição à pós-modernidade

A evolução das identidades e das territorialidades

Na medida em que as identidades parecem feitas primeiro para afastar os indivíduos e os grupos dos golpes do tempo, elas não são fixas. Quando as pessoas fazem parte de vários grupos, lhes é possível requerer, segundo os momentos e as oportunidades, um ou outro dentre eles. A conversão faz romper com os elementos centrais do sistema de valores incorporados na identidade para substituí-los por outros.

Seríamos tentados a propor um esquema geral de evolução das identidades e das territorialidades: passaríamos então de construções culturais do eu e do nós, percebidas como frágeis, e portanto plenas de territorialidades exclusivas e possessivas, para identidades fortemente estruturadas, mais resistentes aos contatos e aos intercâmbios e, portanto, mais facilmente associadas a territorialidades simbólicas, frequentemente descontínuas, em mosaico ou encaixadas. A modernização das sociedades conduziria, após a uniformização das técnicas e das condições de vida e adoção de valores universais, à ampliação dos sentimentos identitários e ao triunfo da aldeia planetária. É um pouco neste sentido que se apresentavam tradicionalmente as reflexões sobre o território.

A observação incita à prudência. Nas grandes cidades que proliferam um pouco por todo canto, grupos de jovens se estruturam em gangues e tentam assegurar-se o controle exclusivo de territórios que eles defendem contra

a penetração dos vizinhos. Nas sociedades camponesas tradicionais os jovens também lutavam, aldeia contra aldeia, para se afirmar, provar sua virilidade e mostrar sua capacidade de se impor frente aos outros. O progresso técnico tem os efeitos que se supõe? Neste caso, não.

A multiplicação dos deslocamentos e a rapidez das comunicações têm, contudo, efeitos incontestáveis sobre os sentimentos identitários. Quanto mais o universo no qual as pessoas vivem é limitado, mais a identidade é vivida sob a forma da necessidade: o indivíduo não vê como poderia se subtrair àquilo que o grupo do qual ele faz parte, e aqueles que se lhe opõem de forma permanente, lhe impõem como disciplinas, valores, modos de ser e imagens. A identidade está tão impregnada que ele não tem nenhuma necessidade de defini-la. Contenta-se em se opor aos outros, em dizer nós para todos aqueles que sente próximos, e em classificar o resto do mundo em algumas grandes categorias genéricas. Os seres que as compõem não têm o valor daqueles que fazem parte do grupo. São os glutões, os bárbaros. Eles pertencem a uma humanidade inferior, a uma sub-humanidade, ou são excluídos da humanidade. Na construção de suas identidades, elementos materiais, pertencimentos territoriais e valores são colocados sobre o mesmo plano.

A abertura da sociedade põe em causa estas certezas fáceis: ela multiplica os contatos com o Outro e mostra a sua complexidade e a sua diversidade. Esta confrontação ampliada conduz com frequência a atitudes defensivas: a afirmação identitária torna-se explícita. Para enfatizá-la, multiplicam-se os signos e investem-se os elementos objetivos de diferenciação de um valor simbólico novo. As sociedades camponesas europeias reagem assim, durante o século XIX, à ameaça de dissolução nos grandes conjuntos anônimos – inventando novos vestuários, novos adornos de cabeça ou novas formas de arquitetura. Em menos de um século passa-se na Bretanha de menos de 10 tipos de toucas para mais de 100 (CRESTON, 1974)!

Tais estratégias deixam de ser aplicáveis quando o progresso prossegue e as áreas de circulação de bens e de pessoas se ampliam. Com a industrialização, os utensílios se padronizam, as roupas são feitas dos mesmos tecidos e segundo modelos similares – a calça de *blue jeans* que se tornou o uniforme de uma parte da população mundial é uma prova.

Mas a dissolução das identidades tradicionais segue junto, no século XIX e durante a primeira metade do século XX, com a formação de identidades ampliadas, aquelas dos Estados nações que vêm ocupar toda a cena mundial.

Indo no sentido da história, elas englobam, sem que, em geral, isto provoque dificuldades, o que subsiste de sentimentos de pertencimento e de territorialidades do passado. Estas deixam de ser vividas sob a forma de territorialidade contínua – e se transformam em territorialidades simbólicas, que se prestam perfeitamente ao jogo de hierarquização e de imbricação dos pertencimentos.

Da identidade à identificação

Os referentes materiais que proclamavam as identidades e fixavam a natureza dos indivíduos e dos grupos deixam de se impor a cada um como necessidade. Nada obriga, é verdade, os jovens a se vestir em todo lugar da mesma forma – as escolhas que lhes são oferecidas nunca foram tão amplas. Tudo se passa como se parcelas imensas do universo material tivessem deixado de ser concebidas como suportes possíveis de identidade.

Contudo, a necessidade de se diferenciar não desaparece. Ela não é vida da mesma maneira: o que vos opõe aos outros não vos é imposto pelo clima, pelo gênero de vida, pelas técnicas à disposição. A identidade deixa de se instituir sozinha, naturalmente. Aqueles que não querem ou não sabem fundar-se sobre uma construção rigorosa da pessoa são levados a procurá-la no universo dos objetos que os circundam (MAFFESOLI, 1978). A identidade é conferida pelo meio ou por alguns dos elementos do meio que nós escolhemos. Nós ingressamos num mundo de signos – e de consumo cultural (CLAVAL, 1980).

Aquele que deseja se afirmar compra uma casa antiga que ele restaura religiosamente, respeitando as regras tradicionais de construção. Ele pavimenta o chão de ladrilhos antigos, percorre os antiquários para encontrar os móveis que estejam de acordo com a decoração assim elaborada.

As estratégias de identificação são infinitas; é Michel Maffesoli (1988) que enfatiza assim a passagem entre as modalidades tradicionais da identidade e aquelas que nascem da universalização dos instrumentos da vida material, como também de sua diversificação. A identidade tradicional se inscrevia no registro da subordinação, do profundo e do autêntico. A preocupação de identificação que irrompe nas sociedades contemporâneas vem, sobretudo, do jogo e do arbitrário. Não se deve, entretanto, ser precipitado – ela testemunha a inquietude das pessoas que não sabem mais que sentido dar a suas vidas.

A transformação contemporânea dos sentimentos de identidade tem repercussões sobre a territorialidade: ela leva a uma reafirmação apoiada nas

formas simbólicas de identificação. O sentido resgatado da festa o testemunha. As pessoas são mais sensíveis aos lugares e aos *haut-lieux*, o que não era o caso há uma ou duas gerações. O entusiasmo que conhece o patrimônio é outro sinal destas transformações.

À medida que, a identificação com os objetos fragiliza o indivíduo e o grupo, alguns pensam que é necessário consolidá-los através de medidas territoriais de exclusão.

Fim da história, pós-modernidade e territorialidade

As formas tradicionais de territorialidade não são questionadas apenas pela ocorrência da industrialização e do progresso dos meios de comunicação. Elas são profundamente afetadas pelo declínio ou pelo desmoronamento de uma parte das ideologias sobre as quais repousava nosso mundo. Os princípios sobre os quais repousavam as sociedades ocidentais perderam sua credibilidade: é isto que nos leva a dizer que vivemos a passagem para a pós-modernidade.

Os países do Leste tinham uma religião laica, o comunismo. Seu credo repousava sobre uma ideia simples: os homens podem e devem conhecer a felicidade à qual eles têm direito neste mundo, e que lhes permitirá realizar-se plenamente. O desenvolvimento das forças produtivas levará a isso, com a condição de que o curso da história não seja desviado por modos de organização social e econômica defeituosos ou injustos – e com a condição, portanto, de que combatamos, destruamos e ultrapassemos o capitalismo.

O marxismo-leninismo é uma filosofia totalitarista da história, pois ela se arroga o monopólio do futuro. Ela oferece aos homens a única solução possível para ter acesso ao futuro radioso. Todas as outras formas de pensamento são recusadas ou combatidas: as religiões, porque elas dão receitas ilusórias de felicidade; o liberalismo, porque ele é somente a camuflagem dos interesses do capital.

O comunismo, assim, impedia as populações dos países do Leste de sonhar de outra forma além dos esquemas marxistas-leninistas. Entretanto, uma derivação era tolerada: como as culturas populares eram tidas em alta estima, os diferentes povos constituintes da União Soviética ou da Europa do Leste eram convidados a se reconhecer em seus folclores. Os sentimentos nacionais se achavam, nessa ocasião, enaltecidos, mas fora de todo contexto histórico. Cada grupo tinha tendência a se identificar com os grandes momentos resgatados do passado. O território sonhado dos nacionalismos, que desta

maneira se formavam, ultrapassava amplamente aquele que o grupo ocupa hoje. A história devia ser revista, para adequar a geografia dos territórios às aspirações dos grupos. Significava retornar às formas de territorialidade exclusivas que as filosofias da história tinham permitido ultrapassar em nome do universalismo.

O questionamento das filosofias da história foi particularmente brutal no mundo socialista, mas ela não poupa os países onde reinava o liberalismo. O fim da guerra fria torna manifesta uma evolução desencadeada há, pelo menos, uns cinquenta anos. Todas as sociedades desenvolvidas têm, a partir de agora, regimes democráticos que nenhuma ideologia conclama a ultrapassar. Não se vê o que é possível fazer para tirar a vida da maior parte das pessoas da zona cinzenta em que ela hoje se inscreve.

A busca de identificação que destacamos anteriormente manifesta este desencantamento. É propício, como no Leste, à ressurgência de formas de territorialidade que se acreditava, por um momento, ultrapassadas.

A proliferação dos discursos identitários

O sentimento de identidade encontra-se em todas as épocas. A necessidade de falar dele é própria de alguns períodos, especialmente daqueles em que as certezas se desvanecem e em que a multiplicação dos contatos conduz as pessoas a duvidar daquilo que elas são. Denis-Constant Martin escreve:

O caráter recente d(a) literatura (sobre identidade) sugere que é no mundo contemporâneo que primeiro se deve estudar o que os textos designam por identidade: o mundo após a descolonização e o desmoronamento dos blocos, o mundo em reviravolta pelo surgimento, na cena internacional, de tantos novos Estados (MARTIN, 1994:18).

Nós vivemos num mundo em que as pessoas não sabem mais o que elas são, mas em que as facilidades de comunicação e de deslocamento multiplicam os pontos de referência em que podem se ancorar. Os valores outrora dominantes são erodidos, mas há hesitação sobre aqueles que poderiam substituí-los. As vias que podem seguir a reconstrução das identidades são múltiplas. É por isto que se fala tanto dela. A razão é simples, como sublinha Denis-Constant Martin:

(O indivíduo) pode então (...) mudar suas filiações e seus graus de pertencimento. A função do discurso identitário é de orientar estas escolhas, de tornar normal, lógico, necessário, inevitável, o sentimento de pertencer,

com uma forte intensidade, a um grupo. Ele se dirige à emotividade, se esforça por impressionar, por emocionar, a fim de que este sentimento de pertencimento impulse, caso a situação o exija, a agir: impelido pelo sentimento de pertencimento torna insuportável a recusa de defesa. A fim de criar as condições desta adesão, o discurso identitário tem por tarefa definir o grupo, fazer passar do estado latente àquele de 'comunidade' em que os membros são persuadidos a ter interesses comuns, a ter alguma coisa a defender juntos (MARTIN, 1994:23).

Quais são os efeitos das identidades que se procura, assim, suscitar?

Primeiramente, o discurso identitário classifica, define e leva a operar as escolhas. Ele deve permitir distinguir o um do Outro, de maneira a excluir o outro, a fazer dele responsável, um perigo... Esta distinção, esta divisão, penetra nas mentes, nas práticas – dos dois lados, pois designar um Outro é incitá-lo, constrangê-lo às vezes a aceitar esta alteridade e esta definição que é dada do exterior (MARTIN, 1994:24).

Os discursos identitários contemporâneos se pretendem militantes. Eles têm por finalidade extrair uma ordem do que é percebido como o caos. Os grupos que se formam esperam assim se livrar da inquietude ambiente, mas eles percebem sua empreitada ameaçada. Para levá-la a bom termo, não é suficiente demonstrar às pessoas que elas pertencem a um grupo unido. É preciso libertá-las das forças dissolventes que arriscariam arruinar a empreitada que estão executando.

Nada de surpreendente, então, em constatar que as identidades que se busca promover exigem territorialidades contínuas e absolutas: não se trata simplesmente de se afirmar; o objetivo é o de fugir do contágio dos modos de pensamento que se condena, do efeito arrebatador de comportamentos e atitudes que reprovamos moralmente, e da poluição à qual nos expomos ao permanecermos em ambientes impuros. Os discursos identitários contemporâneos proclamam assim a necessidade, para o grupo, de dispor de um controle absoluto do território que ele torna seu. Não lhe é suficiente dispor de um lar simbólico, de um polo de adesão. É necessário isolar os outros. Os movimentos nacionalistas ou regionalistas reivindicam a constituição, em seu benefício, de novas entidades soberanas. As minorias urbanas manifestam a vontade de dispor de bairros em que elas farão reinar a ordem ao seu modo, sem recorrer à polícia e à justiça oficiais, às quais elas negam toda autoridade.

Denis-Constant Martin destaca, com razão, a distância entre o conteúdo explícito dos discursos identitários e as realidades que eles recobrem. A vontade de se isolar e de ignorar o Outro:

significa igualmente que por trás dos enunciados esforçamo-nos em procurar, ao contrário do que se afirma, estruturas relacionais e interativas, modalidades de gestão da mudança. E, certamente, a mudança nas relações ou, em outras palavras, a evolução de relações coletivas que, nas sociedades modernas, desde que elas tenham certa amplitude e condicionem o acesso aos recursos, se tecem em torno do poder (MARTIN, 1994:21-22).

A contradição é evidente entre a vontade manifesta de ignorar o mundo e a preocupação real de renegociar a sua posição com os outros ou com as autoridades oficiais. A posição fixada ignora, de fato, as necessidades da troca banal, das complementaridades econômicas. Nas reivindicações territoriais, não está prevista em parte alguma a instituição desses espaços de contato, estas áreas de neutralidade que tradicionalmente permitiriam aos espaços vizinhos se comunicar sem risco de serem desfigurados.

Conclusão

A organização da vida segundo as normas e os valores afirmados por uma cultura e a execução de sistemas de relações institucionais que ela supõe não podem se fazer no vazio: eles se desenrolam no espaço e o pressupõem em todos os níveis. O espaço lhes é necessário como suporte material e lhes fornece uma de suas bases simbólicas. A maior parte das estruturas conhecidas da vida coletiva se traduz através de formas de territorialidade.

Elas são variadas: vão da apropriação completa ao simples enraizamento simbólico, e, portanto, da divisão de unidades discretas e que se negam e se ignoram até a articulação em torno de focos aos quais se prendem as identidades. Se a territorialidade é indispensável à afirmação e à realização das formas de existência e de identidade coletivas, suas formas e suas modalidades são múltiplas.

A diversificação da humanidade e o enriquecimento coletivo global que daí resulta, devem muito às estratégias de estruturação territorial e às modalidades de intercâmbio que geralmente os acompanharam: instituições de zonas neutras entre territórios independentes ou de áreas de encontro entre grupos justapostos e polarizados, sobretudo em torno de lugares de identidade e de memória.

A construção de territorialidades exclusivas implica uma apropriação global, exercício da soberania e execução de estratégias de controle. É desta maneira que uma nova forma de territorialidade exclusiva foi codificada no início dos tempos modernos: aquela do Estado. Ela construía espaços neutros – mercados ou enclaves extraterritoriais de embaixadas. Todo o sistema internacional de relações que conhecemos repousa sobre este modelo territorial e sobre a capacidade da sociedade nacional de ultrapassar formas de sociabilidade e de cultura que lhe eram pré-existentes e de englobar os territórios que lhe correspondiam (BADIE, 1995).

A generalização das formas territoriais do Estado-nação se tornou universal com a descolonização. Mas este triunfo é, ao mesmo tempo, enganador e frágil: enganador, porque em muitos sistemas de novos Estados o território é apenas uma concha vazia, sem valor simbólico para a maior parte dos cidadãos; frágil, porque as filosofias sociais sobre as quais repousava a modernidade são hoje criticadas.

Esta erosão dos valores tradicionais se soma à mobilidade mais intensa e à facilidade das comunicações para criar situações profundamente novas para a imensa maioria da população mundial: aquela em que se abrem as oportunidades de escolher seus próprios valores, e, em que as identidades de outrora deixam de ser vividas como elementos de um destino do qual não se pode fugir. A universalização dos modos de vida material e a ruína das filosofias da história criam um vazio. Frente à desordem que se segue (BADIE e SMOUTHS, 1992), as tentativas são inúmeras. Os discursos identitários se multiplicam. Quais serão seus efeitos sobre as estruturas territoriais e a organização do espaço? Eis aí um dos desafios essenciais que o mundo atual coloca para a geografia.

O interesse que suscita a noção de território, as novas formas de territorialidade e as geopolíticas que elas implicam, é considerável. É explorando essas modalidades inéditas de relações dos grupos com o espaço que os geógrafos podem trabalhar positivamente por um mundo melhor e mais justo. A tarefa comporta, entretanto, um risco: aquele de participar do jogo de fabricações dos discursos identitários ao invés de lhes considerar a partir de um olhar crítico. O papel do intelectual não é o de forjar ideologias, mas o de desmontar seus mecanismos e o de fazer compreender para o que elas servem, e que perigos elas implicam.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, B. (1983): *Imagined communities*. Reflections on the origin and spread of nationalism. Londres, Verso.
- ARDREY, R. (1966): *Le territoire*. Une enquête personnelle sur les origines animales de la propriété et des nations. Paris, Stock.
- BADIE, B. (1995): *La fin des territoires*. Essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect. Paris, Fayard.
- BADIE, B. e SMOUTS, M (1992): *Le retournement du monde*. Sociologie de la vie internationale. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques et Dalloz.
- BERQUE, J. (1970): Qu'est-ce qu'une identité collective, p. 11-18. In: Pouillon, J. e Miranda, P. (dir.) *Echanges et communications*. Mélanges offerts à Claude Lévi-Strauss à l'occasion de son 60e. anniversaire. Haia, Paris, Mouton.
- BERTHO, C. (1980): *L'invention de la Bretagne*. Genèse sociale d'un stéréotype. Actes de la recherche en sciences sociales, vol. 35, p. 45-62.
- BONNEMAISON, J. (1986): *Les fondements d'une identité*. Territoire, histoire et société dans l'archipel du Vanuatu. Paris, ORSTOM, 2 vol.
- BRUNET, R. et al. (1990): *Les mots de la Géographie*. Dictionnaire critique. Paris, Montpellier, La Documentation Française. Reclus.
- CARBONNELL, Ch.O. (1987): Midi, histoire d'un mot. Midi, *Revue de Sciences Humaines et de la littérature de la France du Sud*, p. 11-24.
- CLAVAL, Paul. (1979): *Régionalisme et consommation culturelle*. L'Espace Géographique, vol. 8, n. 4, p. 293-302.
- CRESTON, R.Y. (1974): *Le costume breton*, Paris.
- DARDEL, E (1990): *La Terre et l'Homme*. Paris, C.T.H.S.: 1a. ed. 1952.
- ELKIN, A.P. (1967): *Les aborigènes australiens*. Paris, Gallimard: 1a. ed. 1938.
- ERIKSON, Eric. (1972): *Adolescence et crise*. La quête de l'identité. Paris, Flammarion: 1a. ed. 1968.
- ERTEL, Rachel. (1986): *Le Shtetl*. La bourgade juive de Pologne. Paris, Payot.
- GOTTMANN, Jean. (1952): *La politique des Etats et leur géographie*. Paris, A. Colin.
- _____ 1973. *The significance of Territoiry*. Charlottesville, Va. University of Virginia Press.
- HÉRITIER, F. (1977): L'identité samo, p. 51-72 de: Claude Lévi-Strauss (dir.). *L'identité*. Paris, PUF.
- HOBSBAWM, E. Ranger, T. O. (eds.) (1983): *The invention of tradition*. Cambridge, Cambridge University Press.

- LÉVI-STRAUSS, C. (dir.) (1977): *L'identité*. Paris, PUF.
- LORENZ, K. (1973): *Evolution and modification of behaviour*. Chicago, University of Chicago Press. 1a. ed.:1965.
- MAFFESOLI, M. (1988): *Le temps de tribus*. Le déclin de l'individualisme dans les sociétés de masse. Paris, Méridiens Klincksieck.
- MALMBERG, T. (1980): *Human Territoriality*. New York, La Haye. Paris, Mouton.
- MARTEL, P. (org.) (1987): *L'invention du Midi*. Représentations du Sud pendant la période révolutionnaire. Aix-en-Provence: Edisud.
- MARTIN, D.C. (1994): Identités et politique: récit, mythe et idéologie. p. 13-38 de: Martin, D.C. (org.) *Cartes d'identité*. Comment dit-on "nous" en politique. Paris, Presses de la Fondation Nationale es Sciences Politiques.
- MICHELET, J. (1966): *Tableau de la France*. Paris, Hermès-Waleffe: 1a. ed., 1833.
- MORRIS D. (1969): *Le singe nu*. Paris, Grasset.
- RAISON, J.P. (1977): Perception et réalisation de l'espace dans la société Méridionale. *Annales, E.S.C.* n. 3, p. 412-432.
- SACK, R. (1986): *Human Territoriality*. Its theory and history. Cambridge, Cambridge University Press.
- THUAL, F. (1995): *Les conflits identitaires*. Paris, Ellipses.
- TINBERGEN, N. (1967): *La vie sociale des animaux*: introduction à la sociologie animale. Paris, Payot.
- YOON, H.K. (1986): *Maori Mind. Maori Land*. Berne, Peter Lang.

Uma agenda para a geografia

O que é a Geografia? Um pouco de epistemologia?

A Geografia é uma forma de compreender o mundo, a natureza e as sociedades humanas numa perspectiva de suas dimensões espaciais e de sua inscrição na superfície da terra.

Desta forma, ela contém dois aspectos: o primeiro, vernacular, é constituído pelas práticas, as aptidões e os saberes populares que as várias sociedades acumularam ao longo do tempo; o segundo é menos intuitivo, mais crítico; é racional e constitui o carácter científico da disciplina.

A Geografia constitui uma das abordagens possíveis para perceber, compreender e explicar o mundo, a natureza, a sociedade e o homem; é um conjunto de conhecimentos e de técnicas que permitem transformar a natureza, modelar o ambiente e influenciar o funcionamento e o futuro dos grupos sociais. Ela aborda as mesmas realidades que outras ciências, como a Geologia, a Botânica, a Zoologia, a Ecologia, na área das Ciências Naturais; e a História, a Sociologia, a Economia, as Ciências Políticas, na área das Ciências Sociais – porém, ela as considera diferentemente.

A Geografia desenvolve-se necessariamente em um clima de concorrência entre as disciplinas cujas fronteiras nunca são rígidas; compartilha com elas os pontos de vista e as ferramentas de trabalho indispensáveis para falar da natureza, da sociedade, do homem. Assim, ela contém aspectos transdisciplinares, ou, mais precisamente, *metadisciplinares* – as ideias de meio, de seleção, de pirâmide ecológica, de evolução no mundo físico, bem como de

sociedade, de indivíduo, de decisão, de mecanismo de regulação e de poder da esfera humana. Os geógrafos tiram proveito, de bom grado, das abordagens de outras ciências: a pluri- ou multidisciplinaridade lhes convém.

A Geografia deve ser objeto de um ensino específico, como é o caso, há mais de um século, na França e em muitos países? Alguns pretextam a importância dos traços *metadisciplinares* comuns a todas as ciências – quer elas sejam da natureza ou do homem –, ou da *multidisciplinaridade*, em que atua a maioria dos programas de pesquisa aplicada, para professar que chegou o tempo de propor aos alunos universitários e não universitários, uma visão mais estruturada do saber, aquela que principiaria com os aspectos metadisciplinares ou com os domínios de cada disciplina que são mais abertos à pluridisciplinaridade. Ganharíamos realmente com isso? Julgo que não: a aprendizagem de uma determinada ciência. A Geografia, por exemplo, forma-se exatamente pelo manejo dos métodos necessários à recolha e à exploração dos dados que lhe são específicos; essa aprendizagem oferece uma visão dos aspectos metadisciplinares, mas superficiais. Contudo, para conservar o seu valor pedagógico no contexto atual, o ensino da Geografia deve insistir mais ainda sobre o seu conteúdo metadisciplinar e sobre a sua contribuição para o conjunto das Ciências Sociais.

O conhecimento científico fundamenta-se em um princípio: a validade das interpretações que conduzem ao saber baseia-se em uma experiência, aquela do investigador que, graças ao seu trabalho de campo ou à sua prática no laboratório, testemunha a autenticidade do que faz. Esta garantia é de caráter individual – o que a ciência moderna herdou do nominalismo medieval. Para ser válida, esta experiência deve ser reproduzível por outras – e, assim, por direito, deve ser universal.

Há apenas uma geração que este aspecto da investigação suscita interesse: é o sentido da investigação de Bruno Latour (1991; 2006) a respeito das práticas de laboratório, ou dos geógrafos sobre o contributo da pesquisa de campo.

Quais foram as contribuições científicas da Geografia – particularmente da Geografia Humana – até o fim dos anos 1960?

De meados do século XIX até o fim dos anos 1960, a Geografia toma como modelo as ciências físicas e naturais e recusa-se a examinar a dimensão subjetiva dos comportamentos humanos. Ela se estrutura segundo algumas linhas.

A explicação geográfica baseia-se na comprovação da dialética das escalas

As distribuições que a Geografia ressalta baseiam-se nos processos que ocorrem a várias escalas. O nosso planeta constitui um todo: cada um de seus elementos depende do que acontece de forma localizada, mas também do que intervém em outras escalas, dentre elas a global. Para compreender e explicar as realidades terrestres convém praticar uma dialética das escalas, que conduz a compreendê-las de perto e de longe, e a especificar nestes diversos níveis o que elas devem à latitude, à exposição dos ventos dominantes, às trocas comerciais locais, regionais ou globais etc. O geógrafo deve, incessantemente, ampliar ou reduzir seu campo para não deixar escapar nenhuma das sequências de fenômenos e processos responsáveis pela realidade que observa.

A consciência do papel da dialética das escalas remonta a Carl Ritter (1974/1852) – e, em certa medida, a Varenius (1650).

A dimensão ambiental: a avareza da natureza

Os seres humanos pertencem a ambientes que lhes permitem viver e que os influenciam; o seu abastecimento de energia, de água, de ar e de elementos nutritivos depende dos ambientes; eles lançam produtos sólidos, líquidos e gasosos nesses ambientes; eles concorrem com outros organismos ou cooperam e vivem em simbiose com estes.

Não existe nenhum conhecimento do mundo humanizado que possa ignorar esta dimensão; os geógrafos têm consciência disso desde o fim do século XIX; eles se interessam pelas relações, de uma forma geral, ditas “verticais”, que os homens estabelecem com os diversos níveis das pirâmides ecológicas nas quais estão inseridos.

Depois de ter consagrado o essencial de seus esforços às relações entre os grupos humanos e o ambiente entre 1880 e os anos 1950, os geógrafos negligenciaram essa área por um tempo. Atualmente, eles a reencontram através de suas preocupações com o desenvolvimento sustentável.

A análise dos comportamentos espaciais.

A Geografia Humana estuda os comportamentos humanos em sua dimensão espacial. Como ela procede? Ela inventa rapidamente uma ferramenta: a análise dos *genres de vie* (modos de vida). Esta ferramenta se revela fecunda – é uma das contribuições essenciais da Geografia vidaliana (1886) –, mas não se aplica muito bem à forte divisão do trabalho do mundo atual, urbanizado e industrializado.

Este instrumento encontra-se modernizado por meio da análise dos *orçamentos espaço-tempo*. Duas correntes contribuem para isso: a *time geography* (HÄGERSTRAND, 1970) e a *análise das atividades e dos papéis* (CLAVAL, 1973). O que estes trabalhos destacam é que os indivíduos inscrevem suas atividades nos sistemas de relações que são institucionalizadas – ou seja, codificadas, controladas e legitimadas. É por esta participação, e pela divisão de tarefas (ou papéis) complementares ou paralelas àquela que ela conduz, que se percebe o funcionamento da sociedade. Esta participação compreende sua articulação (i) em coletividades de indivíduos que partilham os mesmos papéis, (ii) em classes que nascem da conscientização dos problemas que elas partilham e (iii) na junção de relações estruturadas que as integram em um todo; o conjunto define a arquitetura social dos grupos humanos; é indispensável conhecê-la para conhecer a sua estrutura espacial.

Vida de relação e obstáculo da distância

(i) A vida de relações (as relações “*horizontais*” que os grupos humanos compõem em seu meio ou entre eles), sem a qual o funcionamento da sociedade seria impossível, enfrenta o *obstáculo da distância*. É a este caráter da Geografia Humana que se associa o estudo da *circulação*. Para os pioneiros da Geografia Humana, Ratzel (1882–1891) e Vidal de la Blache (1921), este era o outro tema da geografia. Este aspecto é, entretanto, um pouco negligenciado durante a primeira metade do século XIX, por causa da falta de procedimentos que permitissem teorizar os dados recolhidos nesta área.

A Nova Geografia do fim dos anos 1950 e 1960 empresta à *economia espacial* a noção de *desconto espacial*, os *modelos de gravitação*, a *teoria dos lugares centrais*. A Geografia Econômica renova-se. O fato de levar em conta as redes não econômicas que estruturam a sociedade e a permitem viver, e aquela das relações de poder, amplia esta abordagem às áreas social e política nos anos 1970 (CLAVAL, 1973; 1978).

(ii) Contudo, o que uma observação do mundo mesmo que seja superficial revela, é a existência de áreas uniformes, de zonas homogêneas, de regiões: a atenção dos geógrafos volta-se primeiramente para estes aspectos do real, pois são mais fáceis de serem notados. O que a Nova Geografia ensina é que, para compreender a gênese e o funcionamento de grandes superfícies uniformes, convém considerar o papel das redes, frequentemente menos visíveis. É em seus nós que se localizam a maioria dos atores responsáveis pelas

decisões que afetam a organização do espaço; é ao longo de seus eixos que fluem as informações das quais esses atores necessitam, bem como as ordens que eles dão.

(iii) A Nova Geografia adota um procedimento próximo daquele das outras Ciências Sociais. Para entender as distribuições que analisa, ela deixa de invocar “a influência” um pouco misteriosa do ambiente. No início, ela tenta destacar as leis “espaciais”, porém constata que estas resultam de decisões que é preciso analisar se quisermos compreender as regularidades observadas.

A Nova Geografia analisa as realidades humanas que ela entende como resultantes de escolhas feitas por indivíduos e por grupos, ao menos por aqueles que têm voz, os que decidem. Os projetos construídos dessa forma não são necessariamente compatíveis entre si: existem graças a mecanismos de *regulação*. Esses podem interferir antes que as decisões sejam tomadas (os atores são submetidos a um *condicionamento* preliminar por sua educação, pela publicidade, pela propaganda); resultam com frequência do choque de projetos e de seu ajuste por meio de um *mercado*; também podem refletir uma hierarquia de instâncias de escolhas, que dão às de nível superior um poder de direção e de controle – trata-se dos mecanismos de *poder*.

Desde então, a Nova Geografia participa da elaboração *das estruturas metadisciplinares* das ciências do homem. Ela mostra, por exemplo, que a partir do momento em que o jogo da distância é considerado, os mecanismos do mercado ou aqueles do poder tornam-se necessariamente imperfeitos – pois a transparência, necessária aos ajustamentos, deixa sempre a desejar. Assim, a Geografia chama a atenção para o papel da informação nas escolhas realizadas.

A Geografia Humana como mecânica dos sistemas de relações verticais e horizontais desenvolvidas pelos grupos

Concebida desta forma, a Geografia Humana é capaz de descrever as relações que se desenvolvem dentro dos grupos humanos e de salientar as regularidades que os caracterizam. Ela permite a elaboração dos modelos de sociedade que explicam uma boa parte de sua estrutura espacial e de seu funcionamento: supõe-se que as escolhas dos atores geográficos são racionais e consideram-se os mecanismos que asseguram a regulação das suas decisões, ou os jogos de poder que os hierarquizam e lhes impõem ordem e coerência. Entretanto, a Geografia Humana não analisa de forma alguma a complexidade da vida social, que ela só compreende através dos comportamentos estereotipados e das redes.

Quais são as contribuições científicas da Geografia desde a virada cultural?

Desde 1970, a Geografia Humana não é incessante de uma mutação a outra e de uma revolução a outra. Podemos resumir esta evolução dizendo que a Geografia considera, no fim de contas, a subjetividade dos atores que ela estuda – e a subjetividade dos investigadores que a desenvolvem. É o significado da virada cultural que atravessa (COOK et al., 2000; VALENTINE, 2001).

Uma área cuja importância há muito tempo é conhecida

Há muito tempo, os geógrafos sabem que deveriam ser consideradas as atitudes, as reações, as opiniões e os sonhos das populações das quais eles estudam a repartição, as atividades e as realizações. Porém, os preceitos positivos que tomaram emprestados das ciências da matéria e da natureza os impedem de ir mais longe nessa área. Uma de suas preocupações é destacar a existência de compartimentos territoriais – as regiões – que pesam sobre a atividade humana ou resultam dela mesma. Eles sabem que as pessoas são conscientes da existência das estruturas espaciais e que elas as vivem como realidades importantes para elas – são *seus pays* dos quais eles muito falam. Sua natureza subjetiva conduz, entretanto, Lucien Gallois a excluir o seu estudo da geografia científica.

A atenção para estes aspectos do real renasce nos anos 1950. Jean Gottmann (1952) opõe a circulação, que tenciona dissolver as divisões regionais ao enraizamento, que ancora os grupos em áreas precisas. Enquanto os geógrafos do início do século XX analisavam o real em termos de ecologia, ele salienta o seu caráter simbólico: fala da *iconografia*, ou seja, das imagens, do imaginário, das representações. Para Eric Dardel (1952), a missão da Geografia é compreender o *significado* que os homens dão à sua estadia na terra, às formas e aos modos de organização que eles criam e nela inscrevem.

b- A virada cultural I: a geografia inclina-se sobre o estudo das representações e considera a subjetividade dos atores

(i) As intuições realçadas desde o início do século XX especificam-se a partir dos anos 70: a Geografia Humana deixa de considerar as mulheres e os homens como peões dos quais ela não sondaria a natureza e os comportamentos. A partir de então, ela se liga às *representações*, aos *mapas mentais*, ao *imaginário*. Ela não se contenta mais em dividir objetivamente a Terra em conjuntos

homogêneos ou solidários, as *regiões*, mas identifica os *territórios* dentro dos quais os seres humanos se reconhecem, investem sua sensibilidade e estendem seus jogos de poder.

(ii) A Geografia Humana não reduz mais as decisões que estuda a um processo racional de luta contra a avareza da natureza e contra o obstáculo da distância. Ela considera os interesses particulares de quem toma as decisões, as ideias ligadas à cultura da qual estão imbuídos, as imagens do futuro que formam, o lugar que tentam se dar em mundo que está por nascer. Ela explora as normas que eles interiorizaram e os horizontes de expectativa que constroem para conciliar os imperativos éticos aos quais aderem, e o que eles esperam pessoalmente da sociedade e da vida.

As mulheres e os homens extrapolam o mundo onde vivem para um universo que julgam mais verdadeiro e mais perfeito e que lhes indica as orientações a serem dadas às suas vidas (CLAVAL, 2008). Esses *outros lugares* não são claramente observáveis, mas a sua suposta localização indica como os grupos estudados concebem o espaço (nosso mundo é ultrapassado pelas esferas da *transcendência*, penetrado por aquelas da *iminência*, prolongado aqui na Terra no futuro da *utopia*, ou escondido no *inconsciente* dos indivíduos, dos processos sociais ou dos mecanismos naturais). Na medida em que esses outros mundos afloram no real, eles fazem brotar uma diferenciação entre os lugares e as áreas *sagradas*, e o espaço em volta, que se conserva *profano*.

(iii) A Geografia Humana revista pela virada cultural aborda, assim, a segunda das áreas metadisciplinares comuns a todas as Ciências Sociais e às humanidades: aquela da sensibilidade, dos gostos, das referências, dos hábitos e da formação das mulheres e dos homens – aquela dos modelos do ser humano.

Os modos de *transmissão das informações* desempenham um papel chave na aquisição dos conhecimentos, da natureza dos saberes e da construção da personalidade: as *esferas de intercomunicação e de intersubjetividade* dependem deles; a *identidade*, ou as identidades, que permite(m) a cada um estabelecer-se e existir em companhia de algumas, e frente às outras, tem (ou têm) uma dimensão espacial que se modifica com o progresso dos meios de comunicação.

A virada cultural II: a subjetividade dos geógrafos deve ser também considerada

A consciência da subjetividade não diz respeito somente aos atores que a Geografia estuda. Ela se aplica também àqueles que a escrevem. Ao contrário do que se professou há muito tempo, o procedimento científico não

renega as pré-concepções daqueles que o praticam. Ele não conduz necessariamente à objetividade.

As Ciências Sociais em geral, e a Geografia em particular, devem ser repensadas nesta perspectiva crítica (GREGORY, 1994): convém salientar as pré-concepções daqueles que as praticam, as ideologias que eles assumem e os interesses aos quais eles são prisioneiros. Dessa maneira, os geógrafos aprenderam a *desconstruir* o que lhes parecia até então ser evidente: a visão que eles tinham do mundo e o potencial de vigilância e de controle que a Geografia incorpora; a concepção que eles fazem do Outro – das mulheres, dos estrangeiros, das minorias sexuais, dos marginalizados; as ideias de civilização, de cultura e de progresso; a soberania e os espaços onde ela se aplica, Estado ou Império etc.

É a esta desconstrução que se ligou, sobretudo, à *Geografia Pós-moderna* (que recusa a racionalidade da modernidade ocidental e as formas das quais ela se originou [JAMESON, 1991]); e a *Geografia Pós-colonial* (que ressalta os não ditos da ideia de Império; destaca as desigualdades que a colonização cavou e as injustiças que criou, e mostra as consequências atuais, nos países outrora dominantes, assim como naqueles que eram dominados. Esses procedimentos aparentemente deixaram de ser ativos há algumas décadas). É também o que pesquisam as *queer geographies* do mundo anglófono.

A virada praxeológica das Ciências Sociais e a Geografia

O mundo inteiro está consciente da virada cultural que a Geografia acabou de realizar. Fala-se menos da *virada praxeológica* que afeta o conjunto das Ciências Sociais (MONTBRIAL, 2002; 2006). Nesta área, os investigadores tomavam como modelo, no século XIX e na primeira metade do século XX, as ciências da matéria ou da natureza. Estas últimas explicavam a situação no instante (t) pelo jogo de forças presentes no instante ($t-1$), ou, no caso dos mecanismos de retroação, pelo envolvimento quase que instantâneo dos mecanismos de retroação. Neste contexto, e para explicar as situações atuais, as Ciências Sociais insistiam no peso das heranças e no jogo das restrições.

Com tal pressuposto um dos vestígios essenciais das realidades sociais era negligenciado: o estado em que estará a sociedade no instante $t+1$ não depende somente do estado das forças no instante t . Ele resulta das decisões tomadas pelos atores cujas escolhas são ditadas, às vezes, pela sua análise da situação no instante t e pela ideia que eles fazem do que deve ser o futuro (ou seja, o tempo $t+1$).

A virada praxeológica que as Ciências Sociais conhecem hoje advém disto: o mundo social – e a Geografia pela qual ele se expressa – resulta de decisões de uma pluralidade de atores. Cada um destes gostaria de ter uma perfeita informação sobre a situação na qual se encontra, mas os meios os quais dispõe para adquiri-la são limitados e muitos de seus parceiros escondem o jogo. No momento da escolha, as imagens que este ator tem do futuro são igualmente levadas em conta.

O mundo tal como é não resulta das escolhas feitas por uma única pessoa que toma as decisões, tal como Deus Pai, onisciente e todo-poderoso. Ele é o produto de uma variedade de escolhas feitas por atores maus videntes e cujas opções são, às vezes, guiadas pelas heranças que eles receberam, as exigências às quais foram submetidos, as imagens do futuro que elaboram e os horizontes de espera que constroem. A escolha deles não é condicionada pelo futuro, mas sim pela ideia que eles fazem deste. Na área social, heranças e constrangimentos também são relevantes nas decisões, através da influência que exercem sobre os imaginários individuais e coletivos.

Para ser aplicável, a pesquisa sobre o mundo social deve levar em consideração esta dimensão. É o objeto da *praxeologia*. O desenvolvimento desta conduz à formação de pares: as disciplinas universitárias clássicas se justapõem as áreas aplicadas que consideram as dimensões próprias às ações humanas. Esta evolução está acontecendo na Geografia. Podemos vê-la na área política: a Geografia Política é completada pela Geopolítica. Para explicar o mundo, ela identifica os atores, analisa a informação da qual eles dispõem e explora as representações que eles receberam de seu meio, ou que foram elaboradas por eles mesmos.

Na medida em que o ensino superior forma os estudantes para a ação, o lugar da praxeologia será cada vez maior. O sucesso dos estudos universitários sobre negócios, turismo e logística vem da praxeologia.

Na medida em que as pessoas que tomam as decisões perseguem objetivos que misturam o social, o econômico, o cultural e o político e preocupam-se com a sua tradução espacial, a perspectiva praxeológica ignora as fronteiras entre as disciplinas clássicas. Ela toma emprestado de umas e de outras. A organização do espaço resulta de escolhas nas quais os interessados possuem objetivos complexos. É por isso que os mistos, as misturas, os *híbridos*, estão na moda na investigação atual: esta analisa realidades em que várias lógicas estão em ação simultaneamente, mesmo que as disciplinas clássicas se consagrem a uma lógica específica.

Pela sua reflexão sobre o papel dos outros mundos, dos daqui, dos de lá, no funcionamento das sociedades, a Geografia contribui de maneira original à virada praxeológica das Ciências Sociais.

Os problemas atuais da disciplina estão ligados tanto à virada praxeológica das Ciências Sociais quanto à virada cultural que lhes é própria: que lugar ocupa a Geografia nas áreas praxeológicas que constituem o urbanismo, o ordenamento do território, os estudos de transporte e de logística, a geopolítica etc.? Como ela deve ajustar-se a outros ensinamentos?

A que tarefas a Geografia se deve consagrar hoje em dia? Esboço de uma agenda

Na área epistemológica

Os esforços devem basear-se nos seguintes pontos:

- a exploração das relações que os saberes vernaculares e os conhecimentos científicos ocupam na Geografia;
- as reflexões metadisciplinares sobre os modelos da sociedade, os modelos do homem, sobre os mecanismos de regulação ou de poder e sobre a maneira como eles consideram a dimensão espacial das realidades estudadas;
- a análise espacial dos comportamentos e das hipóteses próprias da Geografia Humana;
- as reações específicas das sociedades ocidentais frente aos problemas do espaço. Não foram elas as únicas a elaborarem uma ideia da verdade que possui bases teóricas apoiando-se na observação e na experiência? Não foram elas que conceberam uma estética, que se traduziu durante quatro séculos, pelas políticas do embelezamento destinadas a enobrecer o panorama de vida das elites e dos lugares de exercício do poder e da religião? Não foram elas que inventaram, a par das religiões, os sistemas de crenças – as ideologias cujo papel é bastante próximo, que refutam, porém, a transcendência e repensam a iminência?
- a maneira como os geógrafos concebem e praticam o trabalho de campo. Qual é a dimensão vivida desta confrontação com o real? Qual é o seu valor epistemológico? Existem substitutos deste trabalho para os procedimentos que não possuem base territorial?

Reconstruir a Geografia combinando o que continua válido nas abordagens do passado e o que trazem as novas orientações

Desde o início dos anos 1970, as correntes do pensamento geográfico que se sucedem e se produzem criticam aquelas que as precederam. Ora, deve-se rejeitar sistematicamente o que elas trouxeram? Não: mas, o trabalho efetuado desta forma, de desconstruir as práticas científicas de ontem, permite distinguir o que é caduco do que não o é.

A Geografia deve, ontem como hoje, praticar a dialética das escalas. É preciso considerar o funcionamento do local, do regional e do global na ordem natural (em que este último se torna mais sensível com o efeito estufa, o aquecimento global, o aumento do nível dos oceanos) como também na ordem social (em que a revolução dos transportes rápidos, das telecomunicações e da digitalização, responsável pela globalização, reforça o papel dos mecanismos de escala planetária).

A Geografia deve discernir os grupos humanos que ela estuda como sendo componentes de ecossistemas nos quais é preciso medir a dinâmica, a solidez ou a fragilidade, a resiliência ou a desintegração: a natureza não é sempre “avarenta”, como supunha o malthusianismo de que compartilhavam inconscientemente muitos geógrafos em fins do século XIX e início do século XX. Tampouco é inesgotável, como fazia crer o economismo em voga nas décadas de 50 e 60 do século XX, quando se imaginava possível um crescimento indefinido. A natureza é frágil; não é uma potência hostil, contra a qual convém lutar, mas sim um conjunto suscetível de ser gravemente perturbado e mesmo destruído. Para preservá-la, os grupos humanos devem assumir a sua gestão. A natureza tem limites, os quais é preciso levar em conta, mas é possível, dentro de algumas condições e de alguns limites, mudá-los. Esta é a aposta do desenvolvimento sustentável.

A Geografia deve continuar a estudar as teias de relações em que homens e mulheres estão emaranhados, e que institucionalizam e utilizam para controlar o obstáculo da distância e modelar o real de acordo com as suas necessidades (reais ou supostas) e com os seus sonhos.

Um exemplo mostrará em que medida estes ensinamentos continuam indispensáveis. Quando estudamos a circulação nas grandes aglomerações do mundo atual, a importância dada aos lugares centrais e aos polos de convergência dos fluxos continua a ser justificada – mesmo quando as superfícies urbanas se articulam em torno de um maior número de centros. É recorrendo

aos modelos de gravitação que podemos prever os fluxos que eles polarizam, pois, nesta área, os cidadãos que mudam de lugar procuram sempre minimizar o obstáculo que constituem as distâncias a serem percorridas: podemos tratá-los como formigas cujas reações são previsíveis, porque são “racionais”.

O que se sabe hoje é que as novas facilidades de comunicação permitem dissociar as funções centrais que não são intimamente ligadas entre si (o que explica a multiplicação dos centros). Sabe-se, também, que um certo número de atores pode escapar dos obstáculos da distância e dos congestionamentos de tráfego que esta primeira cria optando pelo teletrabalho, pelas telecompras, consultando seus parceiros através da teleconferência.

Dizer que é preciso aproveitar o que havia de melhor na Geografia clássica ou na Nova Geografia não quer dizer que as perspectivas a serem adotadas sejam imutáveis. A *Geografia de ontem* ligava-se essencialmente à luta que os homens travavam contra duas séries de *obstáculos*, aqueles ligados à *avareza da natureza* e aqueles resultantes da *tiranía da distância*: os contornos do mundo de que se apropriavam resultavam essencialmente da influência destas forças.

A *Geografia que se reconstrói com a virada cultural* não esquece a existência de limites ligados ao ambiente e à distância, porém liga-se, ainda assim, à maneira como os atores geográficos funcionam no mundo em função de suas aspirações, de seus sonhos e de suas antecipações. Para isso, os pesquisadores mobilizam novas ferramentas: exploram as *representações* e os *imaginários* e se interessam pelo que as mulheres e os homens constroem, o aqui e o lá do mundo sensível. Eles são indispensáveis aos indivíduos e aos grupos para avaliarem o real, fazer seus julgamentos e guiar suas ações.

Um exemplo: há meio século, o diagnóstico que os geógrafos do mundo tropical possuíam a respeito do desenvolvimento do Terceiro Mundo era pessimista, pois eles eram sensíveis às barreiras que a pobreza e a fragilidade dos solos, a lixiviação de seus elementos fertilizantes e a potência da erosão opunham ao rápido crescimento da produção agrícola. Felizmente, para o mundo então em desenvolvimento, este diagnóstico era falso: o fato de os grandes países emergentes, a Índia, o Brasil, o México, a África do Sul e, de certa forma, a China, serem países tropicais, o evidencia. O erro residia no fato de que os especialistas do mundo tropical não haviam compreendido que o desenvolvimento poderia nascer de atividades industriais ou de serviços (do turismo primeiramente, mas também de atividades de gabinete), para as quais a natureza tropical oferece menos obstáculos e muitas vantagens.

Buscar a desconstrução, reconhecer os seus limites

Deve-se continuar o trabalho de desconstrução que começou há meio século: a Geografia deve continuar a se desenvolver como disciplina crítica. Para isto, deve, ao mesmo tempo, focar setores até aqui negligenciados e estabelecer um saldo dos resultados e dos limites do que já foi feito.

Um exemplo? O questionamento da observação e da vigilância: sim, o olhar, e os instrumentos que o facilitam, o mapa, a teledetecção remota são ferramentas de conhecimento, mas também de controle. Deve-se condenar o Ocidente por recorrer sistematicamente a eles? Todas as sociedades não fazem a mesma coisa? O problema não é de instruir-se inteiramente no processo de vigilância, porém, ver em quais limites o seu emprego é legítimo.

Outro exemplo? A ideia de Império. Sim, o imperialismo provocou excessos, genocídios, etnocídios – mas as atitudes que o conduziram não estão presentes fora das formações imperiais? Por que não estudá-las com a mesma atenção?

Adaptar as ferramentas de análise que a Geografia dispõe a uma realidade variável

Os geógrafos – e o grande público – estão conscientes das fortes mudanças introduzidas pelas revoluções técnicas contemporâneas: transportes rápidos, telecomunicações e digitalização. Não se para de falar da globalização e do modo como ela põe em causa as formas de organização e as distribuições espaciais. As ferramentas que os geógrafos utilizam estão adaptadas a este novo contexto? Não é preciso modernizá-las – como modernizaram a noção de modo de vida, há meio século, para adaptá-la às realidades de uma sociedade industrial e urbanizada?

Esta revisão é necessária em várias áreas: *a Geografia Econômica* (o que significam acumulação capitalista, a especulação, a moeda, em um mundo onde as informações circulam rapidamente e no qual um novo tipo de ondas especulativas aparece?); *a Geografia Política* (como se organiza o mundo pós-westphalense? Que parte pertence ao Estado local e ao Estado supranacional? Quais são as novas relações do político e do econômico? E o lugar das organizações não governamentais? Por que os problemas de governança tornaram-se onipresentes?); *a Geografia Social* (qual é a dinâmica da discriminação e dos status nas sociedades contemporâneas? Quais são as coletividades mais conscientes de seus problemas e de seus interesses comuns? As classes sociais?

Os grupos religiosos ou as seitas? Os agrupamentos étnicos? Como se constrói a exclusão? A marginalidade? Como os gêneros evoluem?).

Repensar os critérios de ordenamento

É importante uma avaliação crítica dos critérios sobre os quais o ordenamento do território foi construído desde a década de 50 do século XX: a descentralização das atividades é sempre necessária? A mobilidade deve ser privilegiada? A vontade de reduzir todos os movimentos, frequentemente expressa hoje em dia, é também prioritária?

As soluções propostas para assegurar o desenvolvimento sustentável multiplicam-se. Seria conveniente analisá-las de maneira crítica: o que esperar das diferentes formas de energia alternativa, por exemplo?

Outra questão fundamental: as políticas de conservação do patrimônio, concebidas há meio século, não são postas em questão pela democracia das decisões? Elas não conduzem a uma museificação das cidades e das paisagens?

Alguns exemplos

As pesquisas poderiam, mais especificamente, serem centradas nos pontos seguintes (lista não exaustiva):

- submeter a um exame crítico alguns temas que a Geografia Pós-moderna e Pós-colonial colocaram em voga (os malefícios do orientalismo, o papel perigoso do olhar, a ideia de Império) e, ao mesmo tempo, mostrar a utilidade e os enviesamentos dos trabalhos recentes nessas áreas;
- refletir sobre as perversões que a utilização de critérios e de noções adaptadas a uma outra época introduzem no mundo moderno. A soberania é justificada quando não é mais destinada a assegurar a integridade dos Estados, mas sim a proteger atividades delituosas, por exemplo? Num mundo de mobilidade, a posse da cidadania não confere às populações nacionais vantagens frequentemente injustificadas e, também, não priva os estrangeiros de direitos elementares – isso nos remete a Singapura, aos países do Golfo, à Arábia Saudita, a Israel...?
- apresentar, de maneira resumida, qual é a contribuição da Geografia para a dimensão metadisciplinar das Ciências Sociais.

Conclusão

A Geografia não constitui um campo científico fechado. Ela aparece mais como uma perspectiva: a perspectiva espacial, adquirida em um campo igualmente estudado segundo outros pontos de vista. Trata-se, então, de uma disciplina, ou seja, de uma forma de considerar o mundo e a sociedade, de métodos a serem praticados para este fim, de princípios e de linhas de pesquisa, mais que um simples saber estruturado definitivo.

A Geografia aparece como um campo que se refunda permanentemente: porque o real muda (sob o impacto das revoluções tecnológicas, dos transportes rápidos, das telecomunicações e da digitalização), porque as mentalidades se transformam (as atitudes relativas à natureza, à vida, ao lazer e ao trabalho; as concepções do indivíduo e do grupo; a ideia de participação) e porque a imagem que fazem dos saberes populares, da ciência e de seu futuro evolui.

A Geografia pratica alguns princípios: ela está atenta à multiplicidade das escalas em que os processos que estuda atuam; aprende a analisar nas pirâmides ecológicas, o lugar dos grupos que estuda. Para explicar as superfícies, os espaços homogêneos, as estruturas regionais que a observação ressalta, ela destaca que é preciso estudar as redes (técnicas e sociais) e os nós graças aos quais sua concepção e seu funcionamento são assegurados. A geografia analisa os processos de decisão e os mecanismos de retroação ou de regulação que explicam as distribuições observadas. Assim é o primeiro caráter do comportamento geográfico, aquele que se estabeleceu em duas etapas, entre 1880 e 1970.

Hoje, a Geografia se associa tanto às pessoas que tomam as decisões, à sua percepção do mundo e da realidade social, às representações que elas compartilham, ao imaginário que as inspira quanto aos constrangimentos impostos pelo ambiente e o obstáculo da distância. Ela considera a subjetividade dos atores geográficos, seus sonhos, e analisa os universos de referência, que lhes permitem instituir normas e orientar a sua ação.

Assim concebida, a Geografia Humana trata de problemas essenciais: ela fala do que são as responsabilidades humanas frente à natureza, o que é o Estado e o que ele não deveria ser, das formas passadas e atuais de dominação, do papel das elites e das massas populares.

As mudanças que a disciplina conheceu há um século refletem as transformações que as sociedades ocidentais atravessaram no mesmo período. Tal como se desenvolve desde o fim do século XIX, a Geografia aparece como uma

das formas da modernidade ocidental; ela floresce em uma sociedade que aspira à democracia, mas em que duas formas de cultura estão em concorrência: culturas populares, ou vernáculas, e culturas elitistas. Na atmosfera do século XIX e do início do século XX, responsabilidades específicas são atribuídas às classes educadas: o governo delega às elites técnicas o cuidado de conceber, de preparar e de praticar o ensino, a saúde, a prevenção dos riscos e as grandes operações de mudança. Nesta forma de sociedade, a opinião dos especialistas deve prevalecer, pois eles são detentores da verdade. A atitude dos dirigentes em relação às massas rurais e operárias não é diferente daquela que eles adotam no exterior, em um país de cultura tradicional cujo imperialismo assegura o controle.

Hoje em dia, a democracia é diferente: não acreditamos mais que seja possível aceder de uma vez por todas à verdade graças à ciência; o prestígio desta se apagou; a concepção que se faz da racionalidade é outra. A perspectiva que o geógrafo tem sobre o nosso planeta evolui necessariamente: ele não é mais o representante de uma elite intelectual destinada a reorganizar o mundo; ele é testemunha de uma mutação que oferece a mesma dignidade aos homens e às mulheres, àqueles que fizeram longos estudos e àqueles cujo histórico acadêmico foi breve, de uma mutação que concede tanta atenção ao lazer quanto/como à busca da riqueza e do poder.

A geografia participa, no grande movimento que busca, por razões práticas, favorecer as disciplinas de ação em detrimento das ciências acadêmicas. É preciso preparar nossos estudantes para a análise das situações, para a avaliação dos riscos e para a tomada de decisões em ambientes pouco conhecidos nos quais vários campos se misturam.

Devemos, portanto, abandonar as áreas propriamente acadêmicas? Elas não são indispensáveis para ressaltar os mecanismos de regulação das decisões e dos constrangimentos a que são submetidas? Trata-se aqui de uma área ainda mal explorada.

Referências Bibliográficas

- CLAVAL, P. *Espace et pouvoir*. Paris: PUF, 1978.
- _____. *Principe de géographie sociale*. Paris: Litec, 1973.
- _____. *Religions et idéologies: Une perspective géographique*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2008.
- COOK, I., CROUCH, D., NAYLOR, S., RYAN, J. R. (eds.). *Cultural Turn/Geographical Turn.*, Harlow: Pearson Education Limited: 2000.
- DARDEL, E. *L'homme et la terre*. Paris: CTHS, 1990.
- GALLOIS, L. *Régions naturelles et noms de pays*. Paris: A. Colin, 1908.
- GOTTMANN, J. *La politique des états et leur géographie*. Paris: A. Colin, 1952.
- GREGORY, D. *Geographical imaginations*. Oxford: Blackwell, 1994.
- HÄGERSTRAND, T. What about people in regional science?. In: *Papers of the Regional Science Association*, vol. 24, 1970, p. 7-21.
- JAMESON, F. *Postmodernism and the cultural logic of late capitalism*. London: Verso, 1991.
- LATOURET, B. *Changer la société, refaire la sociologie*. Paris: La Découverte, 2001.
- _____. *Nous n'avons jamais été modernes*. Paris: La Découverte, 2001.
- MONTBRIAL, T. de. *L'action et le système du monde*. Paris: PUF, 2002.
- _____. de. *Géographie politique*. Paris: PUF, 2006.
- RATZEL, F. *Anthropogeographie, oder Anwendung der Erdkunde auf die Geschichte*. Stuttgart: Engleborn, 1882-1891.
- RITTER, C. *Introduction à la géographie générale compare*. Paris: Les Belles Lettres, 1974; trad. de: *Einleitung zur allgemeinen vergleichenden Geographie und Abhandlungen zur Begründung einer mehr wissenschaftlichen Behandlung der Erdkunde*. Berlin, 1852; tr. Danièle Nicolas-Obadia.
- VALENTINE G. Whatever happened to the social? Reflections on the 'Cultural Turn' in British geography. In: *Norsk Geografisk Tidsskrift*, vol. 55, n° 3, set. 2001, p. 166-172.
- VARENIUS, B. *Geographia generalis*. Amsterdam, 1650.
- VIDAL DE LA BLACHE, P. Des rapports entre les populations et le climat sur les bords européens de la Méditerranée. In: *Revue de Géographie*, vol. 10, 1886, p. 410-419.
- _____. *Principes de géographie humaine*. Paris: A. Colin, 1921.

As dimensões funcionais e simbólicas da composição urbana no século XIX

Compor uma cidade é impor um limite às decisões de uma grande quantidade de agentes para integrá-los a um esquema em comum. Três preocupações explicam as escolhas daqueles que modelam assim os conjuntos urbanos:

- Em nome de quem eles agem? De um mestre todo poderoso? De uma elite dominante? De uma totalidade de cidadãos?
- A que imperativos funcionais eles se confrontam?
- Quais concepções do meio-ambiente, da beleza e da harmonia lhes permitem selecionar as formas construídas, a relação dos cheios e dos vazios e os elementos ligados à natureza, aos jardins e aos parques?

A composição de uma cidade coloca em ação uma grande quantidade de atores: fiscais ou engenheiros (de l'École de Ponts e Chaussées) que respondem pela circulação dos homens e dos bens, e, também, do ar, do fornecimento de água e do tratamento das águas usadas; médicos e autoridades médicas, responsáveis incumbidos da higiene; serviços da polícia, encarregada da segurança; serviços de prevenção e de combate aos incêndios; pessoas físicas que constroem casas ou imóveis onde moram, alugam ou vendem; comerciantes ou industriais cuja atividade demanda lojas, entrepostos e fábricas; arquitetos que traduzem em formas harmoniosas as aspirações de seus clientes. A concepção de conjunto retorna aos funcionários encarregados de praticar as diretrizes do poder central, ou às municipalidades que agem em nome da comunidade que as elegeram. A partir de um dado momento, esses responsáveis são aconselhados por um novo especialista: o urbanista.

Os problemas expostos pela composição urbana no século XIX são apaixonantes: com a Revolução Industrial, as cidades crescem rapidamente e mudam de escala; as circulações se intensificam. Novas necessidades surgem: a provisão de água potável, de gás e de eletricidade, a evacuação dos dejetos e das águas usadas. Os meios de transporte se aperfeiçoam desde os anos 1830 graças ao trem e, mais tarde, graças ao ônibus, ao metrô, ao bonde e ao elevador¹.

As técnicas de construção progredem a partir de meados do século, quando o ferro fundido, depois o aço e o concreto armado, apareceram; quando também a padronização se desenvolve, como testemunha a revolução técnica, que desde os anos 1830, alcança as estruturas de *balloon frame*, em Chicago e no resto dos Estados Unidos. A facilidade de circulação acelerou a disseminação das epidemias, particularmente severas nas áreas urbanas desenvolvidas, mal equipadas e construídas rapidamente; a acumulação de populações mal alojadas aumentou a incidência da tuberculose.

Na cidade pré-industrial, as preocupações com a segurança eram frequentemente dominantes, de forma que a extensão das cidades era supervisionada pelos serviços de polícia, que exigiam dos fiscais o traçado e a manutenção das ruas². Mas a composição tinha também uma dimensão simbólica, já que ela permitia enobrecer os lugares onde se exercia o poder, os templos onde se exprimia a fé e os domicílios daqueles que pertenciam à elite. Desde o Renascimento, o traçado e a concepção de alguns bairros eram então atribuídos a arquitetos, encarregados de desenhar as praças reais ou de mudar as perspectivas que faziam convergir os olhares em direção às partes prestigiosas da cidade. Geralmente esse pré-urbanismo dos arquitetos aplicava-se somente a uma parte dos espaços urbanizados: os belos bairros; no caso das cidades novas, é a concepção de conjunto da cidade que às vezes lhes era confiada³.

Arquitetos e fiscais: os atores da composição urbana

A composição de uma cidade é feita para responder às ambições daqueles que a governam e às necessidades daqueles que a habitam. Ela está nas mãos de especialistas, cujas escolhas refletem a formação que receberam e os ideais aos quais aderem. Durante o Antigo Regime, duas profissões colaboram

1 J.L. McKay, *Tramways and Trolleys. The Rise of Urban Mass Transport in Europe*; J.L. McKay, « Les transports urbains en Europe et aux États-Unis – 1850–1914 »; Goodwin, *Otis Giving Rise to the Modern City*.

2 J.-L. Harouel, *L'Embellissement des villes. L'urbanisme français au XVIIIe siècle*.

3 P.Claval, *Ennobler et embellir*.

com a composição das cidades: os cantoneiros, especialistas do traçado e da manutenção das vias⁴, e os arquitetos, que estão presentes para criar belas formas.

Desde Alberti⁵, o arquiteto constrói com a preocupação da solidez e para responder às exigências práticas daquele que ordena. Ele procura dar belas formas ao que concebe. Dentro da perspectiva platonista do Renascimento⁶, a beleza se apoia nos jogos da perspectiva e nasce do respeito pela simetria e por certas proporções⁷.

O fiscal é um prático. Até o século XVIII, ele aprende o seu trabalho na prática: diferente do arquiteto, ele não é um intelectual.

A expressão da dimensão funcional da composição urbana

A situação evoluiu ao longo do século XVIII: a rarefação das grandes crises alimentares, as guerras menos frequentes e o crescimento do comércio favoreceram o processo de crescimento; as cidades se desenvolveram e, sendo assim, tornaram-se objeto de uma maior atenção. O quadro de funcionários que se ocupou delas foi aperfeiçoado⁸: ateliês foram oferecidos para prepararem os futuros fiscais das construções e os desenhistas de mapas; em meados do século, esses centros se transformaram em escolas de engenheiros. Estes últimos concebem e constroem vias, pontes, plataformas, canalizações subterrâneas ou de esgotos. São sensíveis à reflexão higienista⁹: a apresentação dos registros civis revela que a população das cidades não se reproduz; ela se mantém ou cresce, graças somente à imigração de rurais. Essa situação parece intolerável. Para reduzir a mortalidade, estimam os médicos, é conveniente lutar contra os miasmas, fazer desaparecer as águas pesteadas e assegurar uma ventilação suficiente em todos os lugares. A presença de cemitérios no coração desses espaços edificados é perigosa: é preciso implantá-los fora do perímetro urbano.

4 J.L. Harouel, *Otis Giving Rise to the Modern City*.

5 L.B. Alberti, *De Re aedificatoria*; F. Borsi, *Leon Battista Alberti. L'opera completa*; F. Choay, *La Règle et le modèle. Sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme*; G. Donati, *Leon Battista Alberti. Vie et théorie*.

6 A. Chastel, *Art et humanisme à Florence au temps de Laurent le Magnifique*.

7 G. Argan et R. Wittkower, *Perspective et histoire au Quattrocento*; Ph. Hamou, *La Vision perspective (1435-1740)*.

8 J.L. Harouel, *L'Embellissement des villes. L'urbanisme français au XVIIIe siècle*.

9 B. Fortier, *La Politique de l'espace parisien à la fin de l'Ancien Régime*; M. Foucault et alii, *Les Machines à guérir, aux origines de l'hôpital moderne*.

O crescimento da população e o início da industrialização multiplicam as circulações de pessoas e os movimentos de carros, charretes e carroças. Os engarrafamentos, que sempre foram perigosos, aumentam nas ruas estreitas dos bairros antigos: na ausência de novos meios de circulação, a única solução é alargar as vias.

No fim do século XVIII, os engenheiros encarregados da viação não se contentavam mais em gerenciar o existente. Eles estavam convictos das profundas transformações sofridas pelas cidades para responder às novas ordens de higiene e de outras necessidades que o crescimento criou. Os engenheiros têm uma visão funcional do urbanismo.

Novas vistas sobre o embelezamento

Os princípios aos quais se referiam os arquitetos que concebiam os palácios, as igrejas, os hotéis particulares, mas também os condomínios, os jardins e os parques das zonas suburbanas, são questionados desde o século XVII¹⁰. Procuram-se novas regras que assegurem o embelezamento do quadro edificado e dos espaços arborizados que os circundam, a fim de enobrecer o exercício do poder, a prática da religião e o estilo de vida das elites.

Desde Perrault¹¹, sabe-se que o olho não possui as mesmas propriedades que o ouvido: o primeiro não é naturalmente capaz de detectar o que é belo e harmonioso. Ele aprende pelo hábito de se deliciar com as formas. A Razão deixa de oferecer um suporte rígido à estética. Onde procurar, então, os princípios indispensáveis à arquitetura? Nos primeiros a terem desenvolvido a arte da construção, pois as formas que eles concebiam respondiam à verdade dos materiais que eles empregavam e das forças que estavam em jogo¹². O modelo absoluto, que inspira a corrente neoclássica, é a cabana primitiva, com pilares, teto suportado por vigas e frontão, defende o abade Laugier¹³. Convém, então, voltar além de Roma: o século XVIII analisa os templos gregos da Itália meridional, e aqueles de Atenas e da Grécia. Ele descobre a nobreza das formas de civilizações anteriores, como a dos Etruscos ou Egípcios.

¹⁰ W. Hermann, *La Théorie de Claude Perrault*; A. Picon, *Claude Perrault ou la curiosité classique*.

¹¹ H. Wolfgang, *La Théorie de Claude Perrault*.

¹² J. Rykwert, *La Maison d'Adam au paradis*.

¹³ M. A. Laugier, *Essai sur l'architecture*; F. Fichet, *La Théorie architecturale à l'âge classique*; A. Pérez-Gomez, *Architecture and the Crisis of Modern Science*; H. R. Hitchcock, *Architecture: Dix-neuvième et vingtième siècles*.

O racionalismo arquitetural refere-se à história: a beleza não resulta da aplicação de modelos abstratos, mas da reconstituição de uma verdade inicial¹⁴. A busca não conhece um fim: os resultados são somente provisórios, já que a arqueologia revela, sem parar, testemunhos mais antigos. Buscava-se a única e melhor maneira de se chegar ao belo: descobrem-se várias tentativas passadas para se chegar à imposição do ceticismo. O racionalismo conduz a uma atitude eclética.

A arte de compor cidades: o compromisso do início do século XIX

Duas categorias de preocupações são reconhecidas por aqueles que possuem a responsabilidade de organizar as cidades no início do século XIX. 1) A necessidade de responder ao crescimento das populações e das atividades, através de uma nova disposição urbana, aquela de assegurar a todos melhores condições de higiene – uma abordagem, então, funcional. 2) O enobrecimento de lugares de exercício do poder, de desenvolvimento do saber e de residência da burguesia ascendente pela escolha de belas formas.

É possível conciliar estes dois objetivos? Os progressos na evolução das técnicas do desenho e o ecletismo que se impõem na área estética permitem essa conciliação. Por que não decompor graficamente as etapas para facilitar a elaboração das formas? O arquiteto encarregado de um edifício, ou o responsável por áreas de expansão de uma cidade, como a renovação de um bairro, tentará, primeiramente, responder aos problemas encontrados ao projetar uma planta; ele seguirá o trabalho cuidando da elevação. Obterá, assim, uma estrutura do construído (no caso de um edifício) ou cheios e vazios (naquele de uma cidade ou um bairro), que responde às normas funcionais. Falta dar uma forma sedutora ao esboço assim obtido, vesti-lo e embelezá-lo. Para atingir isso, ele escolherá os estilos que simbolizam cada função e que são tidos como belos; aqueles que dão mais relevância e harmonia à estrutura.

Assim é a essência das aulas de arquitetura que Jacques-Nicolas-Louis Durand¹⁵ leciona na École Polytechnique, e que inspiram amplamente o ensino

14 A. Braham, *L'Architecture des Lumières. De Soufflot à Ledoux*; P. Collins, *Changing Ideals in Modern Architecture*; A. Vidler, *L'Espace des Lumières. Architecture et philosophie de Ledoux à Fourier*.

15 W. Szambien, *J.N.L. Durand*.

da École des Beaux-Arts na primeira metade do século¹⁶. As duas etapas do procedimento estão presentes em dois manuais, o *Recueil parallèle des édifices de tout genre*¹⁷ e o *Précis des leçons d'architecture données à l'École Polytechnique*¹⁸.

As ideias de J.N.L. Durand revelam as correntes que dominavam a arte da composição urbana desde o começo do século XIX. Para modernizar Paris, Haussmann trabalha em um mapa que coloca em seu escritório. Este possui uma escala de 1/5000. O mapa o ajuda a pensar na rede indispensável de ruas e avenidas para reestruturar uma aglomeração sem ar e cujas vias são estreitas demais. Ele permite praticá-la: os novos eixos, as novas aberturas, as adjunções, todos são conduzidos à medida que são concebidos e depois realizados¹⁹. A segunda etapa cuida das elevações. Determinando a altura dos imóveis, a operação completa a preparação do esqueleto funcional. Impondo dependências de alinhamento, suprimindo o embelezamento da cidade, que corresponde às demandas das classes abastadas.

A Paris, cuja realização Napoleão III confiou a Haussmann, inspira-se amplamente nas realizações da Londres das primeiras décadas do século XIX. A receita praticada em Paris, ou receitas análogas, são realizadas em todas as grandes cidades europeias da segunda metade do século XIX²⁰ – Barcelona, Lisboa, Berlim, Viena, Roma, Milão, Bruxelas etc. Elas respondem às necessidades de metrópoles cujas populações explodem, e que buscam materializar em pedra e cal, o êxito de suas economias, a eficácia de seus governos e a cultura de suas elites.

Este urbanismo difere daquele do Antigo Regime pela amplitude de seus projetos: para resolver os problemas de congestionamento de aglomerações que incham sem parar, para assegurar-lhes uma melhor higiene é preciso arejar o conjunto do tecido urbano, é a totalidade das vias que deve ser estruturada em uma rede hierarquizada. Entretanto, uma parte das antigas atitudes subsiste como o mostra a ausência de verdadeira preocupação social. Toda a cidade é remodelada, mas o embelezamento atinge somente as vias principais; ele ignora as vias secundárias dos bairros populares.

16 A. Drexler, *The Architecture of the École des Beaux-Arts*; R. Middleton, *The Beaux-Arts and Nineteenth-Century French Architecture*.

17 J.N.L. Durand, *Recueil et parallèle des édifices de tout genre*.

18 J.N.L. Durand, *Précis des leçons d'architecture données à l'École Polytechnique*.

19 M. Carmona, *Haussmann*.

20 F. Choay, *The Modern City. Planning in the Nineteenth Century*.

Este urbanismo resolve os problemas do momento, mas apoiando-se em técnicas que ainda são do mundo pré-industrial; exceto pelos transportes ferroviários de superfície. Constrói-se sempre em pedra e cal; as ruas são servidas somente por carroças atreladas, cuja velocidade não excede 10 km por hora. Na década de 60 do século XIX, as vias férreas subterrâneas dos metrô existiam somente em Londres e os comboios rebocados por máquinas a vapor, continuavam incômodos.

Os novos elementos da arte para compor as cidades

Na segunda metade do século XIX²¹, a arte de organizar as cidades conheceu, então, uma nova série de transformações. O crescimento das grandes aglomerações acelera; novas técnicas facilitam a circulação (metrô, bonde e em seguida automóvel), o abastecimento de água, a distribuição da energia (gás e depois eletricidade) e o tratamento das águas usadas. Com o aço, o concreto armado e o elevador é possível construir mais alto, o que densifica ainda mais os tráfegos nas zonas ditas “verticalizadas”.

Os problemas a resolver são mais graves que em meados do século XIX, mas a gama de soluções possíveis se alarga. O que muda principalmente é a ideia que se tem da cidade, o que leva a outras formas de pensar a composição das aglomerações. O conjunto urbano não é mais concebido somente como um quadro de vida que convém organizar de maneira eficiente, ou embelezar para destacar o status daqueles que a dominam e governam. A cidade é percebida como uma comunidade concebida dentro de uma perspectiva democrática: todos os seus membros possuem direito à saúde, aos alojamentos salubres e confortáveis, à educação e aos serviços de saúde²². As cidades que cresceram muito rápido com a Revolução Industrial atraíram massas cujos rendimentos são insuficientes. As famílias muito pobres vivem em habitações deploráveis, o que contribui para o deterioramento da saúde delas. Os hospitais, as clínicas, as enfermarias faltam ou são insuficientes. Muitos jovens não frequentam as escolas e encontram-se precitadamente muito cedo no mundo de trabalho.

A cidade não deve ser considerada somente um contexto que é preciso melhorar e embelezar. É uma sociedade. As condições de existência que reinam na sociedade deixam a cidade doente. Para melhorar sua situação, é

21 P. Claval, *De Haussmann au Musée social*; P. Claval, *Ennobler et embellir. De l'architecture à l'urbanisme*.

22 V. Berdoulay et P. Claval (dir.), *Aux Débuts de l'urbanisme français*.

preciso modificar o olhar dirigido a ela; para tal, é conveniente apelar para um novo especialista: o urbanista. O termo forjado pelo espanhol Ildefonso Cerdá²³, em 1868, é progressivamente introduzido em todas as línguas europeias – em francês por volta de 1910. Não é mais um prático como o fiscal ou um engenheiro; não é mais um artista, como eram os arquitetos, aos quais se confiavam a concepção e a realização de praças, de bairros ou de conjuntos mais vastos. É um reformador e nada o mostra melhor que a paixão pelas ciências sociais daqueles que tencionam abraçar essa nova carreira. Os jovens arquitetos franceses se apressam às aulas do Museu Social, que acaba de ser fundado pela iniciativa de Jules Siegfried, de Émile Cheysson e do conde de Chambrun²⁴.

Os objetivos da composição urbana se enriquecem. Mas, o que ocorre então com aqueles que já eram impostos: a organização de conjuntos que funcionam eficientemente, a harmonia de suas formas, o êxito em sua inserção no meio-ambiente?

As novas dimensões funcionais do urbanismo

As aglomerações não param de crescer. O lugar reservado a indústria reforça-se, o que necessita de uma preparação de equipamentos, de transporte mais pesados e com um melhor desempenho, além da construção de fábricas e depósitos. As transações são mais ativas, o que conduz à multiplicação das boutiques e à aparição de grandes lojas nos bairros centrais. Estes últimos atraem também escritórios de empresas e os serviços que elas executam.

As dificuldades enfrentadas ao se fazer dessas aglomerações algo eficaz são numerosas. Prezam a densificação do solo, os volumes construídos que resultam delas, os movimentos mais numerosos que a acumulação das atividades provoca, tanto quanto os danos que fazem nascer a grandeza das novas construções e muitas atividades.

As ferramentas das quais se dispunha no fim do Antigo Regime para compor, regular e organizar as cidades se mostraram suficientes até metade do século XIX, uma vez que, o direito de expropriação foi restaurado – pois a construção das vias férreas teria sido impossível sem ele –, os engenheiros que substituíram os cantoneiros e se ocuparam do urbanismo possuem os meios de adaptar as artérias aos fluxos sempre mais densos que elas carregam.

23 I. Cerdá, *La Théorie générale de l'urbanisation*.

24 Chambelland, *Le Musée Social en son temps*; V. Berdoulay et P. Claval (dir.), *Aux Débuts de l'urbanisme français*.

Os planos de alinhamento eram suficientes para controlar os volumes e as densidades de utilização. Graça às medidas de inspiração arquitetural que incorporam, os engenheiros asseguram o embelezamento do quadro edificado.

Porém, em certos bairros, a concentração das atividades ameaça o funcionamento da cidade: a densificação se revela forte demais, os edifícios mais altos perturbam a vizinhança, as ruas estão congestionadas, mesmo as que foram redimensionadas. É preciso novas estratégias de intervenção, agir em três dimensões, já que o arsenal de medidas à disposição dos poderes públicos é eficaz somente para o traçado dos mapas e o desenho das fachadas dos imóveis. Novas formas de regulação se impõem para evitar a multiplicação dos danos²⁵, institui-se um gabarito, como é o caso de Paris em 1902: uma criação de planos de massa, que deixa os indivíduos livres para construir no alto, com a condição de que uma pequena parte dos prédios em volta continue mais baixa, para não aumentar a densidade. A multiplicação dos danos, a que muitas atividades levam, conduz à introdução de medidas de zoneamento – o exemplo é dado por Nova York, durante a Primeira Guerra Mundial²⁶.

Recorrer aos planos de massa e às medidas de zoneamento não bastaria para assegurar o bom funcionamento das áreas centrais se os problemas da circulação na cidade continuassem sem solução. Felizmente, a evolução das técnicas abre novas possibilidades. Os transportes coletivos tornam-se mais eficazes e mais rápidos a partir do momento em que se faz funcionar os vagonês sobre os trilhos e que os bondes mobilizam a tração elétrica²⁷. O que conta ainda mais é a construção de linhas férreas sobrelevadas, como o *elevated* de Chicago, ou de vias subterrâneas à tração elétrica – o que faz desaparecer os inconvenientes do vapor. Esses novos meios possuem um desempenho tão grande que a concentração das atividades nos bairros, cuja via pública continua estreita, não provoca mais um excessivo congestionamento.

É preciso preservar as ações de embelezamento?

A composição das cidades possui um objetivo novo: assegurar o bem-estar, a saúde e uma vida plena a todos os cidadãos – e se encontra

25 A. Sutcliffe, *Towards the Planned City. Germany, Britain, The United States and France, 1780-1914*; A. Sutcliffe (dir.), *The Rise of Modern Town Planning*.

26 M. Scott, *American City Planning*.

27 J.L. McKay, *Tramways and Trolleys. The Rise of Urban Mass Transport in Europe*; J.L. McKay, « Les transports urbains en Europe et aux États-Unis. 1850-1914 ».

confrontada às imposições funcionais que necessitam de novos meios de intervenção e de controle. Poder-se-ia, nessas condições, continuar fiel ao objetivo do embelezamento?

Este objetivo muda evidentemente de significação: o problema não é mais enobrecer as instituições locais, as igrejas, os templos do saber e os bairros onde moram as classes dirigentes, e sim fornecer um quadro harmonioso ao conjunto dos cidadãos. A finalidade não é mais destacar, através de formas bem escolhidas, a dimensão simbólica da autoridade e daqueles que a detêm, e sim satisfazer às aspirações de todos.

A dimensão estética das ações urbanistas faz parte das normas: a maioria daqueles que querem dar uma dimensão social à composição das cidades julga indispensável dar-lhes também uma forma harmoniosa. Mas como chegar a isso? O compromisso que foi preparado, no início do século XIX, entre objetivos funcionais e estéticos apoiava-se na derrapagem do racionalismo arquitetural em direção ao ecletismo. Essa fase acabou: a parte do público que se satisfazia de realizações à forma dos gregos, dos egípcios, dos etruscos, dos bizantinos, dos hindus etc., diminuiu. Sente-se bastante que a preocupação com o belo está em segundo plano; os ornamentos com os quais as construções são sobrecarregadas não comovem mais o público.

Procura-se sempre a verdade da arte ao lado das origens, mas estas não se concebem mais da mesma forma²⁸. Não é mais para as formas cada vez mais antigas da civilização ocidental que nós nos direcionamos, e sim para os grupos que não deixaram arquivos, pois o universo deles era oral: povos camponeses, culturas exóticas ou os primeiros povos. As arquiteturas vernáculas por muito tempo ignoradas são, a partir de agora, consideradas. Elas inspiram aqueles que desenham as casas de campo nas zonas rurais ou nas estações termais ou balneários na moda. Penetram-se nas zonas suburbanas. Outros artistas situam as origens do belo fora do campo social, nas formas vegetais ou animais, na mudança de cor das folhas, na abundância das flores.

O movimento *Arts and Crafts* se reconcilia com as tradições artesanais e procura devolver ao artista uma criatividade universal que o ensino moderno das Belas Artes o fez esquecer. O arquiteto decorará seus interiores, desenhará os móveis e os objetos que lhe são destinados, conceberá os tapetes, as grandes cortinas ou os papéis de paredes que serão utilizados; desenhará os talheres, os

28 P. Claval, *De Haussmann au Musée social*.

pratos e as travessas da sala de jantar. A arte reencontrará assim a sua função, que é de embelezar a vida cotidiana de todos.

O *Modern Style* dispensa referências históricas. As formas que ele copia são atuais: o movimento é sensível às espirais da vegetação, às folhagens, às flores, aos frutos. Nas suas configurações, ele rompe com a produção dos volumes que permite a perspectiva. O mundo que o interessa possui duas dimensões.

Essa nova arte é cheia de charme, de invenção, de frescor. Alguns arquitetos inspiram-se nela, mas sua estética sem profundidade não é feita para inspirar os novos espaços urbanos.

É uma abordagem histórica que fornece a solução: a do austríaco Camillo Sitte²⁹. A maneira como ele explora as cidades antigas e como ele faz entender o charme delas é original. Gosta dos caminhos irregulares, onde se descobrem novas cenas em cada desvio das ruas. Experimenta composições que ninguém planejou e que nasceram, ao longo do tempo, de iniciativas que acabaram criando composições harmoniosas. O que traz a sua leitura histórica das formas é a descoberta de combinações originais. Em vez de ler a história como um historiador, ele a concebe como geradora de estruturas cujo charme e beleza são sensíveis a todos. Não há racionalismo nisso, não há dogmatismo. Uma sensibilidade à flor da pele. E a certeza de que, se soubermos aprender com o passado, conseguiremos representar tão bem a cidade de hoje como aquela de outros tempos.

É nesta concepção dos fundamentos do belo que se inspira o urbanismo nessas últimas décadas do século XIX. Ele não renuncia embelezar a vida e a cidade. As formas que ele cria não possuem a orgulhosa frieza daquelas mobilizadas pela Razão Clássica. São feitas para tornar agradável a vida cotidiana de todo mundo. A composição da cidade não renuncia à pesquisa estética, mas escolhe formas menos frias e rígidas, feitas para uma sociedade democrática. É essa inspiração que percebemos tanto na obra de Patrick Geddes³⁰ quanto na de Barry Parker e Raymond Unwin³¹. É a mesma partilhada pela escola de urbanismo francesa, que desabrocha no início do século XX em torno de Roger Agasse ou de Henri Prost³².

29 C. Sitte, *L'Art de bâtir les villes*; F. Choay, *L'Urbanisme. Utopies et réalités*; D. Wiczorek, *Camillo Sitte et les débuts de l'urbanisme moderne*.

30 P. Geddes, *L'Évolution des villes*; H. Meller, *Patrick Geddes. Social Evolutionist and City Planner*.

31 R. Unwin, *L'Étude pratique des plans de villes*.

32 V. Berdoulay et P. Claval (dir.), *Aux Débuts de l'urbanisme français*.

O modernismo: outra forma de compor a cidade

Outra maneira de conceber a cidade se apresenta por volta de 1900 na continuação do século XIX, que precede a Primeira Guerra Mundial. Aqueles que a concebem passam a entender que a cidade contemporânea deve responder aos desafios nascidos da Revolução Industrial, mas sabem também que a utilização sensata das técnicas modernas pode facilitar seu funcionamento. Como todos seus colegas, estão convencidos de que a cidade é um organismo doente: muitos daqueles que ela atrai não encontram condições de vida decentes. A ação dos urbanistas modernistas se inscreve, então, no mesmo espírito de reforma social daqueles que são mais moderados.

É pela concepção da beleza que eles se singularizam. Abandonaram o racionalismo estético que o platonismo renascentista os havia feito aceitar durante vários séculos. Combatem todas as formas de academicismo. O gosto pelo pastiche e pelo ornamento que acompanham o ecletismo os indis põe. A inspiração não deve vir do passado. A solução proposta por Camillo Sitte não lhes convém, pois a história não lhes parece capaz de satisfazer as aspirações dos homens de hoje. Para eles, as composições que concebem e desenham os urbanistas humanistas³³ do fim do século possuem um ar passadista, o que os condena.

Dessa forma, é conveniente se direcionar para o presente, mas não qualquer presente: aquele das formas emergentes que anunciam o futuro. É se inscrevendo no movimento das vanguardas, que percorre o mundo das Letras e das Artes, que o arquiteto criará formas que convêm às mentalidades atuais.

Em que o arquiteto e o urbanista reconhecem a vinda do futuro assim esperado? Em um sinal simples: na pureza e na renúncia das formas concebidas para responder o mais perfeitamente possível às exigências funcionais. O inimigo é o ornamento. Convém reduzir, no mínimo, o repertório dos elementos arquitetônicos: plantas baixas, pilastras ou colunas para sustentá-los; o mundo construído deve se reduzir aos cubos ou aos paralelepípedos.

Os princípios são formulados por Loos, em Viena, desde os anos 1900³⁴. São praticados pelos arquitetos da escola de Chicago, de Louis Sullivan a Frank Lloyd Wright, ou por Peter Behrens³⁵, nos prédios industriais que ele concebeu

33 F. Choay, *L'Urbanisme. Utopies et réalités*.

34 A. Loos, *Malgré tout, 1900-1930*; P. Tournikiotis, *Loos*.

35 A. Windsor, *Peter Behrens. Architecte et designer*.

antes da guerra. Com a ajuda de Ozenfant, e sob a influência do cubismo e do purismo que o sucedem, Le Corbusier fez-se propagador incansável a partir dos anos 1920³⁶.

Para o urbanista, a busca pela beleza deixa de ser uma finalidade em si. O prédio ou o bairro realizado podem provocar entusiasmo, mas eles são belos porque são funcionais e porque os quiseram harmoniosos e bem equilibrados. A composição das cidades é submetida somente a duas exigências: o funcional e o social. Muito frequentemente, as formas não são admiradas e decepcionam por sua falta de imaginação e sua repetição.

A crítica incessantemente aprofundada dos fundamentos da estética clássica acabou empobrecendo a arte de compor as cidades, renunciando a vontade de embelezamento com a qual a arte foi por muito tempo confundida.

Toda preocupação estética desaparece naqueles que contribuem para compor assim a cidade? Não, mas as opções que eles conservam diferem profundamente daquelas do passado: a beleza não nasce mais da simetria e de proporções harmoniosas; ela resulta da simplicidade das formas e da adequação delas às necessidades. Para os extremistas, ela nasce também de certa comunhão com a matéria.

A partir dos anos de 1960, essas maneiras redutoras de compor as cidades provocam um choque, mas sem que as composições tradicionais da estética modesta urbana sejam reabilitadas: os pós-modernos praticam o ornamento como citação, e concebem a arte de compor as cidades como um jogo. Outros acreditam em uma estética moderna, que poetize mais do que modele o cotidiano. Para eles, a cidade contemporânea deve ser em grande parte, aquela das artes da rua e dos *tags*.

36 Le Corbusier, *Manière de penser l'urbanisme*; M. Perelman, *Urbs ex Machina. Le Corbusier*; P.V. Turner, *La Formation de Le Corbusier. Idéalisme et mouvement moderne*.

Referências Bibliográficas

- Alberti, Leon Battista. *De Re aedificatoria*. Milão: Giulio Orlandi et Paolo Portoghesi, 1966.
- Argan, Giulio C.; Wittkower, Rudolf (dir.). *Perspective et histoire au Quattrocento*, Paris: Les Éditions de la Passion, 1990.
- Berdoulay, Vincent; Claval, Paul (dir.). *Aux Débuts de l'urbanisme français*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- Borsi, Franco. *Leon Battista Alberti. L'opera completa*. Milão: Electa Editrice, 1980.
- Braham, Allan. *L'Architecture des Lumières. De Soufflot à Ledoux*. Paris: Berger-Levrault, 1982.
- Carmona, Michel. *Hausmann*. Paris: Fayard, 2000.
- Cerdá, Ildefonso. *La Théorie générale de l'urbanisation*. Paris: Le Seuil, 1979.
- Chambelland, Colette (dir.). *Le Musée social en son temps*. Paris: Presses de l'École Normale Supérieure, 1998.
- Chastel, André. *Art et humanisme à Florence au temps de Laurent le Magnifique*. Paris: PUF, 1982.
- Choay, Françoise. *L'Urbanisme. Utopies et réalités*. Paris: Le Seuil, 1965.
- _____. *The Modern City. Planning in the Nineteenth Century*. Nova York: Braziller, 1969.
- _____. *La Règle et le modèle. Sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme*. Paris: Le Seuil, 1980.
- Claval, Paul. De Haussmann au Musée social. In: V. Berdoulay; P. Claval (dir.), *Les débuts de l'urbanisme français*, op. cit, 2001, p. 11-23.
- _____. *Ennobler et embellir. De l'architecture à l'urbanisme*. Paris: Crinéo, 2011.
- Collins, Peter. *Changing Ideals in Modern Architecture*. Londres: Faber and Faber, 1965.
- Donati, Gérard. *Leon Battista Alberti. Vie et théorie*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1989.
- Drexler, Arthur (ed.). *The Architecture of the École des Beaux-Arts*. Nova York: The Museum of Modern Art, 1977.
- Durand, Jean-Nicolas-Louis. *Recueil et parallèle des édifices de tout genre*. 2 vol. Paris: édition do autor, 1799-1801.
- _____. *Précis des leçons d'architecture données à l'École Polytechnique*. 2 vol. Paris: édition do autor, 1802-1805.
- Fichet, Françoise. *La Théorie architecturale à l'âge classique*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1979.

- Fortier, Bruno (dir.). *La Politique de l'espace parisien à la fin de l'Ancien Régime*. Paris: Corda, 1975.
- Foucault, Michel et alii. *Les Machines à guérir, aux origines de l'hôpital moderne*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1979.
- Geddes, Patrick. *L'Évolution des villes*. Paris: Temenos, 1994.
- Goodwin, J. *Otis Giving Rise to the Modern City*. Ivan R. Dee, 2001.
- Hamou, Philippe (dir.). *La Vision perspective (1435-1740)*. Paris: Payot, 1995.
- Harouel, Jean-Louis. *L'Embellissement des villes. L'urbanisme français au XVIIIe siècle*. Paris: Picard, 1993.
- Hermann, Wolfgang. *La Théorie de Claude Perrault*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1980.
- Hitchcock, Henry-Russel. *Architecture: Dix-neuvième et vingtième siècles*. Bruxelles, Pierre Mardaga: 1981.
- Laugier, Marc-Antoine. *Essai sur l'architecture*. Paris: 1753.
- Le Corbusier. *Manière de penser l'urbanisme*. Paris: Éditions de l'Architecture d'Aujourd'hui, 1963.
- Loos, Adolf. *Malgré tout, 1900-1930*. Paris, 1979.
- McKay, J. P. *Tramways and Trolleys. The Rise of Urban Mass Transport in Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1976.
- _____. Les transports urbains en Europe et aux États-Unis. 1850-1914. *Annales de la Recherche urbaine*, n° 23-24, julho-dezembro 1984, p. 115-126.
- Meller, Helen. *Patrick Geddes. Social Evolutionist and City Planner*. Londres: Routledge, 1990.
- Middleton, Robin (dir.). *The Beaux-Arts and Nineteenth-Century French Architecture*. Londres: Thames and Hudson, 1982.
- Perelman, Marc. *Urbs ex Machina. Le Corbusier*. Paris: Éditions de la Passion, 1986.
- Pérez-Gomez, Alberto. *Architecture and the Crisis of Modern Science*. Cambridge: MIT Press, 1983.
- Picon, Antoine. *Claude Perrault ou la curiosité classique*. Paris: Picard, 1988.
- Rykwert, Joseph. *La Maison d'Adam au paradis*. Paris: Le Seuil, 1976.
- _____. *The First Moderns. The Architects of the Eighteenth Century*. Cambridge: MIT Press, 1980.
- Scott, Mel. *American City Planning*. Berkeley: University of California Press, 1969.
- Sitte, Camillo. *L'Art de bâtir les villes*. Paris: L'Équerre, 1980.
- Sutcliffe, Anthony. *Towards the Planned City. Germany, Britain, The United States and*

- France, 1780-1914*. Oxford: Blackwell, 1981.
- Sutcliffe, Anthony (dir.). *The Rise of Modern Town Planning*. Londres: Mansell, 1989.
- Szambien, Werner. *J.N.L. Durand*. Paris: Picard, 1984.
- Tournikiotis, Panayotis. *Loos*. Paris: Macula, 1991.
- Turner, Paul V. *La Formation de Le Corbusier. Idéalisme et mouvement modern*. Paris: Macula, 1986.
- Unwin, Raymond. *L'Étude pratique des plans de villes*. Paris: L'Équerre, 1981.
- Vidler, Anthony. *L'Espace des Lumières. Architecture et philosophie de Ledoux à Fourier*. Paris: Picard, 1995.
- Wieczorek, Daniel. *Camillo Sitte et les débuts de l'urbanisme moderne*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1981.
- Windsor, Alan. *Peter Behrens. Architecte et designer*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1981.